

O HOMEM OU O BOI -

- O ROÇADO OU O CAPIM



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O HOMEM OU O BOI -
- O ROÇADO OU O CAPIM

Gitana M.^a Figueirêdo Lira

○ Campina Grande - Paraíba
Março - 1983

Gitana M.^a Figueirêdo Lira

O HOMEM OU O BOI -
- O ROÇADO OU O CAPIM

Dissertação apresentada ao Curso de Mes
trado em Sociologia, com ârea de con
cetração em Sociologia Rural, da Universidade
de Federal da Paraíba, em cumprimento âs
exigências para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: *Josefa Salete Barbosa Cavalcanti*

Campina Grande - Paraíba

Março - 1983

1233

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

Ao pai Bento

Pelo muito, quase tudo, que deixou em n^os.

À mãe Elza

Primeiras letras, organização, objetividade, per
severança.

Aos filhos: Rodolfo, Isabela, Eduardo e Rog^orio

Pelas horas que lhes subtrai minha presença.

A Lira

Sempre companheiro, força encorajadora e impres
cindível, apoio total.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, aos nossos entrevistados que nos transmitiram suas idéias, seus problemas, suas experiências vivenciais.

Durante a primeira fase de pesquisa exploratória, de definição e delimitação de objetivos, de pesquisa propriamente dita, incluindo a coleta e fichamento dos dados, como também interpretação do material, contamos com a preciosa orientação do professor Oscar Betanzos, a quem agradecemos penhoradamente as colocações, críticas, sugestões e participação direta nas entrevistas que foram a base do trabalho agora apresentado.

Reconhecimento e gratidão ao professor Manoel Correia de Andrade, pelas sugestões, análises e comentários, coerentes como é toda sua obra, realizados desde a fase em que a tese foi elaborada em sua primeira forma, e principalmente pela confiança que nos transmitiu no nível do trabalho.

Em relevo, fica aqui registrado o trabalho maior de Josefa Salete, amiga de ontem e de hoje, que, além de orientar, discutir e colaborar, assina conosco, como orientadora, o que de certa forma representa, apesar do prisma diverso, uma parcela de responsabilidade pelo mesmo.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho trata das transformações que vêm ocorrendo, especificamente nas relações de trabalho, na produção da pecuária bovina paraibana, no momento em que, o capim se estende definitivamente, substituindo as culturas de subsistência como também expulsando o trabalhador, antigos moradores, que passam a viver nas periferias de vilas e cidades e a trabalhar como diaristas.

A visão do proprietário-pecuarista e trabalhadores está presente nesta análise em que a ênfase é dada às relações e conexões que se estabelecem entre os polos opostos: trabalho e capital.

Para a abordagem da realidade, utilizamos as técnicas qualitativas, especificamente a entrevista semi-estruturada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O problema	1
Metodologia	7
I - A PARAÍBA E SUAS MICRO-REGIÕES	14
O Sertão	18
O Agreste	24
O Brejo	27
Os Cariris Velhos	29
II - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PECUÁRIA PARAIBANA	34
A pecuária, sistema utilizado	42
A pecuária e suas inovações - a agro-pecuária	47
III - A TERRA E O BOI	56
A propriedade da terra	57
O uso da terra: relação grande - pequena propriedade .	61
A dinâmica da produção bovina	72
IV - O "NEGÓCIO" DA PECUÁRIA	79
A opção pela pecuária	80
A ação incentivadora do Estado	98
A participação no poder	100
V - O FATOR TRABALHO. FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO	105
As diversas categorias de trabalhadores	107
A mudança, alguns fatores condicionantes	114
Os trabalhadores expropriados	120
CONCLUSÃO	127
ANEXOS	133
A - Informações sobre as propriedades estudadas	134
B - Dados sobre o processo de transformação histórica ..	135
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA	136

LISTA DE QUADROS

Quadro I		
	Efetivo bovino das Micro-regiões e Municípios pesquisados	9
Quadro II		
	O Sertão e o Agreste como Sub-regiões	17
Quadro III		
	Municípios onde mais avulta a espécie bovina (1920) ...	49
Quadro IV		
	Exportação geral do Estado dos produtos couro e gado (1915 - 1921)	49
Quadro V		
	Expansão geográfica de ocupação e exploração rural no Brasil (1940 - 1967)	67
Quadro VI		
	Relação entre áreas de Lavouras e Pastagens no Estado da Paraíba, por Micro-regiões e Municípios estudados	69
Quadro VII		
	Cabeças de bovinos por Municípios (1973 - 1975 - 1977) ..	76

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA

Ao iniciar um trabalho de pesquisa como este, que ora apresentamos, visando à obtenção do grau de Mestre junto ao Mestrado de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, várias alternativas surgem, resultantes dos próprios questionamentos (que foram constantes) ocorridos durante o curso, como também da própria dinâmica do conhecer e, em parte, do acúmulo de conhecimentos que foram sendo absorvidos num determinado espaço de tempo. Mas é impossível uma "acumulação primitiva" sem lutas, dores e violências e, para nós, individualmente, ocorreu um processo que também nos permitiu um salto (ou uma tentativa de salto, pois o trabalho que segue será uma resposta), não do feudalismo ao capitalismo, mas sim, da lógica formal à lógica dialética.

*"A lógica formal permite compreender esta lei fundamental: o pensamento que conhece, opera sobre um conteúdo, mas deve 'assimilar' esse conteúdo progressivamente; não o deixar no plano do global e do confuso; mas admiti-lo apenas quando analisado e, por conseguinte, quando **determinado** pelo trabalho, ao mesmo tempo duplo e unitário, do entendimento e da razão". (Lefebvre, 1975:169)*

*"A razão dialética esclarece com facilidade essa obscura questão. Com efeito, **a causa de um fenômeno qualquer sô pode ser o devir** do mundo em sua totalidade. Estudar um fato, querer conhecê-lo, é - depois de o ter discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente - **restituí-lo num conjunto de relações, que se estende paulatinamente a todo o universo**" (Lefebvre, 1975: 198).*

Voltando aos questionamentos, o **que** e o **como** são palabras que martelam e se agigantam na tentativa de se produzir algo sério e coerente.

A idéia surgiu em dedicar o estudo à pecuária, suas relações de trabalho, porque é nestas relações sociais que se encontra o âmago da questão, em virtude de que é aí que ocorre o verdadeiro enfrentamento das classes na luta existente em torno do nível de exploração.

Como vamos observar no decorrer do trabalho, aquelas relações estão mudando. O trabalhador, a cada dia que passa, perde mais o acesso (que havia geralmente de forma indireta) à terra, intensificando-se o nível de exploração por parte de um capitalismo⁽¹⁾ que acumula, tornando-se cada dia mais forte, com maiores possibilidades de investimento a longo prazo, que gera maiores lucros. Aí está, pois, a razão de a produção focalizada ser a pecuária, porque ela tendencialmente está apresentando um "novo" tipo de composição orgânica do capital no setor agrário, onde diminui o capital variável e se intensifica o constante⁽²⁾, através de pastagens artificiais, açudagem, divisão de cercados com melhores cercas, seleção de reprodutores e matrizes, melhores e mais completas instalações que simplificam o funcionamento, tratores, arados, semeadeiras, pulverizadores racionalizando o processo em que o capim se estende a novas fronteiras, na maioria das vezes, anteriormente, agrícolas propriamente ditas.

Os trabalhadores que aí labutavam - moradores, meeiros, arrendatários, etc -, quando expulsos, continuam sua marcha em

(1) ... "Capitalismo esse que, se é certo que se identifica como um regime econômico-social determinado, identifica-se como tal precisamente pelas relações de produção em que figuram operários e capitalistas. Assim, a identidade do Capitalismo não é dada apenas 'em si', como determinado regime econômico-social, mas em função das relações que o estruturam e compõem". (Prado Júnior, 1968: 37).

"As relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção mudam, transformam-se, quando se modificam e se desenvolvem os meios materiais de produção, as forças produtivas". (Marx, 1980: 28).

(2) "A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho, não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou, simplesmente, capital constante.

A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente, capital variável"... (Marx, I: 234).

busca de desmatar, destocar e preparar terrenos, de encostas de morros, terras de menor fertilidade, de mais difícil acesso. Como veremos adiante, geralmente esta marcha prossegue em períodos constantes de dois anos.

A pecuária aparece com características diferentes, quando o processo de acumulação permite ao capitalismo encontrar-se num estágio mais forte (investindo mais), garantindo outro nível de reprodução do capital, criando novas formas de relações sociais e de níveis de exploração da força de trabalho que cada dia está mais "livre", habitando periferias de cidades e vilas, reproduzindo-se, pessoas sempre dispostas a ser contratadas como diaristas na execução das mais diversas tarefas do setor agrícola, dependendo, em parte, da sazonalidade do processo de produção.

Acreditamos que uma visão meramente quantitativa do **aqui** e **agora** não nos permitiria compreender a lógica do processo, os interrelacionamentos existentes entre os fenômenos. A visão que ficaria, tenderia a ser parcial, fragmentada, unilateral e descritiva, compreendendo que "a ciência não se ocupa com o que é, e sim unicamente com o que se passa". (Prado Júnior, 1968: 14).

O **aqui** e **agora** existe, porque existiu o ontem e existirá o amanhã; porque forças contrárias entram em luta, se debatem e buscam espaço no processo da produção global; portanto a produção do conhecimento científico deve estar direcionada em procurar estabelecer uma relação constante entre o concreto e o abstrato⁽³⁾ como uma forma de fugir ao empiricismo descritivo, simplificante e simplificador de uma realidade que não tem nada de simples, mas que, pelo contrário, tem a complexidade como um desafio a todos os que procuram seu entendimento.

(3) "A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral, movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto". (Kosik, 1976:30).

Não interessa seguir o nível encontrado na historiografia justificadora ou enaltecedora, nem tampouco a neutralidade científica preconizada por tantos. O objetivo está, sim, em realizar uma interpretação das relações de trabalho na pecuária, neste momento histórico de nossa estrutura social, cujo modo de produção é capitalista. Neste objetivo não se encontra nenhuma neutralidade que significa parcialidade, mas sim, uma realidade objetiva que precisa ser desvendada, tentando-se fugir ao nível das aparências.

Vários estudos contínuos e encadeados vêm sendo feitos acerca das relações de trabalho e das transformações que nelas vêm ocorrendo. O assunto é sempre pertinente por serem estas relações a pedra de toque do capitalismo, pois é aí que ocorre o enfrentamento das classes sociais, em torno do nível de exploração, da divisão do produto social.

No modo de produção capitalista, a força de trabalho (poder de trabalho) torna-se uma mercadoria (especial por ser a única que cria valor), cujo trabalho surge pelo consumo de mercadoria força de trabalho⁽⁴⁾ e o salário como o preço pago pela utilização desta mercadoria.

A força de trabalho humano é capaz de criar uma soma de produtos superior às suas necessidades de sobrevivência, de conservação e reprodução. É através desta capacidade que surge o excedente, que é um produto do trabalho, que aumenta progressivamente através do aperfeiçoamento técnico. O excedente que o produtor direto cria acima do seu trabalho necessário, isto é, o trabalho excedente. Os sobreprodutos se convertem em mais valia, que garante a acumulação capitalista, a existência do processo de acumulação.

Mas na pecuária, como em diversos outros processos produtivos, esta extração não ocorre de uma maneira bem definida. Várias formas são utilizadas para camuflar o nível de exploração e

(4) "O que o operário vende, não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela". (Marx, 1980: 36).

o processo de trabalho, num processo do capital mesmo, no qual a parentemente o lucro resulta predominantemente da aplicação do di nheiro do capitalista, com o fim de obter do dinheiro - mais di nheiro. Melhor dizendo, o lucro apresenta-se como sendo um resul tado não do trabalho humano (que é o único que cria valor), mas sim, do dinheiro, como se o mesmo fosse capaz de produzir isola damente mais valor.

A acumulação se baseia, sim, na facilidade com que o do no do capital pode apropriar-se de grandes massas de mais-valia, em virtude de o trabalhador direto encontrar-se inevitavelmente se parado dos seus meios de produção e, conseqüentemente, incapaz de formular pretensão alguma a respeito de seu próprio mais-trabalho, a não ser parcialmente, dependendo da organização e poder de bar ganha dos assalariados como classe social. Por conseguinte, o produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia⁽⁵⁾, pois o trabalho se converte no instrumento de processo de valori zação da autovalorização do capital através da mais-valia. "A ra zão entre eles é inversa. A parte do capital - o lucro - aumenta na mesma proporção em que diminui a parte do trabalho - o salá rio, e vice-versa. O lucro aumenta na medida em que o salá rio diminui e diminui na medida em que o salá rio sobe" (Marx, 1980: 36).

É esta dinâmica que procuraremos aqui expor, tomando co mo universo a produção da pecuária no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Resulta de uma pesquisa na qual foram procurados não apenas os trabalhadores, mas também os proprietários, tomando-se por unidade as fazendas escolhidas, em seus mais diversos aspec tos, encadeados num núcleo produtivo.

(5) "A taxa de mais-valia depende, se as restantes circunstâncias permanecerem invariáveis, da relação entre a parte do dia de trabalho necessário para renovar o valor da força de trabalho e o trabalho excedente ou tempo empregado em excesso destinado ao capitalista" (Marx, 1980: 39).

"O trabalho necessário é o tempo de trabalho durante o qual o operário reproduz o valor da sua força de trabalho. O traba lho desenvolvido para além disso, que produz a mais-valia pā ra o capitalista, é o sobre trabalho. O dia de trabalho é prē cisamente a soma do trabalho necessário e do sobre trabalho" (Luxemburgo, 1969: 299).

A metodologia utilizada foi estudar o movimento do sistema de produção social, suas modificações e evolução, de acordo com a transformação e o desenvolvimento dos meios de produção, das forças produtivas, no determinado grau histórico em que se encontra a sociedade focalizada, com seu caráter singular e distinto, isto é, compreendendo-a como um processo dialético e, ao mesmo tempo, histórico, onde a ida e volta entre a teoria e a prática, o real, serão constantes e contínuas, pois o campo adquire significado na medida em que por trás uma teoria oferece o suporte e apoio, como também o inverso e real.

Para a abordagem da realidade utilizamos técnicas que passamos a descrever.

Inicialmente (2º semestre de 79), várias viagens foram realizadas visando ao conhecimento e contacto com o campo e pessoas que lá habitam e trabalham. Nesse período foi tomando corpo, fundamentando-se e sendo definido o objeto de estudo. Foram viagens proveitosas em todos os sentidos, inclusive no treinamento da forma como fazer uma entrevista, como vencer a inibição inicial, e selecionar quais os aspectos principais a serem abordados.

Os relatórios começaram a ser feitos, comentados e discutidos com o orientador que, inclusive, participou praticamente de todas as viagens, presenciando as entrevistas.

Posteriormente, já em 1980, foi feita a coleta de dados secundários no IBGE e na EMATER. Levantaram-se dados sobre:

1. O efetivo bovino do Estado, considerando as micro-regiões, os municípios e a densidade de cabeça por km^2 (relação oferecida pela EMATER-PB, dados de 1978).
2. O crescimento do efetivo bovino, considerando as micro-regiões e os municípios nos anos de 73/75 e 77.
3. Os valores médios de arrendamentos, vendas de terras, remuneração do trabalho e serviços (tratores, transporte por caminhão), nos anos de 73, 75 e 77.
4. A estrutura fundiária da Paraíba no ano de 1975.

5. As áreas plantadas de algodão herbáceo e arbóreo nos anos de 73, 75 e 77. Os dados do algodão herbáceo foram inicialmente comparados com o crescimento do rebanho bovino, nos vários municípios, esperando-se encontrar uma correspondência positiva, entre ambos, desde que o algodão herbáceo é uma alimentação garantida para o gado no período da seca. A tabela não comprovou o esperado.
6. Levantamento das pastagens nativas e artificiais.
7. Descrições e histórico dos diversos municípios.

A análise dos dados acima citados nos permitiu estabelecer os critérios seletivos, que foram, principalmente, considerar em termos de municípios e micro-regiões: o maior efetivo bovino, o crescimento deste, a densidade de cabeças por km^2 , as diferenças entre as micro-regiões (relevo, clima, vegetação, tipo de terreno, índice pluviométrico, etc) e, de um modo geral, todos os dados secundários que foram manuseados.

Das micro-regiões pesquisadas, foram escolhidas, de acordo com os critérios expostos, e de acordo com o Levantamento Efetivo bovino e com o Censo Agropecuário de 1975, do IBGE, as micro-regiões relacionadas no quadro I, em que também apresentamos o seu efeito bovino, área e densidade de cabeças de gado por km^2 .

Quadro I - Efetivo bovino das Micro-regiões e Municípios pesquisados

Micro-regiões \ Municípios*	Efetivo bovino existente	Área (km ²)	Densidade de cabeças por km ²
SERTÃO DE CAJAZEIRAS	109.166	5.567	19
Antenor Navarro	16.335	466	35
Cajazeiras	15.387	516	30
DEPRESSÃO DO ALTO PIRANHAS	263.998	12.409	21
Souza	39.848	1.353	29
AGRESTE DA BORBOREMA	114.115	3.661	31
Queimadas	18.545	362	51
Massaranduba	12.216	133	92
Campina Grande	29.638	970	31
PIEMONTE DA BORBOREMA	132.463	2.345	56
Gurinhém	24.702	192	129
CARIRIS VELHOS	206.453	13.845	15
Boqueirão	30.011	1.257	24
BREJO	32.630	1.105	30
Areia	8.792	143	61
Serraria	2.394	28	90

Fonte: IBGE - 1975, Censo Agropecuário.

* Municípios pesquisados.

Nestes municípios, foram escolhidas uma ou duas fazendas, entre as principais e de maior produção. Quando não existia uma definição prévia das propriedades, os prefeitos foram escolhidos para indicar as principais fazendas do município. Foram selecionados 10 municípios. (Ver Anexos A e B, págs. 134 e 135).

Depois deste conhecimento, entrou-se em contato com o proprietário da fazenda, solicitando-se uma entrevista⁽⁶⁾ e, posteriormente, permissão para visitar a propriedade quantas vezes se tornasse necessário, inclusive entrevistando as pessoas que ali trabalhavam.

A entrevista já estava semi-estruturada, nela constando questões sobre os seguintes aspectos:

1. Dados pessoais e familiares. Atividades exercidas por a vós, pais, irmãos e filhos. Grau de instrução e religião. Outras atividades exercidas. Partido político.
2. Descrição da propriedade, divisão em áreas agrícolas, pastagens (naturais e artificiais), mato, etc. Açudagem e poços, instalações, mecanização, força de trabalho utilizada. Exploração agrícola e pecuária.
3. Pecuária. Número de cabeças. Raça, leite e corte. Alimentação, tratos com o gado, trabalhadores utilizados (direitos e deveres) financiamento, comercialização e rentabilidade.
4. Agricultura. Espécies de plantio, modos de cultivo, hectares plantados, tratos culturais, instrumentos de trabalho, trabalhadores utilizados (direitos e deveres), financiamento, comercialização e rentabilidade.
5. Empréstimos, assistência recebida (associação, sindicato, setor público, bancos), exposição de animais, principais problemas e sugestões.
6. Mobilidade de pessoas. Problemas com os trabalhadores.

(6) Apesar de algumas resistências iniciais, como, por exemplo, a diâmetro da entrevista, em todos os casos conseguiu-se atingir o objetivo. As fazendas inicialmente escolhidas foram as pesquisadas.

7. Principais mudanças, antes (cerca de 20 anos atrás) e agora.
8. Motivos da opção pela pecuária.

Ao final da entrevista solicitou-se a permissão do proprietário para entrevistar alguns trabalhadores, sem especificar exatamente quais.

Geralmente foram escolhidos, dependendo do tipo de trabalho exercido (vaqueiro, trabalhador agrícola, meeiro, arrendatário, administrador, etc) e da relação de trabalho mantida (diarista, morador, empregados, etc).

Os tópicos da entrevista com os trabalhadores foram os abaixo apresentados:

1. Dados pessoais e familiares, atividades exercidas por avós, pais, irmãos e filhos. Grau de instrução e religião. Outras atividades exercidas. Mobilidade da família. Partido político.
2. Descrição da casa de morada e da terra. Se própria, tipos de trabalho que cada um exerce por conta própria ou por salário.
3. Por conta própria (divisão do trabalho na família), descrição do processo produtivo, custo de produção, financiamento, comercialização e rentabilidade.
4. Por salário, direitos e deveres, trabalhos concretos desempenhados (em que período do ano), por tempo, tarefa ou produção.
5. Grau de socialização e de ajuda recíproca entre os trabalhadores. Interesses comuns.
6. Mobilidade do pessoal. Problemas com patrões.
7. Principais diferenças antes (cerca de 20 anos atrás) e agora.
8. Assistência recebida (sindicatos, bancos, setor público, igreja), principais problemas e sugestões.

Os roteiros nem sempre foram totalmente seguidos, pois o rumo de entrevista depende muito da situação concreta.

As entrevistas foram parcialmente sistematizadas, semi-estruturadas, devido ao nível de análise pretendido, pois este instrumento permite um maior aprofundamento, uma maior flexibilidade na obtenção de informações.

Concomitantemente e durante todo o trabalho, foram coletados dados e obtidas orientações bibliográficas.

Os resultados obtidos estão organizados de acordo com o seguinte esquema:

Capítulo I

A Paraíba e suas micro-regiões.

As condições naturais das micro-regiões, clima, chuvas, solo, vegetação etc, que interferem nos locais onde se concentram os rebanhos, no nível e modos de como ocorre o sistema criatório dos bovinos, gerando formas distintas de aproveitamento, adaptadas às condições existentes.

Capítulo II

Fundamentos históricos da pecuária paraibana.

A pecuária aqui está vinculada ao processo de povoamento do interior paraibano, à produção agrícola para o consumo e para o comércio, ao desenvolvimento de um modo geral.

As formas criatórias foram se modificando no decorrer dos tempos, até ao estágio atual da relação homem-terra-gado e tecnologia empregada. Apesar de hoje apresentarem características diversas, elas continuam de certo modo a conviver com as antigas.

Capítulo III

A Terra e o Boi.

A forma de apropriação da terra, a posse da terra. A estrutura fundiária existente, que vem de longas datas, é fundamen-

tal para a concentração de rendas e exploração da força de trabalho. A pecuária utilizando áreas maiores, parte para a criação de pastagens artificiais, definitivas, onde o gado zebuino, mais resistente e adaptável à região, encontra melhores condições alimentícias, que contribuem inclusive para seu peso e tamanho, bem como, para o aprimoramento de suas características raciais.

Capítulo IV

O "negócio" da pecuária.

A visão capitalista da produção em foco. A origem dos recursos que foram empregados, fatores intervenientes no processo de escolha, utilização da força de trabalho. Relações de classes e interesses. Relações com o Estado e com os setores comercial, industrial e financeiro.

Capítulo V

O fator trabalho. Formas de expropriação.

Transformações que vêm ocorrendo nas relações sociais (estruturais), na forma como, a proporção em que o investimento ocorre, o trabalhador se torna mais "livre" para vender sua força de trabalho, de forma mais clara e precisa dentro da lógica de exploração do modo de produção capitalista, onde o capital é uma relação social que privilegia o capitalista, o qual, possuindo os meios de produção, transforma a produção social em produção para o capital.

As breves linhas escritas, procuram orientar o leitor em relação ao problema estudado, objetivo do trabalho aqui apresentado, seu marco teórico, método de investigação e ordem de exposição.

CAPÍTULO I

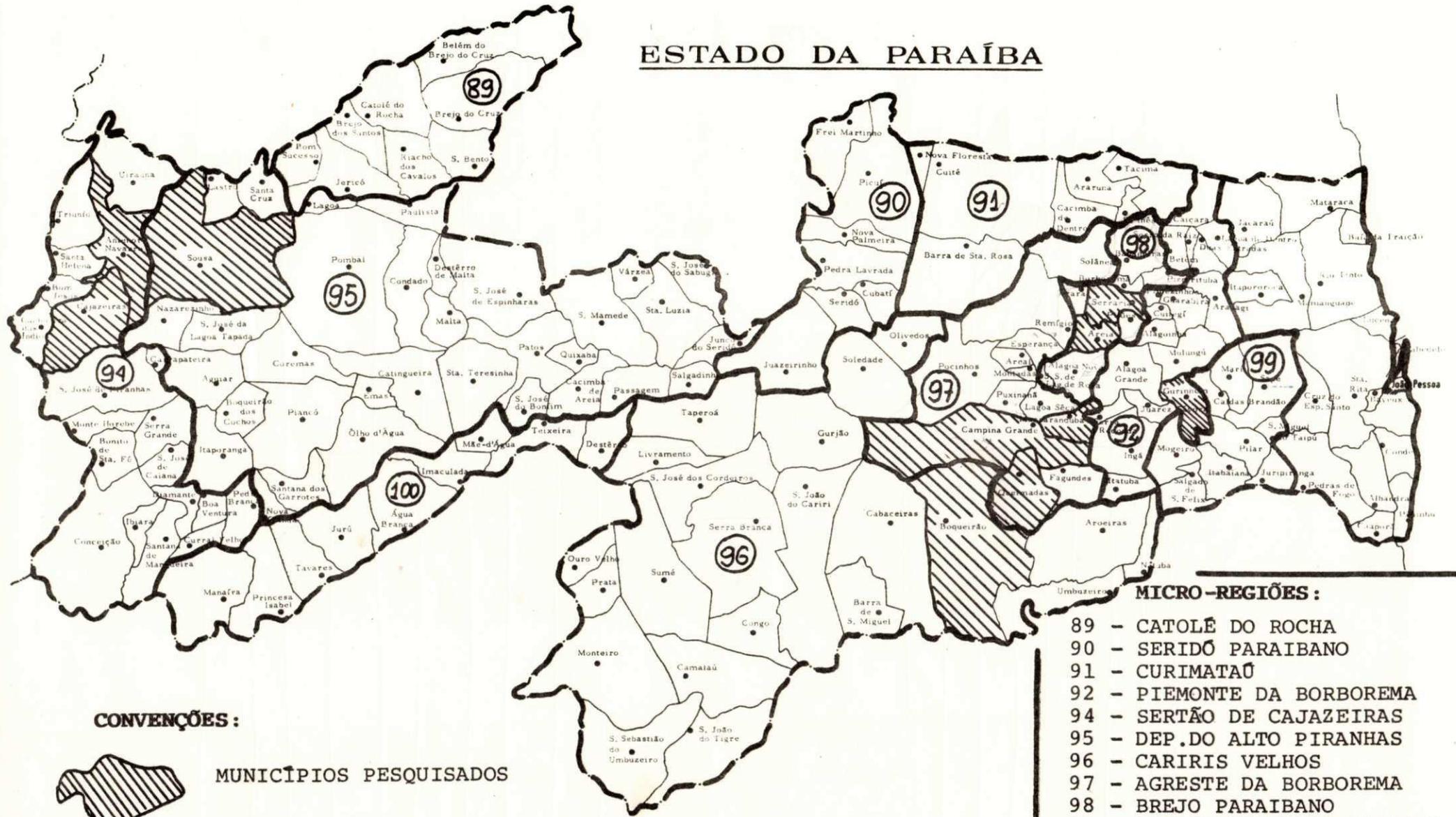
A PARAÍBA E SUAS MICRO-REGIÕES

O Estado da Paraíba pertence à Região Nordeste do Brasil, ocupa uma área de 55.920 km², limitando-se ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte, ao sul com o Estado de Pernambuco, a oeste com o Estado do Ceará e a leste com o Oceano Atlântico. Possui 172 municípios e encontra-se dividido em 12 micro-regiões: Catolé do Rocha, Seridó Paraibano, Piemonte da Borborema, Litoral Paraibano, Sertão de Cajazeiras, Depressão do Alto-Piranhas, Cariris Velhos, Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Agro-Pastoril do Baixo-Paraíba e Sertão de Teixeira (Ver Mapa I). *e CURIMATAÚ*

Ocupando o ponto extremo Leste do Brasil, a Paraíba apresenta configuração de faixa irregular de Leste a Oeste, surpreendente variedade de quadros geográficos naturais e multiplicidade de paisagens que resultam dos agentes climáticos, do relevo do solo, da maior ou menor proximidade do mar das diferentes sub-regiões (Monteiro, 1975: 24).

Do ponto de vista geo-econômico, o Estado pode ser dividido em três sub-regiões, que comportam no seu interior as chamadas micro-regiões. No litoral, a zona da mata com o seu clima quente e úmido, e estação chuvosa bem definida. Como região intermediária e variada, o Agreste, que é composto pela depressão periférica (zona intercalada entre o litoral e o planalto da Borborema), os brejos serranos, os cariris (a caatinga agrestina) e o curimataú (uma das zonas mais secas do Estado). O Sertão, após o Planalto da Borborema, em direção ao Oeste, compreende o Sertão do Seridó, Baixo Sertão e Alto Sertão, com clima quente e seco e baixa e irregular pluviosidade.

ESTADO DA PARAÍBA



CONVENÇÕES :



MUNICÍPIOS PESQUISADOS

MICRO-REGIÕES :

- 89 - CATOLÉ DO ROCHA
- 90 - SERIDÓ PARAIBANO
- 91 - CURIMATAÚ
- 92 - PIEMONTE DA BORBOREMA
- 94 - SERTÃO DE CAJAZEIRAS
- 95 - DEP. DO ALTO PIRANHAS
- 96 - CARIRIS VELHOS
- 97 - AGRESTE DA BORBOREMA
- 98 - BREJO PARAIBANO
- 99 - A. PASTORIL DO B. PARAIBA
- 100 - SERRA DE TEIXEIRA

A fim de facilitar nosso estudo, vamos considerar:

Quadro II - O Sertão e o Agreste como Sub-regiões

SUB-REGIÃO	MICRO-REGIÃO	MUNICÍPIO
SERTÃO	Sertão de Cajazeiras	Antenor Navarro Cajazeiras
	Depressão do Alto Piranhas	Souza
AGRESTE	Agreste da Borborema	Queimadas Massaranduba Campina Grande
	Piemonte da Borborema	Gurinhém
	Cariris Velhos	Boqueirão
	Brejo	Areia Serraria

Conforme veremos posteriormente, a Paraíba foi povoada através de dois núcleos: do litoral (cana de açúcar) e do sertão (gado) que caminharam um para o outro até se encontrarem nas terras centrais da caatinga e dos brejos que aqui chamaremos de Agreste. Segundo a ordem histórica de como ocorreu o povoamento do interior, começaremos por diferenciar o sertão semi-árido das demais sub-regiões.

O SERTÃO

Zona quente, seca, clima semi-árido, cujas temperaturas médias alcançam máximas de 35,5°C e mínimas de 21,5°C, é sujeita a secas periódicas que a tornam inóspita, às vezes durante longos períodos, aos vegetais, animais e homens e - por que não dizer? - a toda espécie de vida. A aridez que castiga então o solo e o clima, só pode ser amenizada através de represas d'água, como as dos açudes Mãe-D'água, Curemas, Engenheiro Ávidos, São Gonçalo, Pilões, Condado, e das redes de canais de irrigação.

A caatinga ("caa" e "tinga" - mata branca, ou melhor, "caa" e "tinga", mata seca) (Almeida, 1980: 71) que a cobre, é uma vegetação rala, baixa e tortuosa, de pequeno porte e pouca densidade. Aqui as cactáceas caracterizam a flora. Aparecem as favelas e as juremas e, à beira dos rios, as oiticicas frondosas.

Entretanto, a vegetação varia de acordo com as condições climáticas, pois, quando as chuvas (geralmente nos primeiros meses do ano) caem fortes em forma de grandes aguaceiros (Andrade, 1973: 46) depois de períodos de estiagem, a paisagem se revitaliza, a vida brota com toda a força, reverdecendo tudo com rapidez incrível, com as plantas periódicas que rebentam dos "caules subterrâneos" e germinam como por encanto (Almeida, 1980: 75).

As secas, que ciclicamente vêm surgindo desde o período colonial, ocorrem quando com o verão não vêm as chuvas, trazendo problemas e preocupação para as pessoas que ali vivem. As estiagens acarretam historicamente o comprometimento da produção agrícola e pastoril, como também, muitas vezes, ameaçam a permanência do próprio homem em virtude da fome, da sede e, sobretudo, da falta de trabalho.

Os rios têm cursos temporários, para tal contribuindo os terrenos impermeáveis que facilitam o escoamento das águas ou as rápidas e volumosas cheias como é o caso da Bacia do Piranhas.

O sertão é a mais vasta região da Paraíba, representan

do a sua metade central, estando incluídos nele, como principais, os municípios de Souza, Antenor Navarro, Cajazeiras, Santa Luzia e Pombal.

TENDO COMO SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA,

O sustentáculo da economia sertaneja continua a ser a pecuária (desde os primórdios) e a agricultura, destacando-se como produto comercial o algodão de fibra longa.

Como zona criadora, a caatinga sertaneja oferece a subsistência para rebanhos pouco exigentes, de grande resistência, com áreas médias largamente esparsas por cabeça, quando são necessários 10 hectares de terras para alimentar um boi (Andrade, 1973: 199). Ainda hoje predomina o critério da criação extensiva, apesar de que as plantações de capim já são feitas nas vazantes dos rios e açudes, com a finalidade de alimentar o gado nas cocheiras durante os períodos mais secos. É hábito sertanejo alugar pastagens, de áreas melhores ou de proprietários que possuem um número de cabeças inferior ao que sua área poderia comportar. Fazem-se também migrações sazonais, para outra área, no caso de o proprietário possuir mais de uma fazenda, dentro de um sistema de complementação mútua.

Quando falta a pastagem, muitas vezes, vende-se o gado antes que ele perca muito peso ou a oferta supere a procura e o preço caia⁽¹⁾. São as vendas sazonais que ocorrem principalmente nos períodos de seca, com o prolongamento do verão.

No sertão, os sopês, vales e várzeas que constituem uma pequena percentagem da superfície total, as áreas mais favoráveis são utilizadas para plantações de milho, feijão, arroz, batata doce, fava, mandioca, cana, banana e principalmente algodão (arbóreo e herbáceo) que é a agricultura tipicamente comercial. Porém, nem sempre são obtidos lucros, como ocorreu durante o período (segundo ano consecutivo de estiagem) em que a pesquisa foi realizada, quando, influenciados pelas perdas, os sertanejos afirmavam que a agricultura não dá rentabilidade.

Nas vazantes, à proporção que as águas baixam, plantam-

(1) Em propriedade visitada, de 3.100 cabeças foram vendidas 700 reses, por causa da falta de pastagem. Cajazeiras-PB.

se, na faixa úmida, arroz (que precisa de irrigação e permite a melhor colheita), batata, feijão, melão, melancia, jerimum, tomate de mesa, coentro e cebola.

Porém, mesmo nas pequenas áreas mais férteis, ocorre a luta entre agricultura e pecuária, quando nas vazantes de açudes particulares⁽²⁾, ou do Estado, como é o caso do açude Pilões, em Antenor Navarro, as melhores vazantes são utilizadas para plantações de arroz. Esta luta reflete, na realidade, a contradição e conômica, social e política travada entre as classes, a pecuária e o arroz aí sendo representados pelos grandes proprietários, pois a agricultura dos produtos de subsistência, obedecendo a suas origens históricas, continua a ser feita em pequena escala pelos trabalhadores rurais.

Pilões é uma área de conflito no sertão. No governo de Epitácio Pessoa, a então Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (atual DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) se propôs construir açudes como Pilões, Serragem, São Gonçalo, Piranhas e vários outros, com suas respectivas redes de canais de irrigação.

Para construir o Açude de Pilões, o Estado comprou ao Convento da Glória no Recife cerca de 7 mil ha, que não incluíam a fonte de água mineral de Brejo das Freiras (onde existe uma estância termal pertencente ao Estado). Para que a fonte não fosse coberta, exigiram um dique de proteção como também uma indenização para os rendeiros, por suas lavouras e benfeitorias.

Só com a terrível seca de 1932 e José Américo de Almeida como Ministro do Governo de Getúlio Vargas, foi que de fato Pilões foi construído, tendo-se decidido, por economia, reduzir o tamanho do açude para evitar a construção do dique. Consequentemente, diminuído o tamanho do açude, ficou uma faixa seca de aproximadamente 6.000 ha. Os rendeiros que desde a desapropriação haviam ficado no local, permaneceram e continuaram aumentando.

(2) Propriedade (37 moradores) com açude que represa um rio, possui cerca de 18 km de vazantes, sendo cerca de 3/4 das vazantes para o capim e 1/4 para a agricultura.

Hoje, o DNOCS tenta desalojar cerca de 400 famílias, sem indenização.

Nos últimos anos, depois de dois assassinatos (o primeiro do funcionário encarregado do serviço) por causa da questão da terra, o Governo procurou encarar o problema com mais cautela, porém ainda sem nenhuma providência concreta de doar a terra aos antigos rendeiros.

A contribuição do DNOCS em termos técnicos para melhorar a agricultura na área é praticamente nula, pois se fazem afirmações como a seguinte: "O estudo da planta é nosso mesmo. Quando ocorre doença, não se sabe o que fazer. Em ano sadio, a pessoa completa a alimentação para o consumo". (Um informante. Antenor Navarro, Pb).

A descrição acima procura explicar como numa área seca e extensa os fatores terra e água são preponderantes, dentro da estrutura fundiária existente, para a agricultura de subsistência.

Devem ser considerados fatores históricos de como se processou o povoamento, o tipo de clima, solo e vegetação, e principalmente o modo de produção capitalista que, mesmo na forma embrionária e dependente do capital mercantil da metrópole, foi aos poucos adquirindo modos de adaptação compatíveis com a peculiaridade dos fatores que intervieram em nossa formação e determinaram a base da estrutura fundiária que desde os primórdios se caracterizou como latifundiária.

O gado precisava de grandes extensões. A agricultura, subordinada ao ramo produtivo original, foi desenvolvendo-se modestamente, à sombra dos currais, até a segunda metade do século XVIII, quando teve início o ciclo do algodão, que passou a ser uma agricultura de todos e que, segundo alguns, superou periodicamente a pecuária em importância, devido ao mercado externo e à relativa simplicidade de produção.

O algodão conviveu com o gado. O algodão utilizava a mão-de-obra excedente desde que o nível da necessidade da mão-de-obra na pecuária era baixo; o gado precisava de alimento no período seco e o algodão, através dos seus restolhos, contribuía para

tal.

Entretanto, o algodão tornou-se agricultura de ricos, pois foi nas mãos deles que o capital se acumulou. Para isto contribuíram enormemente a estrutura fundiária existente, o latifúndio, a concentração da propriedade que torna escasso o acesso à terra, originando as formas não tipicamente capitalistas⁽³⁾ das relações de trabalho que aí se estabeleceram entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Estes assumiram formas peculiares como as de meeiros, foreiros, rendeiros, moradores etc que, por serem formas atípicas, nem de longe são inferiores em relação ao nível de exploração, principalmente porque na mão do proprietário está a terra, a água, o poder social, econômico e politico, que o tornam bem superior em virtude da falta de organização do grupo trabalhador e da ausência de uma legislação segura que seja cumprida, com direitos e deveres de ambas as partes, através de contratos escritos e não apenas verbais.

O desenvolvimento do sertão baseou-se na pecuária, e posteriormente e concomitantemente no algodão. De 1942 a 1958 ocorreram na região grandes transformações com o algodão e o comércio.

O comércio até 1928 era feito com Mossoró, Rio Grande do Norte. Depois, Campina Grande, Paraíba, liderou as transações comerciais. Era carne-de-sol, farinha de trigo etc, tudo no lombo do burro.

A indústria de beneficiamento de algodão surgiu em 1930. Campina Grande passou a ser um centro supridor e um mercado intermediário de algodão, que era transportado em grandes fardos de 60 kg. Em Campina eles eram desmanchados, selecionados, prensados e compactados em fardos menores.

"Depois, em Antenor Navarro, surgiram Luís Bernardo, Zé ca Moreira (quatro ou cinco pessoas) que passaram a beneficiar o algodão e fazer o transporte em fardos prensados. Foi um período

(3) Relação de trabalho tipicamente capitalista, quando o trabalhador é livre, para vender sua força de trabalho, como única forma de sobrevivência desde que não tem acesso aos meios de produção.

de ascensão. A decadência daqueles começou com o aparecimento de empresas modernas como a SANBRA e CLAYTON (multinacionais) que do minaram tudo, comprando logo na safra (giro comercial mais rápido) e aproveitando tudo, inclusive triturando o caroço para o gado, fazendo a torta". (Um informante. Antenor Navarro-Pb).

Esse fator - concorrência de multinacionais - repercute na economia paraibana associado ao fato de que o Sul, a partir de 1918, diversificou a produção agrícola, passando a produzir algodão, pois devido à crise de 1929 e às medidas protecionistas governamentais suscitadas por ela, houve uma grande transferência de capital intra-setorial no Sul, do café para o algodão. (Cohn, 1978: 24). Porém, é na década de 1930 que ocorre a grande crise do algodão nordestino com o aumento da produção algodoeira em São Paulo. "Com efeito, se considerarmos a produção conjunta dos três Estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e São Paulo, isto é, a parcela absolutamente majoritária de produção nacional, nota-se que ainda em 1931 esses Estados nordestinos produziam 86,3% desse total, ao passo que em 1940 sua parcela é de 22,8%, o que representa quase que uma inversão total das posições relativas". (Cohn, 1978: 27).

O Nordeste, durante o período em que a hegemonia era do setor agrário-exportador, constituía a parte mais rica do Brasil colonial. Com o passar dos anos, aos poucos transformou-se numa região problema, empobrecida e crítica, chegando a ser considerada da "o maior e mais resistente bolsão de pobreza e atraso relativo do país, talvez mesmo de toda a América Latina" (Polonordeste, 1974 apud Velho, 1976: 185).

No decorrer da fase da substituição de importações, os investimentos industriais nordestinos⁽⁴⁾ foram quase nulos. Ocorre a diminuição do setor na participação do produto regional, como efeito visível da retração das unidades nordestinas concorren

(4) "Os estudos existentes sobre o desenvolvimento industrial brasileiro só passam a incluir dados sobre o Nordeste a partir de 1950. Isso já é um fato sintomático, na medida em que é só a partir de então que a região ganha maior peso em termos de participação nesse processo". (Cohn, 1978: 23).

tes, chegando até a liquidação de empresas. O atraso tecnológico relativo das indústrias do Nordeste implica numa competição desigual que faz com que as mesmas nem se expandam nem se renovem. Este fato acaba produzindo novas perdas de poder de competição, incremento da perda de mercado, e assim por diante, até criar situações de verdadeiro desemprego de recursos. Uma das condições viabilizadoras desse processo foi, sem dúvida, a melhoria das vias e do sistema nacional de transporte, que quebrava, assim, uma das barreiras "invisíveis" que protegiam a produção industrial nordestina. (Oliveira, 1977: 57).

Com a decadência do algodão, agravado com a utilização industrial das fibras sintéticas, podemos afirmar que no Sertão, hoje, predomina a pecuária sobre a agricultura.

Sente-se, porém, que, com o passar dos anos, apesar do desenvolvimento, a sub-região continua a apresentar concentração fundiária, exploração e miséria dos trabalhadores, a enfrentar sérios problemas como o empobrecimento da terra em virtude do trato que continua o mesmo, o mais irracional possível, pois, *"o matuto não sabe o que é acidez do solo, não sabe nada, não sabe devolver à terra o que tira dela"*, (Um informante. Antenor Navarro Pb), reduzindo cada dia mais a produtividade, porque a fertilidade do solo cada dia diminui, a terra está se esgotando. Porém a seca apresenta-se como o principal problema cíclico, econômico e político, até hoje nem de longe solucionado e sem perspectivas reais para uma solução.

O AGRESTE

Entre o Sertão e a Zona da Mata, encontra-se o Agreste, profundamente ligado ao Planalto da Borborema, com clima equatorial semi-árido. Como zona de transição que é, apresenta áreas

→ *ficou no Agreste!*

tão secas como o Sertão, por exemplo, os Cariris Velhos e o Curimataú; e quase tão úmidas como o Litoral, neste caso, o Brejo. José Américo de Almeida assim se expressou sobre a Borborema: "Alguém já chamou a Borborema de gênio tutelar da Paraíba. Exerce ela as múltiplas influências da altitude. É valiosíssimo esse relevo orográfico como zona climática e de culturas. É em grande parte o recurso farto e providente para as crises das secas!" (Almeida, 1980: 69).

O Agreste, apresentando uma área equivalente à ocupada pela zona da Mata, foi tardiamente povoado, apesar de ocupar uma posição privilegiada em relação ao Estado e de possuir superiores condições climáticas e de pastagens. Mas só a área que compõe a micro-região da Depressão Periférica (pluviosidade menor do que no litoral, com tipos botânicos que variam entre herbáceos e arbóreos) situada no sopé da serra, foi ocupada por criadores antes da guerra holandesa (Andrade, 1973: 144).

A diversidade e variedade da constituição dos terrenos, modificados pelos agentes externos e ações atmosféricas, foram condições que contribuíram, desde o início, para a forma como foi povoado o Agreste, inclusive foram fator preponderante, como abaixo veremos, para a criação da Villa da Rainha que deu origem posteriormente à cidade de Campina Grande, hoje a maior do interior nordestino, e desde os primórdios, centro comercial e distribuidor importante.

"Carta do Governador de Pernambuco ao Ouvidor Geral da Comarca mandando crear a Villa da Rainha no lugar de Campina Grande e não no Cariry, conforme propusera."

"Tendo attenção à representação que vossa mercê me faz na sua carta de onze do corrente a respeito das rasoens que pondera para não se crear na freguezia dos Cariry a nova Villa da Rainha mas sim na freguezia de Campina Grande do mesmo districto pela razão de ser aquelle terreno secco que não admite plantações e são unicamente fazendas de gados, de sorte que para se proverem

de farinhas as vão buscar d'ali a muita distância, quando pelo contrário o lugar de Campina Grande tem junto a si terras de planta com commodidade para se por em execução as providências que determina a carta regia de vinte e dous de Julho de 1766, ordeno a vossa mercê que crie na freguezia de Campina Grande a mencionada Villa Nova da Rainha, que tinha determinado se creasse no lugar dos Carirys, isto pelas rasoens que vossa mercê me representa na mencionada carta. Deus guarde a vossa mercê. Recife, 25 de Agosto de 1788, D. Thomaz José de Mello. Senhor Doutor Desembargador Antonio Felipe Soares de Andrade Brederode, Ouvidor Geral da Comarca da Paraíba". (Pinto, 1977: 173 e 174).

As principais atividades econômicas do Agreste são a produção de alimentos (principalmente o Brejo) e de algodão e a Pecuária.

De forma semelhante ao Sertão, o Agreste foi povoado com base na pecuária e na agricultura de subsistência que prosperou, tornando-se um celeiro de alimentos através do Brejo. Com o algodão desenvolveu-se inclusive como centro exportador intermediário para o Centro-Sul do país e para o exterior.

É uma região mais povoada, inclusive em virtude das épocas de depressão da atividade açucareira, quando o excedente da mão-de-obra da zona da Mata procurava o Agreste para plantar alimentos, propiciando a formação dos minifúndios.⁽⁵⁾ Em virtude das próprias condições de solo, do clima, da estrutura fundiária, da mão-de-obra disponível etc, apresenta um maior nível de produtividade, sem, no entanto, apresentar um nível tecnológico mais avançado.

O minifúndio convive com o latifúndio, o primeiro dedicando-se à produção de alimentos e algodão, e o segundo à pecuária e ao algodão.

No Agreste as propriedades tendem a diminuir, sendo maior

(5) Um informante. C. Grande-PB. "Até 1935, pequeno foi o número de latifúndios, uma das coisas que fez prosperar C. Grande".

o número de minifúndios, o que se explica pela forma de como ocorreu o seu povoamento. Considere-se ainda, o fato de a pecuária exigir nesta sub-região menores áreas para o criatório, concorrendo assim para o aperfeiçoamento do sistema criatório, superando a forma sertaneja.

O algodão chegou em certos períodos a competir com os engenhos de açúcar. A produção tornou-se mais lucrativa, por ser consorciada com o milho e o feijão mulatinho. (Almeida, 1980: 579).

O BREJO⁽⁶⁾

Conta-se que nos meados do século XVII, Pedro (alcunhado de Bruxaxá), desbravador português, percorrendo a região, chegou ao dorso da serra da Borborema de onde vislumbrou férteis vales, de clima europeu e água cristalina, os quais ofereciam belas paisagens. Ele estava no Brejo paraibano, onde a verdura é perene, há variedades de frutas (banana, jaca, laranja, manga, caju etc) sendo bem provido por causa do seu regime regular de chuvas, solo, altitude e clima que acusa máximas de 25,5°C e mínimas de 16,5°C. A vegetação é densa e alta, sendo frequentes as palmeiras de grande porte.

É uma zona fértil, úmida e bem povoada, de 100 quilômetros de comprimento por cerca de 50 de largura. Aí ficam situados os municípios de Areia, Serraria, Bananeiras, Alagoa Grande, Guarabira, etc.

Além de produtora de verduras, legumes e frutas, ainda se plantam fumo, mandioca, cereais, agave (de forma acentuada du

(6) Deter-nos-emos um pouco a falar do Brejo e dos Cariris Velhos (áreas pesquisadas) por apresentarem características próprias bem diferenciadas das demais micro-regiões do Agreste.

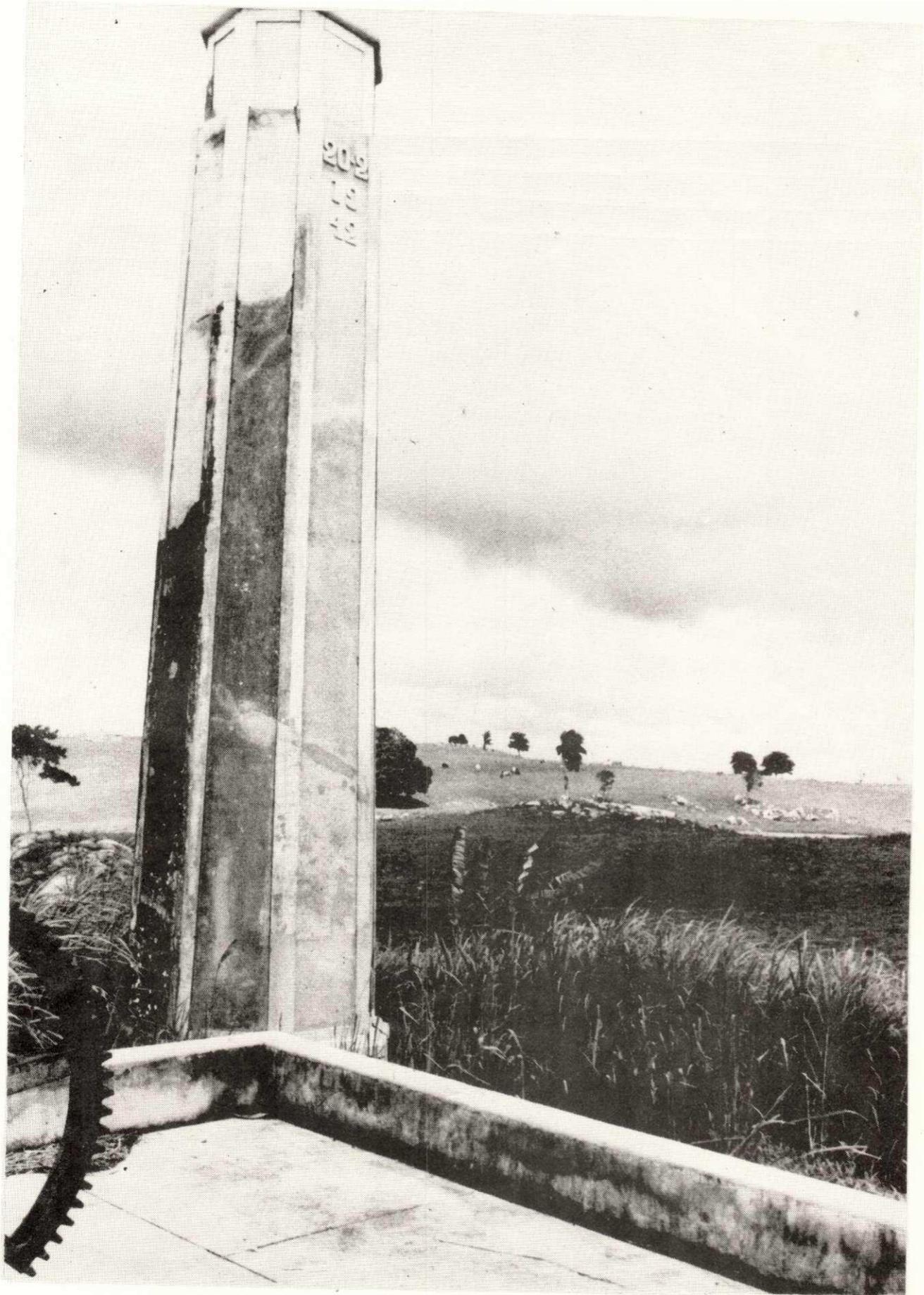
rante a década de 1960, quando aconteceu o principal ciclo econômico) e cana. Na produção açucareira, sobressaem três usinas de açúcar, a Santa Maria, na parte mais alta, a Tanques e a São Francisco nas áreas do sopê, com uma produção anual superior a 1.000.000 (hum milhão) de sacas de 50 quilos, além de muitos engenhos rapadureiros que geralmente também fornecem cana às usinas e que estão sendo paralisados gradativamente (os chamados engenhos de "fogo morto"), transformados em pastagens para a produção da pecuária. Isto foi motivado pela valorização deste ramo produtivo, e pelo fato de ter sido demonstrado que o gado se aclimata bem no Brejo sem maiores problemas, principalmente as raças zebuínas (Nelore, Guzará e Indú-Brasil), como veremos no Capítulo III.

A procura e compra de terras é algo que vem ocorrendo nacionalmente e sobre ela assim se expressou Manuel Correia de Andrade.

"Observa-se, ainda, a existência de propriedades pertencentes, devido à herança ou à compra, a profissionais liberais, a comerciantes e a industriais radicados nas cidades. Esta aquisição de terras por habitantes da cidade vem se intensificando muito nos últimos anos, devido às facilidades de crédito que lhes são dadas (o que dificilmente o pequeno ou médio proprietário consegue) e à especulação existente consequente da insegurança típica e das épocas de inflação". (Andrade, 1973: 58).

O Brejo aí também se encontra incluído, como zona fértil, que não apresenta problema d'água, sendo procurado para a pecuária, sistema produtivo de administração mais fácil e menor utilização de mão-de-obra, se o compararmos à agricultura. Este fato está produzindo a anexação de minifúndios a propriedades maiores⁽⁷⁾, a antigos engenhos. O Brejo produtor agrícola, baseado em minifúndios, encontra-se em fase de transformação.

(7) Em uma fazenda, antigo engenho, hoje se dedicando à pecuária, no espaço de 6 anos já foram anexados minifúndios. Há disputa com outra fazenda vizinha, também pecuária, na preferência de compra. Serraria. Brejo-Pb.



A PECUÁRIA SUBSTITUINDO O ENGENHO .

O Brejo paraibano tem atravessado fases. A inicial, das culturas de subsistência, mandioca, cereais e cana em pequena escala, para ser moída em engenhos de moenda de pau, verticais e movidos a boi, havia sido substituída pela algodoeira, já em 1815, a ponto de haver, na primeira metade do século XIX, só na vila de Areia, quatro bolandeiras, além das localizadas em outros povoados e sítios. Aí o algodão, apesar de ter contra ele os inconvenientes das chuvas excessivas, da friagem e também das pragas, que prejudicavam as safras pendentes, foi mais compensador do que a cana até os meados do século... Só então se iniciou o terceiro ciclo econômico, o da cana-de-açúcar sucedendo ao algodão, da mesma forma que este sucedera ao das lavouras de subsistência. (Almeida, apud Andrade, 1973: 54).

O café foi outra cultura também desenvolvida na região, principalmente em torno de 1840 até aproximadamente 1920.

OS CARIRIS VELHOS

Além do Brejo, outra micro-região que possui características próprias bem acentuadas do Agreste, é a dos Cariris Velhos, com clima mais seco e quente, onde as temperaturas máximas atingem média de 28,5°C e as mínimas 19,5°C. É uma zona seca, pedregosa, abundante em tabuleiros utilizados para a pecuária (gado zebu tipo mais resistente às condições locais), com baixadas propícias à agricultura (milho, feijão e principalmente o algodão mocó que resiste a períodos de secas), quando as condições climáticas se mostram mais favoráveis.

A vegetação se apresenta formada de cactos e bromélias, facheiro, xiquexique e macambira. Os juazeiros, umbus, umburana, aroeira, baraúna, são vegetais de maior porte que aparecem quebrando a violência da impressão que causa a caatinga em suas áreas mais inóspitas. Com as chuvas, a folhagem nasce cobrindo

tudo, substituindo os galhos secos que parecem gritar contra a a
ridez existente.

Sua maior força econômica concentra-se na pecuária, no
gado bovino, pois mesmo o gado sendo criado solto, a vegetação o
ferece condições de, durante as secas normais, preservar os reba
nhos (8). Tais condições de sobrevivência foram afetadas atualmen
te por anos seguidos de estiagem verificados nos últimos anos (1980,
1981, 1982).

Entre os municípios que compõem os Cariris Velhos, encon
tram-se o de Boqueirão, Aroeiras, Cabaceiras, Monteiro. (Sua, São João do
Cariri, Cariris Velhos, Cabaceiras, etc.)

As zonas mais favoráveis à agricultura apresentam maior
densidade demográfica.

A construção de barragens, barreiros, etc é de suma im
portância devido à estação chuvosa ser curta e, por vezes, irregu
lar. Em relação à agricultura, nem sempre pode ser utilizada a
irrigação devido à salinidade do solo que deixa a água salgada, en
quanto que para o gado bovino é útil esta característica (9).

Como no caso do Sertão, aqui também a água se apresenta
como o mais sério problema em virtude de comprometer inclusive to
do o processo produtivo. A capacidade de lotação também aqui per
manece baixa, extensiva, o que implica em fazendas maiores e domí
nio de grandes propriedades, com sistemas criatórios e nível de
porte e peso semelhantes. O fator terra, condições naturais e de
acesso, interferem no processo da produção, juntamente com o tra
balho e o capital investido, gerando uma melhoria no nível tecno
lógico e grau de racionalização do processo.

(8) A macambira é uma planta nativa que tem celulose e amido. É da família dos cactos, e usa-se uma ferramenta (espécie de unhas) para arrancá-las. Depois queimam-se as folhas, que são espinhosas, e o núcleo (a "bola") é aproveitado para o gado. Ela evita a erosão e, ficando uma "cabeça", três ou quatro anos depois, está recomposta. Um informante. Boqueirão-Cariris Velhos.

(9) Visitamos um açude nos Cariris Velhos, em cujas vazantes se havia plantado capim. Inicialmente cresceu verde e aumentou rápido, posteriormente foi amarelado e definhando. O fato foi atribuído à água, por ser salgada.

Gostaríamos de acrescentar que, embora a pecuária e a agricultura sejam desenvolvidas em quase toda a Paraíba, o rebanho ou os produtos agrícolas concentram-se mais em determinadas áreas, em virtude de condições anteriormente analisadas, da proximidade dos centros consumidores e das facilidades de escoamento da produção.

Em relação ao Agreste, (incluindo Brejo e Cariris Velhos) duas ocorrências, ambas no início do século, marcam profundamente a sua estrutura de transporte. A primeira foi a estrada de ferro que chegou até Campina Grande, como ponto terminal, provocando seu crescimento, renovação e centralização comercial, tendo para ela convergido todos os tropeiros e boiadeiros do interior, ultrapassando imediatamente Guarabira, Areia, Alagoa Nova, Itabaiana (IBGE - 1960; XXII). A segunda foi quando Epi-tácio Pessoa começou a cortar a Paraíba de estradas de terra batida, em torno de 1920, tentando amenizar o problema da seca, facilitando a comunicação, escoamento e importação de produtos.

Não só o Agreste, mas toda a Paraíba, foram aos poucos se integrando através das vias de comunicação, unificando as mais variadas micro-regiões e a multiplicidade de paisagens que apresentam o reflexo da ocupação do solo e das atividades sócio-econômicas neles desenvolvidas. ZONA DA MATA

Enquanto a Zona da Mata se especializou na monocultura açucareira (agroindustrial) da qual se pode afirmar que apresenta o mais alto investimento econômico, o mesmo não ocorre no Agreste e Sertão que intercalam a agricultura de alimentos com a de matérias primas e a exploração da pecuária bovina. As opiniões variam, porém nota-se que nas fases em que há decadência da cultura algodoeira, a pecuária ganha força e domina a lavoura. Este fato tendencial está ocorrendo no momento, inclusive ganhando áreas que haviam sido perdidas para a agricultura no século XIX e início do século XX, quando o algodão, com melhoria de condições técnicas, aumento da densidade demográfica, construção de estradas, mercado para exportação, contribuiu para uma maior produção de alimentos que caracterizou o Agreste como uma região de policultura.

Porém a pecuária continuava procurando formas mais ra
cionais e intensivas, seleção racial e especialização na produção
de leite e carne, de pastagens e de complementos alimentares, ga
rantindo uma melhor capacidade de lotação, principalmente no Agres
te. Este fato determinou o papel que ela ora desempenha no con
texto econômico regional, como discutiremos nos capítulos seguin
tes.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PECUÁRIA PARAIBANA

Historicamente, a pecuária vem demonstrando ser um ramo da atividade econômica produtiva na região Nordeste e na Paraíba, atravessando décadas e séculos, com ciclos econômicos bem definidos, com fases áureas e graves dificuldades. Estas últimas são verdadeiras recessões do sub-sistema econômico, decorrentes principalmente de longos períodos de seca, quando o homem e o gado migram em busca de alimentos, e dizimada grande parte dos rebanhos e carcaças aparecem sobre a terra árida e nua.

José Américo de Almeida chega a expressar-se sobre as secas da seguinte forma: "As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica". (Almeida, 1980: 161).

Posteriormente, citando I. Joffily, Felipe Guerra e o Senador Pompeu, ele nos dá alguns exemplos (Almeida, 1980: 170 e 171).

Em 1730 "os officiaes da Câmara representam a El-Rei de clarando que desde o anno de 1723 até o presente, tem sofrido esta capitania grande esterilidade de seccas e ao mesmo tempo pedem a El-Rei que os mande acudir com escravos, pois os daqui têm morrido de fome e que os engenhos estavam em ruínas, não são pelo estado da terra, como por falta de braços para o trabalho".

Em 1744, "morreram os gados a acabar, e a fome no povo foi considerável, de sorte que os meninos que já andavam, tornaram ao estado de engatinhar..."

"A de 1777, cujos efeitos já se acentuavam no ano anterior e se estenderam até 1778, foi das mais desastrosas. Ficou perdido quase todo o gado da capitania".

Em 1790, foi o início da **seca grande** que perdurou durante quatro anos. "Foi uma inominável desgraça, cujos pavores se perpetuaram na tradição"... "Morreram de fome até os bichos do mato".

Como podemos verificar, o problema comprometia inclusi

ve a própria existência da pecuária, mas mesmo assim ela apareceria durante o período da colonização, como o único produto importante que não se destinava à exportação, sendo responsável pela interiorização e colonização do Estado. Este processo ocorreu em direção aos sertões onde a vegetação era pouco densa e apareciam afloramentos salinos ("lambedouros") (Prado Júnior, 1977:62) importantes para o gado. Formaram-se latifúndios, através de sesmarias, datas de terras concedidas pelo governador do Brasil, atingindo até 10, 18, 48 léguas (Almeida, 1978: 31). Em geral, porém, as propriedades apresentavam três léguas de comprimento por uma de largura, ou seja, uma extensão superior a 10.000 hectares, dispostos, na maioria das vezes, ao longo de um curso d'água, daí a denominação de ribeiras. Era já a força intervencionista do Estado, fator importante e sempre presente em todos os períodos.

O gado acompanhou histórica e economicamente a cana-de-açúcar como atividade subsidiária. A cana-de-açúcar estendia-se pelo litoral, o gado adentrava pelo interior, originando vilas e cidades, precisando cada dia caminhar mais, criar novos espaços, e, em consequência, aumentava a distância do litoral onde estava o seu verdadeiro centro consumidor. A pecuária surgiu para abastecer o engenho, que, pelo fato de determinar uma monocultura em larga escala voltada para a exportação, uma atividade especializada com alta rentabilidade em relação às demais, não permitia atividades correlatas em suas terras úmidas e valorizadas. A pecuária surgiu assim como uma forma de desenvolvimento marginal da atividade econômica principal. A lei da reprodução era determinada basicamente pelas suas relações com a região açucareira (Oliveira, 1977: 39 e 40), dependendo assim a sobrevivência e o crescimento desta atividade.

Na primeira fase, além de fornecer alimentos (Proteínas) à mão-de-obra dos engenhos, abastecia também a estes de uma fonte de energia, pois a força de tração neles utilizada era principalmente a animal. Os bois eram animais de tiro, puxavam os carros (arrastados por quatro ou mais bois), transportavam a cana do campo para o engenho, supriam de carne a população, inclusive os es

cravos. Eram utilizados nos engenhos os trapiches, quando a força motriz era animal⁽¹⁰⁾. No início do processo coexistiam pequenos currais com os canaviais. Este convívio durou pouco, surgindo gradativamente, em substituição, as fazendas de gado, num processo de interiorização para a parte semi-árida do Nordeste, ocorrendo a seletividade no uso da terra.

Segundo citações de escritos da época, no interior os moradores eram quase todos criadores de gado. Algumas famílias mais pobres possuíam apenas meia dúzia de cabeças. Outras, cem e até cinco mil cabeças de gado, como foi o caso da fazenda pertencente ao Padre Marcos de Araújo Rocha⁽¹¹⁾ descrita por George Gardner, em andanças realizadas pelo Ceará, Piauí, Minas Gerais, durante os anos de 1836 e 1841, e citadas por Aécio Villar de Aquino (1980: 99) do qual transcrevemos um trecho: "A fazenda de Boa Esperança era das maiores que eu já visitara no Brasil, e nela pastavam mais de cinco mil cabeças de gado e centenas de carneiros. Embora sujeita esporadicamente a longas secas, como todas as outras do sertão, há todavia nesta fazenda água abundante durante o ano todo, mesmo quando não chove por mais de doze meses. O rio corre a pouca distância da casa e, conquanto apenas tenha água na estação das chuvas, dele se obtêm em todo o tempo abundante suprimento do líquido, graças a uma sólida represa hele construída em lugares onde as margens são um tanto elevadas e rochosas de ambos os lados. Esta represa, posto que construída há mais de cinquenta anos, é ainda tão eficiente como quando foi feita, circunstância não pouco admirável em país como o Brasil onde obras desta na

(10) "Entre os 16 engenhos existentes na Paraíba no século XVII, 12 eram movidos pela força d'água que aprontavam por dia, de 40 a 50 carros, e 04 movidos por juntas de bois que produziam de 25 a 35 carros por dia." (Monteiro, 1975:78 e 79)

(11) Após a guerra holandesa, os religiosos beneditinos "haviã^o re^o construído o seu bello mosteiro, possuíam casas, escravos, gados, safras e por último levantaram em grandes proporções o engenho Maraú, o primeiro e o melhor da província até então. Os carmelitanos tinham escravos, gados, plantavam cana e preparavam-se para dar ao seu convento e à sua igreja mais vastas dimensões".

O poder econômico dos religiosos existia de fato como podemos acima observar. (Machado, 1977: 326).

tureza são geralmente tão mal executadas. A casa é construída nu ma pequena elevação e, como há atrás dela cerca de trinta habitações pertencentes a escravos, o lugar tem todo o aspecto de uma aldeola".

No trecho acima citado, gostaríamos de ressaltar três pontos:

- 1 - A viabilidade da pecuária nas regiões semi-áridas, mesmo quando ocorrem demoradas estiagens, através do armazenamento d'água, solução para atenuar o problema das secas, há tanto tempo utilizada, e que, atualmente, ainda se apresenta como o caminho certo, tanto para a pecuária co mo para a agricultura. Através da irrigação, torna-se possível a sobrevivência da população em seu lugar de o rigem. Não se prosseguiu nesta direção, parecendo até que é conveniente para a Nação a convivência do Nordeste com este problema, que o mantém em situação de dependência regional.
- 2 - Neste período, na maioria das vezes, os proprietários ha bitavam na fazenda, embora possuíssem casas nas vilas, as quais só eram ocupadas durante o Natal e outras datas fes tivas.
- 3 - A mão-de-obra era escrava⁽¹²⁾ apesar de que geralmente ela

(12) Num quadro estatístico, citado por Irineu Pinto (1977: 208) que data de 1851, da população livre e escrava, correspondentes a três comarcas, sendo que a terceira englobava Pombal, Piancó, Patos e Souza, veremos que as percentagens não são tão diversas, demonstrando que no sertão a mão-de-obra es crava existia de forma representativa.

COMARCAS	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	% ESCRAVOS
Primeira	43.101	8.771	51.872	16,91
Segunda	103.976	12.765	116.741	10,93
Terceira	36.843	7.010	43.853	15,99
TOTAL	183.920	28.546	212.466	13,44

Fonte: Estatística da população livre e escrava da Província, por municípios e freguezias, no ano de 1851.

era composta pelo vaqueiro (livre) e agregados, dos quais voltaremos a falar.

As condições do mercado, o fato de os senhores não quererem desviar recursos para uma atividade secundária, a convivência não pacífica entre o gado e a lavoura, a abundância de terras no interior (Furtado, 1967: 59-65), a proibição do governo português de criar gado na faixa litorânea, excluindo a pecuária da faixa que se estendia até dez léguas do litoral, foram fatores que fizeram com que a pecuária se desenvolvesse, (em 1775, a Paraíba apresentava 869 fazendas e 37 engenhos, (Pinto, 1977: 168) dando lugar ao surgimento de uma economia dependente da própria região nordestina, como uma forma de desdobramento marginal da atividade econômica principal, com características totalmente divergentes, sobre as quais passaremos a falar.

A mão-de-obra utilizada era bastante pequena, parcialmente escrava, recrutada principalmente do elemento indígena e mestiço, que se adaptava facilmente a ela, composta do vaqueiro livre, dos agregados ou alugados.

A grosso modo, supondo-se 650.000 cabeças de gado, a população que vivia da criação nordestina não seria superior a 13.000 pessoas, 01 vaqueiro para 250 cabeças. (Furtado, 1967: 63).

A ocupação era extensiva e, muitas vezes, itinerante. Na época do verão, deslocava-se o gado para as margens ribeirinhas ou para as serras, em busca de lugares mais frescos, de pastagens e de água. O gado ocupava grandes extensões, necessitava-se até de cinco ou seis hectares para manter uma rês. (Andrade, 1977: 99).

O investimento feito era praticamente o próprio gado, não exigindo gastos monetários de significação, pois a pecuária era simples e rudimentar, pouco mais que uma produção extrativa, sem a mais simples melhoria dos pastos, salvo o grosseiro sistema de "queimada"⁽¹³⁾, que consiste em queimar anualmente os pastos

(13) "Os índios, como os mestiços, do litoral ou do sertão, prati

antes das chuvas para propiciar o nascimento de uma pastagem mais tenra e viçosa.

As condições acima expostas permitiram ascensão e independência por parte daqueles que não possuíam condições econômicas para montarem um engenho e sobretudo não queriam submeter-se à estrutura sócio-econômica do sistema açucareiro.

O produto das fazendas é naturalmente variável: "a importância dela não é, aliás, avaliada por aquele número, que em regra não se conhece ou não se toma em consideração, mas pelo número de bezerros que 'amansa', isto é, que cria anualmente. Este número é, nas boas fazendas, de 1.000 bezerros; vai, às vezes, a 2.000. Mas a regra comum está muito abaixo destes máximos... A grande maioria, abaixo de 500". (Apud Prado Júnior, 1977 : 193).

A renda total constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros não excederia 5% do valor da exportação do açúcar. (Furtado, 1967: 63).

O produto era consumido principalmente pelo mercado regional, exceto uma parcela dos couros. A carne, imprescindível nas aglomerações, tem importante papel na dieta da colônia (Prado Júnior, 1977: 186) inclusive na dos escravos. Em grande parcela é uma atividade de subsistência, fonte de alimentos.

O couro além de exportado era praticamente utilizado como matéria prima para tudo, devido a ser muito caro o que não fosse produzido localmente.

O trecho a seguir, de Capistrano de Abreu, transcrito

cavam a queima para o efeito de limpa e renovação dos roçados, o que até hoje continua a acontecer. Ocorre que, além dos prejuízos que empobrecem o solo escolhido, o fogo não raro se alastra para mais longe, sem medida e sem marca. Esses bens destruídos nunca foram devidamente repostos, tanto que o clima do sertão deve ter se modificado para maior aspereza, depois da conquista, à falta de equilíbrio vegetal. Da mesma forma o extenso processo de lixiviação alterou o solo, privando do humus renovador e chegando ao acúmulo laterítico. Paralelamente, o litoral se tornou mais pobre em densidade vegetal e em variação de espécies". (Monteiro, 1975: 83).

por Manuel Correia de Andrade em *Evolução e Características da Pecuária Nordestina* e retranscrito em "A Terra e o Homem do Nordeste" (1977: 183), fala bem sobre a "civilização do couro".

"De couro era a porta das cabanas; rude leito aplicado ao chão, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocô ou alforje para levar comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as baínhas das facas, as brocas e os surrões, a roupa de montar no mato, os bangllês para curtumes ou para apanhar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros por junta de bois, que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se tabaco para nariz".

As exigências de uma infra-estrutura para transporte eram mínimas, pois o boi se auto-transportava em boiadas de 100 a 300 animais, não necessitava ser carregado, apesar de sentir nos músculos e no peso as grandes caminhadas.

Caminhavam por estreitas trilhas tortuosas que foram, muitas vezes, abertas pelos índios, quando buscavam o litoral.

Eram grandes deslocamentos, tornando-se onerosos, pois era necessário, muitas vezes, parar em campos de engorda alugados para recuperar o gado, como também exigiam pessoas capazes (brancos, pretos, índios e mulatos) para a condução dos animais sem extravios.

Eram os tangedores (a maioria a pé e alguns a cavalo, se revezando) os encarregados do transporte, a quem cabia a manutenção de todos, e os guias que caminhavam à frente cantando o "aboio sertanejo". (Andrade, 1977: 185).

A expansão passou a ser permanente, pela forma lenta e contínua de acumulação do capital dentro da atividade criatória, em decorrência do aumento dos rebanhos através da reprodução, ocupação de novas terras e favorecida por uma franca expansão do mercado, não havendo necessidade de um aumento proporcional no número da mão-de-obra empregada, melhorando-se assim a produtividade do sistema.

Comprovando, temos um trecho de uma carta, datada de 1858, do Presidente Roham, um dos mais operosos que teve a Província, quando assim se expressa: "*Criações - Em alguns dos municípios do interior e notadamente nos que demoram ao occidente da serra da Borborema, consiste a riqueza na criação do gado vaccum e cavallar. O alto preço porém a que têm chegado essas espécies, prova que a produção não está em proporção com o consumo*". (Pinto, 1977: 262).

As secas cíclicas castigaram severamente o aumento do nível da produtividade, como podemos notar através de cartas do presidente da Província (Pinto, 1977: 176). Em 1845 - "*No corrente anno manifesta-se grande secca nesta Província... continúa presa dos horrores da fome, principalmente em algumas villas do interior que se acham desertas pela immigração*". Em 1845 - "*Solícito a vinda de 1.000 cabeças de gado para o sertão, a fim de fazer crias pois a secca tudo aniquilou neste ramo da indústria da Província*".

Mas, mesmo assim, o Nordeste canavieiro dos "barões", dos salões e saraus, começou a conviver com os latifundiários do sertão, dos "coronéis", com características bem diferentes, sem, no entanto, deixar de ser importantíssimo para o litoral, para a ocupação da população excedente, para a colonização do nosso interior. Era um Nordeste mais pobre, simples, rudimentar, mas talvez mais brasileiro, forte e livre, com maior porção de sua área territorial. Porém, entre eles havia algo de comum: as distinções sociais e predomínio absoluto e patriarcal do proprietário e senhor. O grupo social que neles se constitui, exerce as mesmas funções e ocupa o mesmo lugar na vida econômica, social e administrativa da colônia, isto é, são elementos que se associam de uma forma geral a todos os grandes domínios da colônia. (Prado Júnior, 1977: 291).

À medida que a monocultura da cana-de-açúcar avançava pelo litoral e terrenos úmidos, o gado ia recuando para o interior até a região árida do sertão. A Paraíba foi povoada através de dois núcleos: do litoral (cana-de-açúcar) e do sertão (gado). Ca

minhavam um para o outro até se encontrarem nas terras centrais da caatinga (Machado, 1977: 344) e dos brejos, à procura de recursos alimentícios, principalmente agrícolas, para o sustento das fazendas e povoamentos. Horácio de Almeida (1978: 65) assim se refere ao assunto: "Entre o sertão e o litoral mediava o brejo, um oásis de fartura. Por mais de dois séculos essa faixa de terra foi o celeiro do sertão. Exportava cereais, rapadura, farinha, café, fumo de corda"...

A PECUÁRIA, SISTEMA UTILIZADO

O sistema criatório da pecuária durante largo período foi extensivo, ou melhor ultra-extensivo, e rudimentar.

As primeiras fazendas se situavam geralmente às margens dos principais rios ou próximas a olhos d'água, com 3 léguas de comprimento e uma de largura, que era quanto mediam geralmente as sesmarias.

Os equipamentos utilizados eram praticamente o curral de madeira (que servia inclusive para encerrar os bezerros até certa idade para domesticá-los e poder usar o leite das vacas), a marca de ferro, a roupa de couro do vaqueiro e sua montaria. O cavalo, pequeno e mal conformado, crioulo, porém ágil, (adestrado para derrubar o boi) e resistente, era de suma importância. Tanto o fazendeiro como o vaqueiro faziam questão de montar um bom e eficiente animal, bem arreado - esse era o seu luxo.

Os animais ocupavam grandes extensões e alimentavam-se da pastagem natural⁽¹⁴⁾ da região, composta por gramíneas como pa-nasco, mimoso, milho-branco, vermelho, carrapicho, pé-de-galinha,

(14) Um informante: "Quando era criança, a pastagem, a alimentação para o gado, era uma beleza. Não havia cercado nem pastagem artificial, era tudo nativo".

ervanço, amargoso, gordura, colônia e grama; por ramas como moro rō, feijão-bravo, umari cipaúba, etc.

No inverno é farta e extraordinária, em quantidade e qualidade, rica e variada.

O gado era pequeno, chamado "pé duro" ou "crioulo". De pois de marcado a ferro quente em brasa, com a marca do proprietário e, às vezes, da ribeira em que ficava a fazenda, era solto e pastava livremente, à lei da natureza, a léguas da distância da sede, pois não havia cercas, eram campos abertos e a marca era respeitada.

As perdas ocorriam pelos morcegos, atoleiros, onças, subalimentação, doenças e falta d'água.

Algum trato de que o gado precisasse, era realizado mesmo no campo. Derrubava-se o animal com uma vara de ferrão (peça de ferro, quadrangular e aguçada, com saliência de meia polegada) que o atingia na anca derrubando-o. O vaqueiro, então, descia rapidamente do cavalo, segurava-o e amarrava suas pernas com a peia (tira de sola) realizando então o tratamento necessário. Quando o vaqueiro não conseguia, o cachorro crioulo, treinado, se pendurava nos "beiços" do animal, que nada podia fazer com ele que terminava por dominá-lo. Onde não entrava o cavalo, o cachorro trava. Posteriormente, (nos fins do século passado) passou-se a derrubar o boi com um puxão de cauda como ocorre em nossas vaquejadas.

A agricultura de subsistência foi se expandindo à proporção que a população crescia. Sempre lhe eram reservadas pequenas áreas cercadas, vazantes nas beiras dos rios para plantações de milho, feijão, arroz, gerimun, melancia, batata doce, macaxeira, mandioca, bananeiras.

A alimentação era composta principalmente de carne assada com farofa ou cozida com pirão. Coalhada, picado, panelada, buchada, feijão, munguzã, angu, farinha, mel, pirão de leite, rapadura, manteiga feita com nata de leite, queijo.⁽¹⁵⁾ De verdura, sō

(15) Um informante: "Na época do inverno os fazendeiros pegavam u

coentro e cebola.

"Para longas caminhadas, assim como para dias inteiros a perseguir os animais bravios nas caatingas, o habitante do Agreste e do Sertão tinha uma alimentação própria. Em um alforje de couro, o 'mocô', levava a paçoca (carne seca pisada no pilão com farinha) e a rapadura. Também costumava levar o comboeiro (carne seca cortada miudinha com farinha) e um saco de couro - a borracha - utilizado para transportar a água que se conservava, a², fria e límpida". (Andrade, 1977: 148).

A zona de criação ocupava poucos braços para o trabalho. Bastava um vaqueiro auxiliado por alguns agregados, para dar conta de uma fazenda de gado. (Almeida, 1978: 63 e 64).

O vaqueiro era um homem livre. A ele cabia como pagamento por seu trabalho, a quarta ou a terça dos bezerros nascidos que, ao apartar, poderia vender. Alguns proprietários permitiam que permanecessem junto com o seu gado. A entrega ou pagamento se efetuava uma vez por ano (às vezes de cinco em cinco anos), quando o gado era todo reunido para ferro e apartamento.

Na época, não era difícil um vaqueiro tornar-se pequeno fazendeiro, proprietário.

O seu trabalho era árduo. Embrenhava-se no mato a cavalo, atrás dos bois, evitando extravios de reses ou que gado se tornasse selvagem e indomável, fugindo com a aproximação do homem. Está aí a explicação de sua indumentária de couro (chapéu, gibão, jaleco ou peitoral, calças, perneiras e luvas, botas e chibatas de couro), que o protegia de cortes e arranhões provocados por galhos e espinhos. Pancadas, coices, eram comuns, porém era raro lhe ocasionarem a morte. Realmente, era uma tarefa que exigia coragem, especialização e destreza.

Mas, apesar de tudo, a água era o seu principal problema, pois o vaqueiro ainda procurava construir cacimbas onde o ga

ma tábua e fabricavam queijo de manteiga. Traziam as malas de couro cru cheias de queijo que cortavam de machado. O feijão cozinhava o queijo". Campina Grande-PB.

do bebia durante o verão e a seca, como também dentro dos recursos naturais mitigar a fome dos animais, nos períodos secos.

Temos aí os verdadeiros responsáveis pelo movimento povoador do interior, como observou Manuel Correia de Andrade (1977: 180), que, depois de citar os nomes de alguns fidalgos, afirma: "Não foram estes grão-senhores, porém, como querem fazer entender alguns historiadores, os homens fortes da conquista de nossos sertões. Não enfrentaram o calor e a sede nas caatingas adustas, nem as flechas traiçoeiras dos indígenas que atacados pelos brancos não tinham para onde recuar, passando a defender palmo a palmo a aquela terra seca onde caçavam e aquelas ribanceiras onde pescavam para a sua alimentação. Esta luta difícil e hostil contra selvagens bélicosos assim como a defesa das reses deixadas nos currais como verdadeiros marcos de avanço do movimento povoador, era feita pelos vaqueiros, por escravos e por posseiros".

Com visão semelhante temos Oliveira Viana, citado por José Américo de Almeida (1980: 596), que assim se expressou: "O sertanista povoador, por onde vai passando, deixa, como prova de sua passagem, o signal de sua posse, um curral. Depois de mettido o gado, allega esse facto e os dispêndios e as luctas com o gentio, e pede a sesmaria assim preliminarmente povoada... o curral é o meio mais rápido de conquista e povoamento, depois vem a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação, a villa... o vaqueiro é, então, em nossa história, a vanguarda da civilização. É o batador dos engenhos. Anuncia-os. Prepara o meio à nova instalação; abre clareiras e fogo; afugenta as feras; bate o índio e o expulsa; e assegura por toda a parte a tranquilidade indispensável ao labor das sementeiras".

E assim foi ocorrendo a colonização do sertão que nasceu e foi consolidada através da pecuária, atividade econômica básica. Ocupação dura, feroz e - por que não dizer? - injusta dentro dos princípios humanos. Dela assim falou Manuel Correia de Andrade (1973: 146)

"A luta contra os índios cariris revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhe tomavam a terra e os

escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de 'guerra justa', não só possibilitou o desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos, se recolhessem às serras, aos brejos altos menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado". Esta luta recebia o apoio do governo colonial, muitas vezes através de pessoas, munições e alimentação.

No período colonial, a economia era incipiente e o comércio rudimentar. Os negociantes vendiam toda sorte de mercadorias, geralmente mascateando de porta em porta, realizando longas caminhadas. Quando não havia dinheiro, que era escasso, para comprar, o comércio de troca funcionava através dos produtos da fazenda (queijo, fumo de corda, carneiro, garrote) e até mesmo fiado, pois para o fiado bastava a palavra dada ou até mesmo um fio de barba: (Almeida, 1978: 182).

O meio que oferecia condições favoráveis possibilitou, no intervalo das secas, um excepcional crescimento⁽¹⁶⁾, quando então os rebanhos se multiplicavam. Porém, com o decorrer dos anos, vários problemas foram surgindo e se agravando:

Os recursos naturais primitivos foram escasseando, à proporção que aumentava o povoamento humano e número de cabeças de gado.

A falta de seleção do rebanho provocou a degeneração na raça bovina, por não haver na época a técnica do cruzamento com choque de sangue. Os reprodutores eram escolhidos, às vezes, entre os animais inutilizados para o trabalho.

A ausência de prevenção de manutenção de pastagens (ribeirinhas) ou ensilagem para os períodos de verão e secas, provocavam migrações sazonais (largas caminhadas) ou mesmo mortes e nomadismo das regiões.

Prejuízos e perdas periódicas, ocasionadas por doenças,

(16) Crescimento aqui empregado como aumento quantitativo, diferente de desenvolvimento que implicaria em aplicação de novas técnicas de manejo criatório, de utilização de pastagens, de seleção racial, etc.

sem tratamento condizente. Por falta de instalações e estoque de alimentos, o gado nunca era todo reunido para tratamento, separação ou controle adequados.

Enfim, o baixo nível das inversões era a principal causa da baixa rentabilidade.

A PECUÁRIA E SUAS INOVAÇÕES - A AGRO-PECUÁRIA

Enquanto a pecuária se desenvolveu subordinada à zona açucareira, à monocultura de exportação, a agricultura cresceu à sombra da pecuária, como produto para a subsistência, gradualmente e à proporção que o mercado consumidor ia crescendo. Cercas surgiram, separando o criatório das plantações, as estradas vicinais e carroçáveis permitiram o escoamento da produção.

Com o aumento da produção agrícola, foram selecionadas ao longo do tempo, zonas próprias e favoráveis para esta atividade que se localizavam nos baixios e nos vales longos dos rios como o Paraíba ou o Piranhas-Açu. Em muitos casos, passou-se a produzir em escala comercial. Foi neste estágio que surgiu o algodão transformando-se na produção mais bem remunerada e utilizada exclusivamente para venda.

Concomitantemente, neste período, que corresponde aos fins do século passado e início do atual, foram ocorrendo transformações e melhoramentos na pecuária. Era o uso de cercados, de remédios, de plantações de capim e palma forrageira para a alimentação do gado, de reprodutores zebus, espécie que para aqui bem se presta devido a sua rusticidade, visando à melhoria dos rebanhos, aumento de peso e tamanho.

No século XIX, as manadas desciam de todas as ribeiras do sertão para o mercado consumidor do litoral. Primeiro nas fei

ras de Olinda⁽¹⁷⁾, depois nas de Goiana, recuaram para Itabaiana, Campina Grande e Pocinhos.

A economia paraibana dependia então de nossa vida rural e pastoril, inclusive como base para o comércio e a indústria. A zona da pecuária produzia gado vaccum e cavalariço, queijo, couros, peles, carnes, algodão, cera de carnaúba, etc.

José Américo de Almeida (1980: 620) citando um artigo de "O Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro, em sua edição de 24 de janeiro de 1922, comentando a Exposição Nacional em que a Paraíba figurou, nos dá um exemplo da indústria de couro existente então: "A indústria dos couros já vai tendo regular desenvolvimento na Paraíba, como atestam os magníficos productos (vaque-tas) das duas maiores fábricas do Estado, ambas distinguidas com grandes prêmios pela Comissão de Julgamento. Estas duas fábricas, com capital de muitas centenas de contos, abastecem o Estado e grande parte dos seus productos são exportados para o Rio, São Paulo e outros Estados.

São também productos dignos de menção as solas fabricadas em Patos e Campina Grande"...

Um documento importante do qual não poderíamos deixar de falar, pois nos dá idéia em termos quantitativos do crescimento de nossa pecuária, é o inquérito agro-pecuário de 1920. (Almeida, 1980: 607).

Apesar dos processos primitivos, da ausência de um aproveitamento verdadeiramente racional dos recursos existentes e da seca de 1919, em 1920 a espécie bovina do Estado atingia 408.856 cabeças, cifra bem representativa por ser quase o duplo dos rebanhos do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Para cada 1.000 habitantes, havia 463 animais bovinos.

(17) "Por longos anos viveu a Paraíba sangrada na sua economia. Os productos de exportação saíam quase todos pelo porto de Recife, tais como: açúcar, algodão, couro curtido e fumo de rolo. Até as boiadas que desciam do sertão iam em direitura das feiras de Igarapé e Goiana". (Almeida, 1978: 71).

Quadro III- Municípios onde mais avulta a espécie bovina (1920)

MUNICÍPIOS	CABEÇAS	MUNICÍPIOS	CABEÇAS
Campina Grande	31.833	Soledade	15.233
Picuí	29.062	Pombal	13.483
Cabaceiras	28.641	Ingá	12.826
São João do Cariri	28.302	Souza	14.195
Alagoa de Monteiro	23.654	St. ^a Luzia do Sabugi	12.838
Pilar	22.179	Catolé do Rocha	12.721
Piancó	22.062	Itabaiana	11.525
Patos	19.723	Mamanguape	11.451
Guarabira	15.569		11.441

Fonte: Inquérito agropecuário de 1920, dados censitários (18)
(Apud Almeida, 1980:614).

A exportação do Estado apresentou o seguinte quadro nos citados anos, em couro e gado bovino:

Quadro IV - Exportação geral do Estado dos produtos Couro e gado (1915-1921)

	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921
Couro p/kl.	757.974	756.604	377.503	28.520	146.744	159.841	58.105
Gado por unidade	26.692	23.490	23.152	18.170	17.353	14.707	21.330

Fonte: Quadros de exportação, no período compreendido de 1915 a 1921 (Apud Almeida, 1980: 616-617).

Estes números de fato fundamentam a importância da pecuária que repercutia no movimento do progresso da atividade geral.

(18) É interessante notar a quantidade de cabeças que apresenta o Cariri, onde a flora típica, possibilita recursos para a alimentação no período seco.

Em termos da possibilidade de aumentar a produtividade, já existiam as sementes, ou seja um bom número de animais aptos à procriação, o fator terra apesar de suficiente em processo de um melhor aproveitamento, as relações de trabalho⁽¹⁹⁾ se transformando à medida em que iam se desenvolvendo os meios de produção e se estava participando de um novo momento histórico.

Concomitantemente com o gado e a produção de alimentos vai se desenvolvendo a cultura do algodão, atingindo níveis expressivos de produção, e que vai de fato estabelecer o novo Nordeste algodoeiro - pecuário, que Manuel Correia de Andrade (1977: 89) chamou muito acertadamente de complexo algodão - gado - cereais.

À proporção que os rebanhos e a população cresciam, havia uma tendência (ditada pela própria necessidade) de se associar à agricultura a pecuária, pois o gado que durante o período invernosos tinha ricas e férteis pastagens naturais, e durante o verão efetuava largas caminhadas em busca d'água e alimentos, passou a, no verão, com o auxílio da agricultura e do represamento d'água, a se alimentar, na própria propriedade, dos restos das plantações de algodão, feijão, milho, etc.

Com a urbanização do interior do Estado, os maiores proprietários iniciaram um processo de mudança de residência para as cidades. Tal processo prejudicou sensivelmente a modernização das propriedades pela ausência parcial do "patrão", centro de todas as decisões.

Os proprietários passaram a morar nas cidades devido a fatores tais como uma outra atividade econômica (em geral o comércio), a educação dos filhos, etc. Eles voltam à propriedade rural periodicamente e demorando-se durante a estação das chuvas, quando tudo é farto, bonito e agradável, aproveitando então o período para fiscalizar o vaqueiro, mandar consertar cercas, etc.

(19) Aqui compreendida como as relações que se estabelecem entre o proprietário dos meios de produção e os indivíduos que vendam sua força de trabalho (poder de trabalho) aos primeiros como se fosse uma mercadoria.

Durante a maior parte do tempo, a fazenda fica entregue à administração do vaqueiro, que por ela é responsável, além de cuidar do gado e fiscalizar os moradores.

O vaqueiro que, como pagamento, recebe a "terça" ou a "quarta"⁽²⁰⁾ dos bezerros que nascem, (alguns proprietários compram logo após a entrega, outros proibem as vendas a terceiros e ainda outros permitem que ele os crie junto com o gado da fazenda), quase não tem tempo de fazer o "roçado" (agricultura de subsistência, pois percorre diariamente os campos, verificando as reses, cercas, aguadas, curando os animais, desatolando-os. Quando necessário, ferra os animais, tira o leite, aparta os bezerros, doma potros, etc.

Quando o vaqueiro tem um roçado, geralmente este é tratado por sua família ou por outras pessoas.

O número de moradores ou de pessoas que habitam na fazenda e ali trabalham, varia dependendo do tamanho da terra, da população do lugar, das possibilidades agrícolas da região. Geralmente os mesmos recebem uma casa quase sempre de taipa, formada por esteiras de madeira ocupando as várias extremidades da casa. Estes esteios são ligados uns aos outros por um entrançado de varas amarradas por cipós. Sobre este entrelaçado lança-se então o barro.

"Nunca são assoalhados, sendo o chão de terra batida. Não dispõem de instalações sanitárias, sendo os rios utilizados para o banho e as touceiras de mato mais compactos, para o atendimento de necessidades fisiológicas". (Andrade, 1973: 123). Além desta casa precária ao extremo, recebiam um pedaço de terra (de acordo com quantidade de bocas e braços) para plantar milho, feijão, fava, um pouco de algodão e, às vezes, mandioca, gerimun, maxixe, melancia, melão, etc.

Em troca, o proprietário tinha uma força de trabalho

(20) Pouco a pouco, vai surgindo a prática de se pagar um salário (o preço pela utilização de sua força de trabalho) não mais em espécie (garrotes) e sim em dinheiro.

submissa e disponível, que para ele trabalhava a preço inferior 2 ou 3 dias por semana, ou 1 dia de graça (o cambão) que em termos anuais é um elevadíssimo preço. Em certos casos, chegava-se ao cúmulo de que, se um morador deixasse de trabalhar um dia dos estabelecidos, por qualquer motivo, inclusive doença, o proprietário descontava um dia de trabalho que já fora executado.

O proprietário que fornecia a terra e semente, recebia a "meia" ou a "terça" da colheita, às vezes ainda com o direito de comprar o algodão (produto comercial), pois geralmente os moradores vendiam o algodão e apenas o excedente do que podiam comer, garantindo assim sua subsistência.

As tarefas executadas pelos moradores eram as mais variadas, tais como fazer ou consertar cercas, limpar o pasto de plantas prejudiciais (mata-pasto, malissa), ajudar na construção de casas e açudes, etc.

Outra forma de exploração foi o "barracão" onde o trabalhador comprava fiado (sempre mais caro) sem conseguir nunca cobrir com os seus ganhos (muitas vezes recebidos em vales) a dívida arcada.

Alguns proprietários faziam pequenos empréstimos, principalmente no fim do verão e início do inverno, quando o trabalhador teria de comprar sementes para plantar, e como devedor, de certa forma perdia sua liberdade, inclusive em sair e trabalhar para outro.

Além destas formas, os proprietários (como também comerciantes) compravam a produção agrícola na folha (o produto apenas nascido), o que para o agricultor era uma espécie de financiamento do processo produtivo. Porém, quando as condições climáticas não favoreciam, ele não podia entregar a quantidade de produto estabelecido, ficando assim preso às circunstâncias, à espera da próxima safra, na tentativa de se libertar.

Como vemos, é um sistema de muitos direitos e poucas obrigações, que continua a exigir por parte do proprietário um nível de investimento que aqui continua baixo.

"As cercas de arame farpado s̄o surgiram ap̄os os financiamentos banc̄arios (em torno de 1950, surgiu o Banco do Brasil em Cajazeiras, mas s̄o havia ele), antes eram de varas ou de pedras. A cerca de varas n̄o exist̄e mais, mas era cerca boa, tendo sido utilizada durante muitos e muitos anos. N̄o h̄a mais varas na regīo, como existiam antes (material adequado); hoje s̄o h̄a jurema que n̄o d̄a vara. As cercas de pedra evitam, inclusive, a entrada do bode e da 'miunça' (porcos, cabras), nas de arame farpado, precisa-se de 8 ou 9 arames, mas a pedra tornou-se dificil e n̄o ẽ f̄acil extraí-la do sub-solo, sai muito caro. H̄a uns quarenta anos, fiz 1.416 braças de cerca de pedras. Naquela ẽpoca era mais f̄acil". Assim se expressou um informante, chefe político de Antenor Navarro, sert̄o.

No sert̄o, as cercas s̄o de madeira, de pedra, ou de pedra com madeira, ou ainda de pedra com madeira e arame farpado (̄a base de pedras soltas formando um muro baixo com a parte de cima de madeira, ou de madeira e arame). No agreste e cariris, as cercas vivas de avel̄os, ou de ramos e espinho (por exemplo, a macambira) foram as mais utilizadas.

Atẽ 1930, os campos abertos predominavam, poucas propriedades cercadas existiam. Cercavam-se geralmente as partes das lavouras, dos cavalos e vacas leiteiras.

No inverno, o gado era solto nos campos abertos. No ver̄o era feita a pega (geralmente perto das bebidas). Os animais eram levados para a fazenda onde eram ferrados (no ver̄o, porque a mosca n̄o contamina) e depois eram soltos nos cercados reservados ̄a agricultura, onde se alimentavam dos restos dos produtos colhidos, pois ent̄o os pastos abertos estavam secos. Desta forma, evitavam-se as migrações sazonais, largas caminhadas em busca de alimento, que eram um dos fatores para que o gado fosse magro, pequeno, oferecendo carne musculosa.

Os cercados variavam de tamanho, de acordo com a área da propriedade, do solo, da vegetação, do nũmero de moradores utilizados e das familias dos mesmos. Com a prática dos cercados, o gado poderia receber um tratamento mais adequado, como tambẽm, so



AGUADA, CAPIM E CERCA - MODERNIZAÇÃO DA
PECUÁRIA .

mando-se a compra de reprodutores de melhor qualidade, de zebus, como os Nerole, Guzerat, Indo-Brasil, Gir ou da raça holandesa nas áreas produtoras de leite, tivemos neste período o início da preocupação com a seleção do rebanho, que evitasse a degeneração da raça e provocasse sua melhoria em termos não só de características raciais propriamente ditas, mas principalmente de tamanho, peso, maciez da carne, procriação e produção leiteira.

A pecuária vai perdendo cada vez maiores áreas para a agricultura, principalmente no agreste, com o povoamento, a cultura do algodão, do café, etc, tornando-se a Paraíba no século XIX e XX predominantemente agrícola. Porém, à proporção que se intensifica a agricultura, a pecuária vai se tornando economicamente mais produtiva através das práticas e técnicas avançadas que a tornam mais intensiva, aumentando a capacidade de lotação (o número de cabeças por hectare), de produção e engorda de animais, da quantidade de carne e leite. (Andrade, 1973: 159).

Gradativamente, foram surgindo comedouros, juntos aos currais, que possibilitaram um melhor tratamento alimentício para o gado.

A produção do gado era para o abastecimento interno e do mercado intra-regional. O comércio ia-se desenvolvendo, apesar de ainda incipiente.⁽²¹⁾

No sistema acima descrito, o proprietário tem a força de trabalho a sua disposição e a baixo custo, pois a mesma praticamente é responsável por sua subsistência que, além de lhe permitir uma fonte de renda agrícola, lhe garante ainda recursos alimentares para o gado no período pior, o do verão, como também o trato da terra que é geralmente desmatada, destocada, fofada, enfim cuidada, evitando relativamente seu desgaste e erosão.⁽²²⁾

(21) Um informante: "Em 1914, Justino Bezerra trouxe cimento para fazer sua casa e todos corriam para ver que pedra tão grande!" Cajazeiras-PB.

(22) Com esta afirmação não queremos dizer que concordamos com o tipo de agricultura desenvolvida. Nosso pensamento se aproxima mais das idéias de um informante a seguir citado.

Os sistemas de criação existentes, os níveis de tecnologia, de investimento, de recursos modernos ou tradicionais utilizados, variam muito, convivendo em várias formas, dentro de uma mesma região, no mesmo período. Realmente, também neste aspecto, como o Brasil, a Paraíba é um Estado onde o novo convive com o velho, o moderno com o tradicional, resultante da força diferenciada de um capitalismo que se expande através de diversas formas de entrelaçamento e convivências que permitiram até hoje a sua sobrevivência e seu peculiar desenvolvimento.⁽²³⁾ Tal convivência é demonstrada no capítulo seguinte onde, tomando-se como fundamento a estrutura fundiária existente, analisa-se a dinâmica da concentração de rendas e exploração da força de trabalho.

cont. "A Agricultura **predatória** acaba com o material vegetal do solo. (22) Dezenas de anos são necessários para crescerem aroeiras, angicos, paus d'arco. Nada disso há mais. Em face do desconhecimento e irresponsabilidade, arrancam-se as plantas pela raiz. O homem despreparado não faz a agricultura técnica, não defende os elementos micro e macro do solo, desnutrem a planta. Destroem tudo." - Antenor Navarro-PB.

(23) Quando aqui tentamos expor um desenvolvimento evolutivo da pecuária através de sistemas de criação, não o fizemos como se um sistema anulasse o outro, mas pelo contrário, convive-se com o outro dentro de uma mesma região num mesmo período.

CAPÍTULO III

A TERRA E O BOI

A PROPRIEDADE DA TERRA

"A economia capitalista ordena-se num todo e existe:

- pela troca das mercadorias e a economia monetária, que liga economicamente entre elas todos os produtores de mercadorias e as regiões mais recuadas da terra e impõe a divisão do trabalho mundial;
- pela livre concorrência que assegura o progresso técnico e, ao mesmo tempo, transforma constantemente os pequenos produtores em proletários, proporcionando ao capital a força de trabalho que ele pode comprar;
- pela lei capitalista dos salários que, por um lado, zela automaticamente para que os assalariados jamais se elevem acima do seu estado de proletários e não escapem ao trabalho sob as ordens do capital, e que, por outro lado, permite uma acumulação sempre maior de trabalho não pago que se transforma em capital, uma acumulação e uma expansão cada vez maiores dos meios de produção;
- pelo exército de reserva industrial que permite à produção capitalista estender-se livremente e adaptar-se às necessidades da sociedade;
- pelas variações de preço e pelas crises que conduzem, quer diária quer periodicamente, a um equilíbrio entre a produção cega e caótica e as necessidades da sociedade." (Luxemburgo, 1969: 341).

A citação, apesar de longa, é oportuna, pois na produção do conhecimento científico brasileiro, nas últimas décadas, tem ocorrido uma tendência quase generalizada em aceitar que o nosso modo de produção é capitalista, que o capitalismo se encontra em expansão e que este desenvolvimento apresenta certas contradições próprias, certas especificidades, na medida em que foge daquelas características e categorias classicamente explicitadas, daqueles países que geraram o capitalismo a partir do modo de pro

dução feudal, como contradição e superação do último.

Em nossa formação econômico-social concreta, de modo de produção capitalista, encontramos características peculiares que não invalidam a afirmação acima, em virtude de que nenhuma formação social historicamente conhecida é completamente homogênea, apresentando idênticas relações sociais, vinculadas a todos os setores da produção. Porém, há sempre leis determinantes que articulam e comandam o processo subordinando as relações sociais, inclusive as relações de trabalho, mesmo quando estas se apresentam com características diversas das tipicamente esperadas.

E para compreendermos a estrutura fundiária aqui existente, mais uma vez temos que nos reportar a nossa origem colonial construída sob a égide do capitalismo europeu, quando em sua fase de expansão, em busca de novas fronteiras e domínios, procurou a acumulação comercial, permeabilizando, assim, toda a nossa fundamentação econômica, que nasceu voltada para fora, pois era de lá que vinham as normas e orientações que plantaram aqui o objetivo do lucro, da exploração da força de trabalho, da produção de mercadorias. Também era lá, em última instância, onde ocorria a acumulação do capital.

Segundo a teoria marxista, o processo das transformações das sociedades ocorre de uma forma dialética e encadeada, ou seja, numa estrutura econômico-social existem os germes de sua própria superação. No caso brasileiro, devido à forma como foi instalado o processo (como se diz vulgarmente "pegamos o carro andando"), apresentam-se peculiaridades particulares, mas também características, que foram transplantadas de uma estrutura econômico-social do "além-mar", a qual, inclusive, determinou a forma de propriedade de terra que aqui deveria existir.

É impossível abordar-se o setor agrícola sem considerar-se o processo de divisão e monopólio da terra, que está sempre presente, como fator interveniente (aqui preponderante, como veremos) nos tipos de investimento, relações de trabalho, reprodução do capital.

Observa-se que a concentração fundiária, nas proporções

em que se verifica e continua se ampliando, representa fato da maior atualidade, nada tendo de "arcaico" ou "obsoleto", bem pelo contrário, ela não somente tem por estímulo fatores de natureza essencialmente capitalista, mas ainda proporcionou e foi condição necessária do aumento de produtividade verificado e do desenvolvimento econômico. (Prado Júnior, 1981: 171).

Para uma melhor compreensão da nossa estrutura fundiária e até mesmo da econômico-social, torna-se sempre conveniente uma análise retrospectiva, da qual aqui citaremos, apenas os tópicos considerados principais.

Inicialmente existiam terras excedentes, porém a ocupação do solo se processou subordinada aos interesses mercantis europeus, grandes unidades de produção voltadas para o comércio exterior, que explica o regime de sesmarias.

Aquelas terras que podiam ser utilizadas como fator produtivo, devido às suas condições de acesso, à proximidade do mercado, ao maior ou menor investimento para cultivá-las etc, eram rapidamente transformadas de condição natural de produção, de bem livre ou comum, em propriedade privada de uma minoria já então privilegiada, que se torna mais privilegiada ainda, por ser a terra um meio de produção que não é reproduzível e permaneceu relativamente abundante nas mãos de poucos.

A apropriação e monopólio das terras por um grupo minoritário, com o passar dos anos transformou a terra numa mercadoria, passível de compra e venda no mercado, permitindo que aos poucos fosse surgindo o grupo de trabalhadores que se submetiam a pagar tributos em espécie ou trabalho a fim de poder utilizar a terra, buscando ocupação e sustento junto aos grandes proprietários. As reservas de terras são empregadas tanto para o uso extensivo da produção comercial, como para a obtenção de força de trabalho pela cessão de terras (para roças dos moradores ou agregados) (Lopes, 1981: 17).

Assim, a propriedade privada da terra, com o monopólio das melhores áreas, constituiu o elemento principal que separou os trabalhadores rurais de seu mais importante meio de produção e,

indiretamente, dos meios de produção, terra, instrumentos de trabalho, etc, que permitem o processo produtivo. A terra comanda o processo de trabalho, o capitalista comanda a terra e o trabalhador.

O trabalhador, à proporção que vai sendo expropriado de seus meios de produção, passa a depender gradativamente, cada dia mais, do mercado, dele tornando dependente sua própria subsistência, passando a manter-se unicamente através da venda de sua força de trabalho, contribuindo assim para a formação do mercado interno.

Os trabalhadores formam uma reserva de mão-de-obra (uma espécie de "exército rural de reserva" primitivo), do qual os latifúndios lançam mão nas épocas de pico de trabalhos agrários. (Lopes, 1981: 17).

Porém, as grandes áreas sempre se dedicaram a certos tipos de explorações, permitindo o aparecimento de pequenas porções, dentro ou fora de suas propriedades, que utilizam a terra principalmente para a produção de alimentos. Aqui encontramos áreas aproveitadas com maior intensidade, baixo nível técnico, em consequência baixa produtividade do trabalho, que são também indiretamente atingidos pela grande propriedade.

Na convivência entre grandes e pequenos proprietários encontra-se o âmago da questão agrária brasileira, desde que de certa forma ela representa luta entre o trabalho e o capital, através de relações de trabalho peculiares e impuras de extração de mais valia indireta, se comparadas aos moldes do capitalismo dos países hegemônicos.

O controle da terra gerou o processo de exploração e a acumulação de um grupo socialmente diferenciado que concentra a renda e permanece dominante numa sociedade estratificada até hoje, onde segundo Celso Furtado, a propriedade da terra é acima de tudo a base de um sistema de poder, comentando que:

... "Considerando o mesmo problema do ponto de vista de suas consequências sociais, comprova-se que tal organização econô

mica engendra um sistema de distribuição de renda pelo qual uma fração substancial dessa renda (de 50 a 60 por cento) se concentra em mãos de uma minoria que, dificilmente, alcança 5% da população"... (Furtado, 1978: 97).

São as grandes áreas, é a concentração da propriedade fundiária, que geram as maiores rendas, o acesso à acumulação de riqueza, apesar do caráter extensivo das explorações, do baixo nível de investimento que ocorre, como é o caso da pecuária. Justifica-se assim a importância do papel que representa a terra como fator imprescindível para a acumulação de riquezas que, contando com a disponibilidade relativamente abundante da mão-de-obra, garante o êxito do processo produtivo.

O USO DA TERRA, RELAÇÃO GRANDE - PEQUENA PROPRIEDADE

Mas, como se processa a extração de riqueza, se o baixo grau de capitalização não permite que a produção se torne mais intensiva e eficiente?

Aqui concorrem vários fatores que devem ser considerados dinamicamente na perspectiva das relações de setores produtivos, de produção, de trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo ocorre no conjunto da economia global, entre setores produtivos, comerciais e financeiros, que sofrem influências do setor político que, na maioria das vezes, direciona o exercício do poder para atender a pressões, que surgem da estrutura econômico-social-política.

A agricultura, como setor produtivo, é analisada como não privilegiado, onde o centro passou a ser configurado pelas atividades industriais, dentro do processo da acumulação capitalista, principalmente quando se trata dos chamados produtos de subsistência, em pequenas áreas.

Naquela produção, nem o lucro médio do capital, nem a renda de propriedade, constituem-se em limites para a exploração camponesa, que visa, como o único limite absoluto, ao rendimento que lhe proporcionará o mínimo vital. Enquanto o preço do produto cobrir esse limite, ele cultivará a terra, dando de graça à sociedade parte de seu trabalho excedente, que poderá ser apropriada

do pelo capital financeiro, comercial ou industrial. Constitui-se dessa forma um mecanismo de expropriação contínua do pequeno produtor cujo processo poderá levá-lo ao endividamento, à hipoteca e à perda da propriedade, isto depois de ter recorrido a um subconsumo, de ter estendido sua jornada de trabalho e incluído o trabalho gratuito da família, inclusive crianças. (Silva, 1978: 5).

Ao produzir a chamada "Agricultura de subsistência" à base de uma economia do "excedente", no sentido de que é produzido com os fatores (terra, trabalho e meios de trabalho) que "sobram" do consumo próprio, oferece seus produtos a preços mais baixos no mercado, provocando o recuo da empresa capitalista neste setor. (Silva, 1978:8-10) ⁽²⁴⁾.

A acumulação do capital no conjunto da economia é favorecida pela manutenção dos preços dos produtos agrícolas em níveis relativamente baixos, o que privilegia o setor industrial quando, garantindo aqueles níveis, rebaixa o salário, em virtude de que o mesmo se baseia na quantia necessária à reposição e criação da força de trabalho.

→ "O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade indispensáveis para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar a força de trabalho". (Marx, 1980:37).

Como também, "Pondo de lado as diferenças na energia natural e perícia adquirida no trabalho pelos diferentes povos, a força produtiva do trabalho deve depender necessariamente e sobretudo:

Das condições naturais do trabalho, como a fertilidade do solo, riqueza das minas, etc.

(24) Quando nos referimos a grandes ou pequenas áreas ou propriedades, não podemos estabelecer até onde vai uma e começa a outra, em termos de hectares, em virtude de que se assim o fizéssemos, estaríamos desprezando as características do solo, a densidade do capital, a exploração a que se dedica, o grau de comercialização, o tipo de mão-de-obra, etc.

→ Do aperfeiçoamento contínuo das forças de trabalho social tal como se desenvolvem pela produção em grande escala, concentração do capital e cooperação no trabalho, divisão mais profunda do trabalho, máquinas, aperfeiçoamento dos métodos, utilização dos meios químicos e outras forças naturais, redução do tempo e espaço graças aos meios de comunicação e transporte e todas as outras descobertas por meio das quais a ciência capta as forças naturais e as coloca ao serviço do trabalho e pelos quais a natureza social ou cooperativa deste se desenvolve..." (Marx, 1980: 33).

Ora, como sabemos, é no setor industrial onde a força produtiva do trabalho é mais desenvolvida, onde ocorre maior nível de investimento de produtividade, de extração de mais-valia (me no trabalho se investe numa quantidade determinada de produtos) quer dizer de trabalho não pago, acarretando portanto acumulação e concentração superior de riquezas em relação à agricultura, que, na maioria das vezes, não apresenta transformações técnicas através do emprego de maquinaria, fertilizantes, drenagem, irrigação, ensilagem, alimentação suplementar para o gado, racionalização do processo de trabalho em caráter intensivo, que resultaria na utilização de menores áreas com melhores níveis de produtividade.

O lucro é o objetivo máximo no capitalismo e com o exposto acima queremos dizer que a taxa média de lucro é superior na indústria, setor econômico mais desenvolvido e produtivo. Na agricultura encontramos como exceções projetos agro-pecuários que visam ao optimum econômico, mas que geralmente estão ligados ao capital financeiro e ou industrial, muitas vezes subsidiados por recursos governamentais.

Portanto, devido àqueles fatores, a agricultura busca formas de acumulação, inerentes ao próprio sistema agrário que se acham expressas no seu caráter extensivo e na forma como explora a força de trabalho. Para tal, analisaremos a relação dinâmica que ocorre entre grande e pequena propriedade, que contribui aqui de forma significativa.

A pequena e a grande propriedade, ao mesmo tempo em que

se opõem, também se complementam.

A oposição reflete a concorrência desigual e, muitas vezes, desumana, entre níveis econômicos, sociais e políticos diversos, quando a grande comanda o processo.

No Nordeste, a decorrência do acentuado grau de concentração da propriedade fundiária é a subordinação da pequena propriedade ou minifúndio à grande propriedade, acarretando o duplo efeito de conceder ao empreendimento agro-mercantil, uma base territorial conveniente para realizar seus objetivos nos moldes propostos, e, em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita. O controle da propriedade da terra por uma minoria impediu que frutificasse todo ensejo de atividade independente da empresa agro-mercantil (Suarez, 1977: 25).

Os moldes propostos, a fim de tornar o empreendimento lucrativo, em virtude da nossa estrutura fundiária e do nível de capitalização que permanece, na maioria das vezes, relativamente fraco, com uma baixa composição orgânica do capital, usam a terra de modo extensivo, práticas agrícolas rudimentares e formas de exploração do trabalho diversas, desde que garantam a mão-de-obra barata e, em última análise, o processo acumulativo. Entre os fornecedores de mão-de-obra, encontramos as pequenas propriedades que, pelo fato de coexistirem, se intercalarem, se aglomerarem à sombra e sobras das grandes, com elas mantêm diversas formas de relações de trabalho que serão posteriormente analisadas.

A estrutura de propriedade de terra mostra-se no decorrer dos anos sem ser profundamente abalada, atravessando as diversas fases, mas mantendo o nível de concentração relativamente constante, apesar dos avanços e recuos que ocorrem quando os produtos (das grandes propriedades) de expressão econômica, caem muitas vezes, por razões de mercado, em desprestígio comercial, acarretando uma redução na produção, mas não necessariamente na concentração fundiária. Nestes períodos, as terras são cedidas a meeiros, parceiros, arrendatários, etc, mas sem nem de longe comprometer, garantir e preservar a grande propriedade, a posse da

terra, sendo permitido apenas o seu uso, às vezes, por períodos bastante curtos, principalmente nas propriedades onde há convivência da agricultura com o gado.

Caio Prado se refere com bastante clareza ao processo de relação existente.

"É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e entra em decadência, que inversamente o setor secundário, em ambas as formas acima assinaladas, em que se apresenta, se restringe (no primeiro caso), e no outro se estende e ganha terreno. É que, quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou em outras palavras, se torna rendoso 'negócio', ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão territorial e força de trabalho. Sobrarão tanto menos espaço e tempo disponíveis para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra" (Prado Júnior, 1979:53).

Atualmente, o paralelismo, em correspondência inversa, entre a maior ou menor prosperidade da grande exploração, (Prado Júnior, 1979:56) apresenta-se tendencialmente direcionado para a maior prosperidade em se tratando da pecuária. As pastagens estão ganhando terreno, crescendo, espremendo e expulsando os minifúndios, como fator que também contribui para o êxodo rural⁽²⁵⁾ e para a for

(25) "Assim, o estudo das causas das migrações, por exemplo, fica em geral ao nível de explicações de caráter predominantemente econômico, não são quando se analisam resultados de pesquisas amostrais, onde a inclusão do item 'motivações para migrar' vai retratar, em última análise, as situações objetivas que levaram às migrações, entre as quais destacam-se sobretudo as razões de trabalho, como principalmente quando se buscam as causas ligadas aos fatores de expulsão na região de origem. Neste estudo dos fatores de expulsão, enfatizam-se alguns elementos da estrutura agrária, como o tipo de posse e uso da terra, as crises do comércio exterior que diminuem a demanda por determinados produtos agrícolas de exportação, acarretando em consequência o desemprego rural, a baixa produtividade na agricultura ou, ao contrário, a modernização é consequente redução da mão-de-obra rural, etc." (Suárez, 1977: 15 e 16).

mação de celeiros de mão-de-obra, dos chamados "urbanos", "boias frias" ou "diaristas" que se agregam nas periferias das pequenas cidades e vilas.

O êxodo rural é agravado pelo fracionamento dos minifúndios e pelo aumento da família que provoca uma pressão de pessoas que precisam trabalhar, subdimensionando as condições produtivas dos minifúndios, acarretando um maior número de braços em busca de trabalho.

Mais uma vez, é a grande exploração ditando o movimento, enquanto a pequena concomitantemente busca formas de sobrevivência e ajustamento às novas condições.

O movimento é de reconcentração provocado pela pecuária em detrimento da agricultura. O primeiro está se expandindo extensivamente e, em menor escala, intensivamente, isto é, pouco aumentando a produtividade do trabalho, com utilização de novas técnicas de produção, adubos, inseticidas, máquinas, trabalho assalariado, cultivo das pastagens, melhorias raciais dos rebanhos, etc, ou seja o nível baixo de investimento capitalista pouco aumenta o nível de produtividade. Porém, esse nível de capitalização permanece baixo, quando analisamos, por exemplo, as pastagens naturais e artificiais comparativamente. A terra continua a exercer um papel fundamental para gerar alta rentabilidade, ao ser o tamanho da propriedade progressivamente maior em se tratando da pecuária.

A distribuição de área explorada mostra, para o país, uma predominância das áreas de pastagens (71,7%). Segundo o Censo Agro-Pecuário de 1970, há uma nítida predominância das pastagens naturais no país: 80,7% das áreas de pastagens são de pastos naturais, sendo, portanto, menos de 20% a área de pastagens artificiais. (Silva, 1978: 84).

A natureza e o caráter da expansão geográfica de ocupação e exploração rural brasileira se refletem nos dados estatísticos a seguir resumidos, que fazem parte dos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, e do Cadastro de propriedade imóvel do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (1967): (Prado Júnior, 1977: 336).

Quadro V. Expansão geográfica de ocupação e exploração rural no Brasil (1940-1967)

	1940	1950	1960	1967
Área total dos estabelecimentos rurais (h)	197.720.247	232.211.106	249.862.142	307.250.348
% de aumento	-	17,4	7,5	22,9
Área de lavouras (h)	18.885.430	19.095.057	29.759.784	37.212.692
% de aumento	-	1,0	55,7	24,9
Área de lavouras e % da área total	9,5	8,1	11,9	12,1
Pastagens (h)	88.141.733	107.547.262	-	122.670.251
% de aumento	-	22,0	-	14,0
Pastagens	44,4	46,2	-	39,9
Bovinos	44.600.000	46.891.208	55.692.653	90.153.000
% de aumento	-	4,9	18,7	61,8
Área de past.p/cab (h)	1,9	2,2	-	1,3 *

(*) 1966. Fontes: IBGE e INCRA (apud Prado Júnior, 1977: 336).

Os dados deixam clara a supremacia da área que se dedica à pecuária, e de seu crescimento significativo, mesmo tomando-se em consideração que a pecuária praticada exige maiores áreas.

De acordo com a EMBRAPA - dados de 1981, dos 150 milhões de hectares ocupados pelas pastagens no Brasil, aproximadamente 75% são pastagens nativas ou naturais e 25% são pastagens cultivadas. Não se sabe ao certo qual a proporção das pastagens nativas que são na realidade pastagens subespontâneas, formadas lentamente sem a introdução de grandes quantidades de insumos, tais como adubos, corretivos e sementes de forrageiras. Essas pastagens são geralmente resultantes do uso da terra para o cultivo de cereais ou de outros produtos. Após o cultivo da terra por alguns anos, esta é abando-

nada e deixada a descansar. Lentamente espécies de maior potencial do que as nativas vão, juntamente com estas (por ex. capim-gordura), invadindo a área. (Informe Agro-Pecuário nº 89, 1982: 32).

Reduzindo o universo ao Estado da Paraíba, vamos também encontrar dados significativos que comprovam o crescimento num período mais recente 1970 e 1975, quando podemos notar o aumento representativo das pastagens plantadas, também chamadas de artificiais, principalmente em municípios como Souza, Massaranduba, Itabaiana, Gurinhém, Serraria, consideradas zonas privilegiadas do Estado, terras de primeira qualidade. (Ver Quadro VI).

Apesar de não terem ainda dados oficiais do Recenseamento de 1980, pelo observado, durante a pesquisa, o crescimento das pastagens plantadas tem se intensificado nos últimos anos.

O processo de plantação do capim assume diversas formas, com diversos níveis de capitalização que repercutem diretamente no fator tempo numa correspondência negativa, ou seja, quando o capital dinheiro aumenta, o fator tempo diminui.

Sobre o uso alternado do solo já falamos anteriormente, quando num período o proprietário entrega a terra para cultivo de produtos agrícolas, logo em seguida à colheita recebendo a terra de volta e soltando o gado que se aproveitará dos restolhos. Ano a ano repete-se o processo.

Quando, porém, se trata do capim, o processo é interrompido logo depois que se planta o pasto definitivo.

Quadro VI. Relação entre áreas de Lavouras e Pastagens no Estado da Paraíba, por Micro-regiões e Municípios estudados.

ESTADO MICRO-REGIÕES MUNICÍPIOS	1970				1975			
	Lavouras		Pastagens		Lavouras		Pastagens	
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas
PARAÍBA	665.965	515.897	1.989.030	67.566	619.148	527.913	1.865.636	103.614
Sertão de Cajazeiras	138.453	26.548	432.160	5.786	128.400	32.084	124.749	4.463
Antenor Navarro	10.491	2.769	15.885	103	12.384	2.263	21.469	117
Cajazeiras	21.622	1.595	15.732	71	20.134	2.230	12.139	375
Depressão do Alto Piranhas	208.264	82.575	432.160	5.786	198.450	62.374	382.067	4.640
Sousa	27.217	7.497	42.193	69	21.333	5.658	42.536	549
Agreste da Borborema	28.321	69.303	147.015	7.434	31.938	69.653	132.458	9.894
Queimadas	1.280	8.816	20.969	470	387	8.477	19.482	448
Massaranduba	539	4.063	10.388	1.323	620	4.929	9.796	3.251
Campina Grande	1.518	12.706	43.754	2.486	2.734	13.836	35.814	1.028
Piemonte da Borborema	11.351	43.416	117.210	16.221	9.637	42.656	113.593	28.865
Gurinhém	194	4.563	22.352	3.815	59	5.048	16.968	5.021
Cariris Velhos	102.871	72.207	669.432	8.482	84.761	79.282	666.320	7.408
Boqueirão	1.508	13.229	54.075	1.164	4.753	11.665	54.352	1.107
Brejo	14.834	34.944	14.963	5.717	10.792	34.978	19.590	5.984
Areia	3.936	10.166	2.966	2.203	2.208	10.008	5.157	1.811
Serraria	1.139	4.314	914	307	764	3.633	1.811	616

1- As áreas estão em hectares.

2- Não nos foi possível conseguir no IBGE dados de 1980.

Fonte: IBGE-Sinopse preliminar do Censo Agropecuário (1970-1975).

Muito utilizada é a forma em que o trabalhador recebe a terra geralmente por 2 anos para desmatá-la, destocá-la e cultivá-la com produtos agrícolas. Neste período é obedecida a forma anterior, mas após os 2 anos, ele é obrigado a entregar a terra limpa ou plantada com o capim. A prática destina-se à amortização dos custos com a formação de pastagens.

Quando o proprietário recebe a terra limpa, planta geralmente milho⁽²⁶⁾ e, no intervalo, capim (por ex. pangola), que fica ao ser retirado o milho, pois o capim é que é importante.

No caso de o proprietário, ele próprio, cultivar a terra, como por ex. produzindo algodão, depois do plantio consecutivo de dois anos, planta o capim, para evitar adubos, e abre novos campos de algodão.

A subordinação, aqui acrescida da substituição, da agricultura pela pecuária continua a ocorrer, porém com consequências mais graves, pois do ponto de vista do interesse geral, o sistema tem o grave inconveniente de fazer da agricultura uma ocupação precária e provisória, com evidente prejuízo da produção agrícola e do fornecimento regular de gêneros de subsistência. Mas o que há nele de mais sério, é a situação a que reduz grandes parcelas da população trabalhadora rural que fica na dependência de uma atividade precária e nômade, sempre se deslocando em busca de terras disponíveis e abandonando-as a curto prazo, deixando-as para trás ocupadas pelos rebanhos de gado, privando grandes contingentes de população trabalhadora de ocupação regular e segura. Prado Júnior, 1981: 109).

Assim se expressou um trabalhador sobre o processo:

"Agora a propriedade está cheia de capim, pastagem. O algodão, não há mais. A quantidade de gado é grande. Ele não dá mais o terreno. A propriedade tem casas boas para morador desocupadas. A fazenda é só para o gado, não dá para plantar". (Antenor Navarro-PB.)

(26) Um entrevistado tomou empréstimo ao Banco do Brasil de Cr\$ 64.000,00 para plantar 34 ha de milho, cuja colheita pagou o financiamento. Gurinhém-Pb. Neste caso, o proprietário obteve o campo de pastagem plantada sem haver dispendido de real investimento.



O CAPIM AVANÇANDO SOBRE A AGRICULTURA
DE SUBSISTÊNCIA .

Disse outro trabalhador:

"Nós plantamos dois anos uma terra, depois de ter desmatado, separado a madeira, feito o carvão, depois de passado o fogo. Com o que fica, faz-se a coivara e toca-se fogo novamente. Não se juntam as pedras, elas serão juntas no plantio do capim. Então a terra descoberta fica empastando para o gado. Quer se lucre quer não, a terra tem que ser entregue".⁽²⁷⁾ (Boqueirão-Pb).

E assim vai se processando o plantio do capim, também de outras formas quando o processo envolve máquinas, trabalho assalariado propriamente dito, rapidez, investimento, etc.

O proprietário desmata, nas zonas mais onduladas, de mato mais falhado, na base do braço, pagando diárias, principalmente a diaristas contratados de arruados vizinhos por empreiteiros, com diárias que na época variavam de Cr\$ 80,00 a Cr\$ 150,00, fornecendo transporte e, às vezes, alguma alimentação, como rapadura e farinha, ou feijão, caldo de peixe, etc.

Outros usam máquinas e foice para desmatar, pulverizando com "Tordon" para evitar nascer o mato.⁽²⁸⁾

No período da pesquisa, um hectare de capim plantado saía ao preço de Cr\$ 14.000,00 a Cr\$ 15.000,00. Tomando por exemplo 1 ha de Capim "buffel", vamos relatar o processo produtivo com os seus devidos custos:

- O destocamento manual sai à base de Cr\$ 5.000,00 (Cr\$150,00 a diária); (com um "Bulldozer" do DNOCS sai a Cr\$ 1.000,00).
- Juntar as pedras: Cr\$ 3.000,00.
- Passar o trator do proprietário para gradear, cultivar e arar: Cr\$ 1.500,00.

(27) Esta região, conforme o que foi dito no capítulo I, sofre secas periódicas, falta de chuvas com certa frequência. Pelo que foi dito acima, o proprietário aí não sofre prejuízos em função de que o trabalho ficou incorporado à terra.

(28) Esta prática tem o inconveniente de eliminar as leguminosas nativas, além do efeito residual tóxico, apesar de diminuir a necessidade do trabalho humano.

- Sementes, 30 kl: Cr\$ 3.000,00.
- Plantio, dois bois puxando uma trave de madeira, com duas enxadas com 5 a 6 meninos caminhando e soltando a semente: despesas Cr\$ 1.000,00 (Cr\$ 80,00 a diária).
- Capinação manual, por meninos: Cr\$ 1.500,00.
- Colher a semente: meninos e mulheres são utilizados, recebendo por produção, no ano passado, Cr\$ 19,00 por kilo colhido de capim "buffel".⁽²⁹⁾

Quando, como no caso acima, a aplicação de recursos é mais elevada, pois os custos sobem com a elevação do nível de tecnologia, o proprietário contrata o desmatamento e plantio, comanda o processo. O investimento é compensado em função de o rendimento tornar-se mais elevado num espaço mais curto de tempo.

As espécies de capins mais utilizadas são: o "buffel" comumente chamado de "búfalo", nas regiões mais secas como Cariri, Curimataú e Sertão, o pangola e braquiária em regiões úmidas e semi-úmidas como o Brejo e Agreste, e o sempre-verde no Agreste. São os chamados capins de pisoteio.

Apesar de ser frequente a preocupação com a formação de pastagens cultivadas, o mesmo não ocorre com a análise do solo, fertilizantes, adubação (apenas a orgânica) inicial nem de reposição, conseqüentemente surgindo a necessidade de reformas de pastagens após certo período de anos, (variável de cinco a dez anos), o que é feito mediante o fechamento da área por um ou dois anos consecutivos, dependendo do grau de deterioração, da intensidade do uso, da aceleração do processo erosivo do solo, principalmente onde a topografia se apresenta fortemente ondulada (Informe Agro-Pecuário nº 70, 1980: 7).

A DINÂMICA DA PRODUÇÃO BOVINA

No primeiro ano de formação da pastagem, o manejo de gado varia com o método de implantação. Quando se cultiva o milho

(29) O capim "buffel" ou "búfalo" se adapta bem aos Cariris, pois durante o período seco ele desaparece, porém sua raiz permanece viva, brotando logo com as primeiras chuvas.

juntamente com a forrageira, o gado entra depois de colhidas as espigas, sendo em seguida retirado a fim de que a pastagem cresça e fique em bom tamanho para o corte feito pelo animal. No caso do plantio exclusivo de pastagem, costuma-se colocar o gado para rebaixamento durante um curto período, cerca de dois a três meses após o plantio. O gado entra novamente depois de completado o ciclo, para que, no caso de ter semente como o braqueara e o "búfalo", ela seja produzida, garantindo a completa formação da pastagem. (Informe Agro-pecuário nº 70, 1980: 10).

A divisão do pasto em áreas menores através de cercas de arame farpado ou liso, em menor quantidade, é uso constante, possibilitando o pastoreio rotativo, os animais passando de um pasto para o outro. A entrada e saída dependem da situação da pastagem, à altura em que se encontra, de modo a permitir a produção da semente e a germinação no início das chuvas.

As pastagens nativas são divididas em áreas maiores que as cultivadas, desde que o manejo das pastagens formadas é sempre melhor.

Apesar da ênfase dada, na atualidade, às pastagens artificiais, consideradas universalmente como a fonte mais barata para alimentar os ruminantes, a consorciação de pastagens, através de introdução de leguminosas ou de associação com a pastagem natural, está ganhando terreno.

"Associar ajuda a recuperação da terra, que não é fácil. O sempre-verde me dá a condição de ter feijão de rolinha (nativo), mesmo sem plantar, amianto, o pã-de-galinha (de paladar extraordinário) para o gado variar, enquanto que o pangola fecha e não oferece esta possibilidade. A pastagem nativa é boa. Antes com ela também se vendia o boi gordo. Não temos ainda a cigarrinha⁽³⁰⁾ que cria problemas terríveis) mas outros têm e, no futuro, também podemos ter". (Um proprietário. Massaranduba-C.Grande-Pb).

Comumente encontram-se nas fazendas as pastagens nativas e cultivadas, cuja utilização é feita de forma alternada, ofere

(30) A cigarrinha ataca de forma violenta as pastagens cultivadas.

recendo ao gado as leguminosas nativas que devem ser preservadas e disseminadas. Para efeito de reserva vegetal natural, deveriam ser sempre deixadas as árvores, que permitem sombra aos animais e nutrientes do solo, através das folhas que caem.

O suplemento alimentar na época das secas ocorre quando o gado é solto nos roçados, onde plantam tudo que o gado após a colheita possa comer. O vaqueiro passa avisando qual será o dia, resultando, na maioria das vezes, num exagerado acúmulo de serviço para que não seja perdida parte do lucro. "Se não comer, o gado come".⁽³¹⁾

Outra forma é a utilizada através de ração dada nas coqueiras, para melhorar os rendimentos da carne e do leite. Admⁿⁱstram-se geralmente composições em que estão presentes alguns ingredientes, como os capins de corte, plantados nas vazantes, o elefante e o mandante, com corte médio de 75 a 90 dias, e o cameron e congo, duas espécies utilizadas na região há poucos anos, que apresentam as seguintes vantagens: corte médio de 45 a 60 dias e caule maior, mais grosso e tenro.

São também usados como ração a cana (como também seu olho), palma, o rolão de milho (planta inteira de milho, seca no campo de plantio e desintegrada), o sabugo de milho (1 kl de sabugo tem a mesma energia de 800 gramas de milho), casca ou raspa de mandioca, maniva de mandioca, o pseudo-caule da bananeira, a cambira, o milho de ração (sorgo), etc.⁽³²⁾

Entre os produtos industrializados, contam-se a uréia, o farelo de trigo, o sal mineral (o ano todo), a torta (resíduo), purina, etc.

O gado que recebe ração complementar, é geralmente o registrado e controlado, as vacas leiteiras, os reprodutores; na época de seca, quando o número aumenta bastante, as reses mais decaídas, ou o gado para engordar e vender.

(31) Um trabalhador. -Gurinhém-Pb.

(32) "O proprietário não devia comprar ração, mas sim fazê-la na propriedade". (Um proprietário-Areia-Pb).

Na sua grande maioria, o gado é mantido solto, sendo considerada como ideal, para a região com a atual forma criatória, a carga em torno de 1 cabeça por hectare.

O rebanho⁽³³⁾ é predominantemente mestiço e seu melhoramento zootécnico antecedeu, por vários anos, a fase da pastagem artificial, esquecendo-se de que "metade da raça entra pela boca". Atualmente desvaloriza-se o melhoramento da pastagem nativa. (Mo-
raes, 1975: 19).

Proporcionalmente o Nelore encontra-se bem difundido como gado de corte. Ele é mais resistente e dá menos trabalho. A mestiçagem do Holandês com Indu-Brasil dá ótimas vacas de leite. De um modo geral, o Nelore, Indu-Brasil, Gir, Guzerá e Holandês.

O gado de corte é solto nos cercados. Às vezes, são mantidos estabulados (dependendo das condições dos currais) até 1.000 bois confinados, para que aumentem rapidamente de peso, quando estão muito magros ou quando vão ser vendidos.

Como exemplo de racionalidade e êxito, citaremos o processo explicitado por um criador.⁽³⁴⁾

"Inicialmente, comprava gado para engordar, o que era precário porque o gado, sendo mal criado, não aumentava de tamanho nem peso. Hoje, pego o bezerro. Sou criador. Este ano, espero amansar 500 bezerros, pois até agora já nasceram 242.

Os bezerros mamam quase todo o leite das vacas, pois o investimento é no bezerro. Em menor espaço de tempo, faz-se o boi. Quando se aparta o bezerro da vaca, é o momento crítico, o bezerro sofre, perde peso, e a vaca, muitas vezes, o peito. Hoje aparto e prendo as vacas e bezerros. Os bezerros vão aprendendo a comer (45 dias) na cocheira e sendo amansados, e as vacas vão normalmente diminuindo o leite.

Com 27 a 30 meses, atingem 240 kilos, as pontinhas ainda estão curtinhas quando são vendidos, porque é anti-econômico es

(33) O crescimento do rebanho correspondente aos municípios estudados, está demonstrado no quadro que segue.

(34) Um proprietário Massaranduba - Campina Grande-Pb.

perar completar 48 meses e ganhar mais 40 kilos de carne. O investimento de mais 12 meses não compensa".

Quadro VII. Cabeças de bovinos por Municípios
(1973 - 1975 - 1977)

MUNICÍPIOS	NÚMERO TOTAL DE CABEÇAS DE BOVINOS		
	1973	1975	1977
Antenor Navarro	11.111	16.662	17.724
Cajazeiras	9.592	15.695	28.148
Sousa	28.056	40.645	47.001
Queimadas	15.586	18.916	22.124
Massaranduba	8.153	12.460	14.483
Campina Grande	20.862	30.231	35.296
Gurinhém	18.944	25.196	26.305
Boqueirão	21.022	30.611	37.348
Areia	4.556	8.968	9.100
Serraria	1.439	2.442	2.575

Um outro criador assim se expressou sobre o problema do desmame⁽³⁵⁾ que é considerado como um período crítico.

"Os bezerros e as vacas em lactação ficam nas cocheiras e à noite os bezerros (até com 5 dias) são separados das vacas, pon-do-se então nos cochos um concentrado de farelo e trigo e um pou-co de torta de algodão. Em sete meses, o bezerro está desmamado, sem problema. O estômago monogástrico, quanto mais cedo iniciar

(35) Um proprietário. Areia-Pb.

com o sólido, melhor será para se tornar aos poucos ruminante, para na hora do desmame ser ruminante!

Mesmo sem ordenhar a vaca, ela é separada à noite do bezerro e durante o dia ficam juntos, pois a vaca pega cria mais cedo, o sentido de maternidade mais aguçado bloqueia o período do cio, diminuindo a produção".

Em termos de alimentação, a pior fase é o início do inverno, quando a pastagem ainda está fraca, em se considerando um período normal. Durante os quatro meses de fartura, o gado aumenta e engorda; durante os oito meses restantes, ele decai, cabendo então ao proprietário armazenar, o que quase sempre não acontece, para manter o peso do gado.

A sociedade consistindo em o gado de um proprietário usar as pastagens de outro, também ocorre, sendo calculada a diferença entre a avaliação do gado ao entrar no cercado e o preço obtido ao sair.

Mas, voltando ao rebanho, aqui também os criadores têm, usando sistemas de cruzamentos dirigidos, desenvolvido linhagens de gado zebu, nas diferentes raças, ao mesmo tempo produtivos e rústicos, adaptáveis às condições aqui existentes.

O gado de raça é controlado desde que ocorre o cruzamento do reprodutor e da matriz que são registrados. É então comunicado o nascimento ao Serviço de Registro, que manda fazer a verificação. Depois de 24 e 30 meses, dependendo das características apresentadas, vem o controle e, posteriormente, as exposições.

O gado controlado é estabulado. Praticamente não vai ao pasto. É banhado todo o dia e amansado. O chão é coberto de palha de arroz para não estragar o pelo. Geralmente são colocados 2 ou 3 animais em cada cocheira, às vezes somente 1 animal.

A assistência ao gado também é dada através da vacinação contra aftosa, carbúnculo sintomático e uso de vermífugos. A vacinação é feita de 4 em 4 meses contra a aftosa. De 6 em 6 meses contra a raiva e contra a manqueira. Contra a pneumorerite, uma vez.

As perdas anuais giram em torno de 5% e para se medir a eficiência de um rebanho se faz através da taxa de desfrute.

$$TD = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ DE ANIMAIS VENDIDOS}}{\text{MONTANTE}} \times 100$$

Em termos do Brasil, de 8% a 15% é considerada péssima; de 15% a 20%, regular; de 20% a 30%, boa e acima de 30%, excelente.⁽³⁶⁾

Apesar das transformações que vão surgindo gradativamente, o sistema da criação de bovinos de corte continua extensivo, deixando muito a desejar em relação ao manejo, alimentação, e preparação e manutenção do solo das pastagens. O complexo sistema produtivo que envolve o clima, o solo, a planta, o animal e sobretudo o homem, merece e necessita de um estudo profundo e detalhado, do conhecimento das inter-relações biológicas, tecnológicas, e econômicas e sobretudo sociais, para que neste processo de transformação, o homem não seja deixado a margem. Dada esta complexidade, resta-nos indagar que razões levariam um indivíduo a investir na produção da pecuária bovina no Estado da Paraíba. Esta será nossa preocupação no capítulo seguinte.

(36) Um entrevistado. Areia-Pb.

CAPÍTULO IV

O "NEGÓCIO" DA PECUÁRIA

"... Mas o gado, fundamento da economia, as segura em qualquer caso a existência da sociedade; fornece carne, leite, peles, força de trabalho etc. Não consiste toda a riqueza, entre muitos povos nô mades em rebanhos? ..." (Luxemburgo, 1969: 269).

A OPÇÃO PELA PECUÁRIA

Se imaginássemos um indivíduo possuidor de certo capital-dinheiro e que optasse por transformá-lo em capital produtivo aplicando-o no setor agrícola, na produção da pecuária bovina, especialmente de gado de corte, no Estado da Paraíba, verificaríamos que foram vários os motivos que pesaram, influenciaram e contribuíram tanto para a tomada de decisão como para a forma de implantação do "negócio" da pecuária, em virtude de que existem outros setores e vários níveis tecnológicos de utilização e exploração da terra, fazendo-a gerar lucro e renda, que Engels assim diferencia:

"O rendimento, que se tira do trabalho, chama-se salário; o que um homem tira do emprego do capital, chama-se lucro (...), o rendimento que provém exclusivamente do solo, se chama renda e pertence ao proprietário territorial. Quando essas diversas espécies de rendimento tocam a pessoas diferentes, é fácil distingui-las; mas quando cabem a uma só e mesma pessoa, elas quase sempre se confundem, pelo menos na linguagem corrente". (Engels: 1976: 197).

A opção e a forma de implantação baseiam-se em critérios decisórios, os mais variados possíveis, porém sempre relacionados diretamente ao lucro do "negócio" em função do qual o capitalista pode se manter como tal, dentro da dinâmica concorrencial do modo de produção capitalista.

O que ocorre, em última instância, é que o capital não está a serviço do capitalista, mas, muito pelo contrário, o capitalista é que está a serviço do capital (Martins, 1980: 201).

O capital é a coisa que domina pessoas, nível tecnológico e de produtividade, todo o processo de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Porém, por ser o capitalista que ganha e o trabalhador que perde, aparentemente parece ser o primeiro que mantém individualmente as rédeas direcionais, o que de fato ocorre, se limitarmos a análise às relações entre o capitalista e o trabalhador, excluindo a formação social, econômica e polí-

tica, contexto global onde ocorre a dinâmica social.⁽³⁷⁾

"Não descrevi favoravelmente as figuras do capitalista e do proprietário fundiário.

Mas, neste caso, trata-se apenas de pessoas na medida em que personificam categorias econômicas, em que representam relações de classe e de determinados interesses. Muito menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que concebe o desenvolvimento da formação da sociedade como um processo natural, não pode tornar o indivíduo responsável pelas relações das quais ele continua a ser socialmente o produto, embora, se considerarmos os fatos subjectivamente, ele os ultrapasse em muito". (Marx, 1975 : 111).

Como personificadores da categoria econômica do capitalista, o objetivo máximo é o lucro que geralmente é confundido com a renda, devido ao fato de que atualmente o capitalista e o proprietário se fundem numa só pessoa, dificultando a diferenciação existente entre lucro e renda.

Mas, voltando ao proprietário do capital - dinheiro, para implantar o "negócio" da pecuária, o primeiro passo é comprar uma parcela de terra, isto é, pagar para se apropriar do seu monopólio⁽³⁸⁾, caso ele não a tenha recebido por herança⁽³⁹⁾ ou não a te

(37) "Assim, se um capitalista individual resolver isoladamente pagar salários muito altos, sua taxa de lucro vai cair abaixo do nível do lucro que em média é obtido por todos os capitalistas. A menos que tenha condições de recuperar o seu lucro dentro de um certo prazo, esse capitalista começará a ter prejuízos e terá, portanto, que deixar de ser capitalista". (Martins, 1980: 201).

(38) "Nas análises feitas no Brasil a respeito da expansão capitalista no campo, com poucas exceções, a terra é erroneamente considerada capital. Afinal de contas, ela é comprada com dinheiro e é utilizada como instrumento para explorar a força de trabalho do trabalhador (...) o capital é o trabalho acumulado pelo capitalista, sob a forma de meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho), (...) a outra parte do seu capital pagando salários aos trabalhadores (...). Portanto, o capital é produto do trabalho assalariado." (Martins, 1980: 205).

(39) Mesmo quando a propriedade não foi adquirida por herança, nota-se a influência da família, os resquícios das origens agrícolas, interferindo na decisão da compra.

nha comprado anteriormente, ou tendo-a até então utilizado com outros objetivos, imobiliários, agrícolas, ou, na maioria das vezes, coordenadamente, agricultura e pecuária bovina.

A imobilização improdutiva do capital-dinheiro na compra de terra é a forma utilizada para remover o obstáculo do monopólio da terra, da propriedade fundiária, cujo preço é definido pelo valor acumulado dos privilégios presentes e futuros, além da valorização esperada, localização, topografia, clima, solo e de sua fertilidade natural.

Entretanto, ao remover o monopólio, mesmo que a terra não seja utilizada produtivamente, o seu preço vai aumentando, em função de que a terra é um bem não irreprodutível, cabendo ao proprietário, no caso de posteriormente vendê-la, receber além do preço pago uma parte da riqueza socialmente produzida (trabalho que não foi feito na propriedade), em virtude da "valorização" que foi ocorrendo, principalmente quando estradas são abertas, barragens são feitas, propriedades são implantadas, há o elastecimento do mercado consumidor etc, em áreas adjacentes. A propriedade fundiária exerce, assim, o papel de reserva valor, defendendo o dinheiro contra o processo inflacionário, constituindo um excelente emprego de capital, um patrimônio, independentemente de sua exploração econômica.

Acerca da afirmação acima, podemos citar o depoimento do presidente da Comissão Nacional de Bolsas de Valores (CNBV), Ruy Lage, quando justifica: "*Aplicar em terra é uma forma garantida⁽⁴⁰⁾ que o empresário está buscando para se proteger da inflação e da desvalorização da moeda*". (Lage, 1980: 103). Isto ocorre num país onde a valorização da terra é mais segura do que a correção monetária oficial, fornecida a certas aplicações de capital.

A propriedade jurídica não gera renda aos proprietários. Porém, mesmo sem explorá-la, ao retirar aquela parcela de terra

(40) Segundo os cálculos de Lage, nos últimos quatro anos os preços das terras tiveram uma valorização de 1.000% no norte de Minas. 1 hectare, que em 1976 custava 300 cruzeiros, hoje não sai por menos de 3.000 cruzeiros.

através do monopólio da mesma que, como já foi dito, é um bem limitado e irreprodutível, o proprietário está interferindo na quantidade de terra disponível e, assim, aumentando o seu preço no mercado, em virtude de impedir a utilização da mesma de forma produtiva.

A imobilização pura e simples de capital-dinheiro na aquisição de uma parcela de terra não gera renda, pois necessário se faz que o proprietário instale o processo produtivo, explorando o trabalhador e a terra, investindo em cercas, forragens, instrumentos de trabalho, barragens etc, ou seja, é utilizando a terra como um meio, no processo produtivo, que ele poderá usufruir de uma renda.

O que o capitalista compra efetivamente, é a renda da terra, que cresce à proporção que aumenta a demanda de alimentos e matérias primas, que a pressão demográfica evolui em função da elevação de sua densidade, aumentando os preços da produção.

A terra é condição de produção e fonte de uma remuneração específica, sob a forma de renda fundiária, seja ela diferencial ou absoluta. A primeira resulta do monopólio de uma determinada terra, que possui características próprias de fertilidade, de localização, de trabalho incorporado ao solo, como destocamento, drenagem, açudagem, irrigação etc, onde, por tais condições, a sua utilização na atividade econômica rende mais, quando comparada às terras de menor fertilidade, mas que também se mantêm no mercado em função de as condições o permitirem.

A renda fundiária absoluta fundamenta-se no fato de que só algumas pessoas têm o direito de manter o monopólio da propriedade privada do solo e, podendo dispor dessa propriedade como bem acharem conveniente, utilizam-na em proveito próprio.

Lenin explicitou bem a renda diferencial e a absoluta, quando assim se expressou:

"... O preço de produção dos produtos agrícolas é determinado segundo as despesas de produção num terreno não de qualidade média, mas de pior qualidade, e segundo as condições de trans-

porte para o mercado, não médias, mas as mais desfavoráveis. Adiferença entre este preço e o preço de produção num terreno de qualidade superior (ou em melhores condições) dá a renda diferencial (...), ela provém da diferença de fertilidade dos terrenos e da diferença de fundos investidos na agricultura (...). Em seguida, a igualdade de lucro em todos os ramos da indústria e da economia nacional em geral supõe uma liberdade completa de concorrência, a livre transferência do capital de um ramo para outro. Mas a propriedade privada do solo cria um monopólio e um obstáculo a esta livre transferência. Em virtude deste monopólio, os produtos da agricultura, que se distinguem por uma composição orgânica inferior do capital e, por isto, por uma taxa de lucro individual mais elevado, não entram no jogo livre de igualização da taxa de lucro; o proprietário pode usar o seu monopólio da terra para manter o preço acima da média; e este preço do monopólio gera a renda absoluta". (Lenin, Tomo 21/37 e 38).

Além da valorização da terra, do papel que desempenha como reserva de valor, de proteção que permite contra a inflação e a desvalorização da moeda, de seu monopólio permitir a extração da renda diferencial e absoluta, passamos a citar outros motivos e condições que influenciam o capitalista a optar pela pecuária bovina no setor agrícola.

Voltando a falar da reprodução do capital, sabemos que ela implica na centralização e concentração, no crescimento desigual das diferentes empresas e dos diferentes setores, onde a composição orgânica entra como força decisória na obtenção da taxa de lucro.

Foi no decorrer do processo do desenvolvimento brasileiro⁽⁴¹⁾, que o capitalista nacional, dispondo de pouco capital e ne

(41) O Brasil, juntamente com o chamado Terceiro Mundo em que a "civilização industrial penetrou pela via da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho engendrado pelo poder expansionista das economias capitalistas industrializadas" (Furtado, 1981: 98) anteriormente já comprometido com a origem e todo um estágio de economia agrário-exportadora, dependente de mercado externo, atingiu a fase da difusão da tecnologia moderna por caminhos diversos onde o "progresso tec

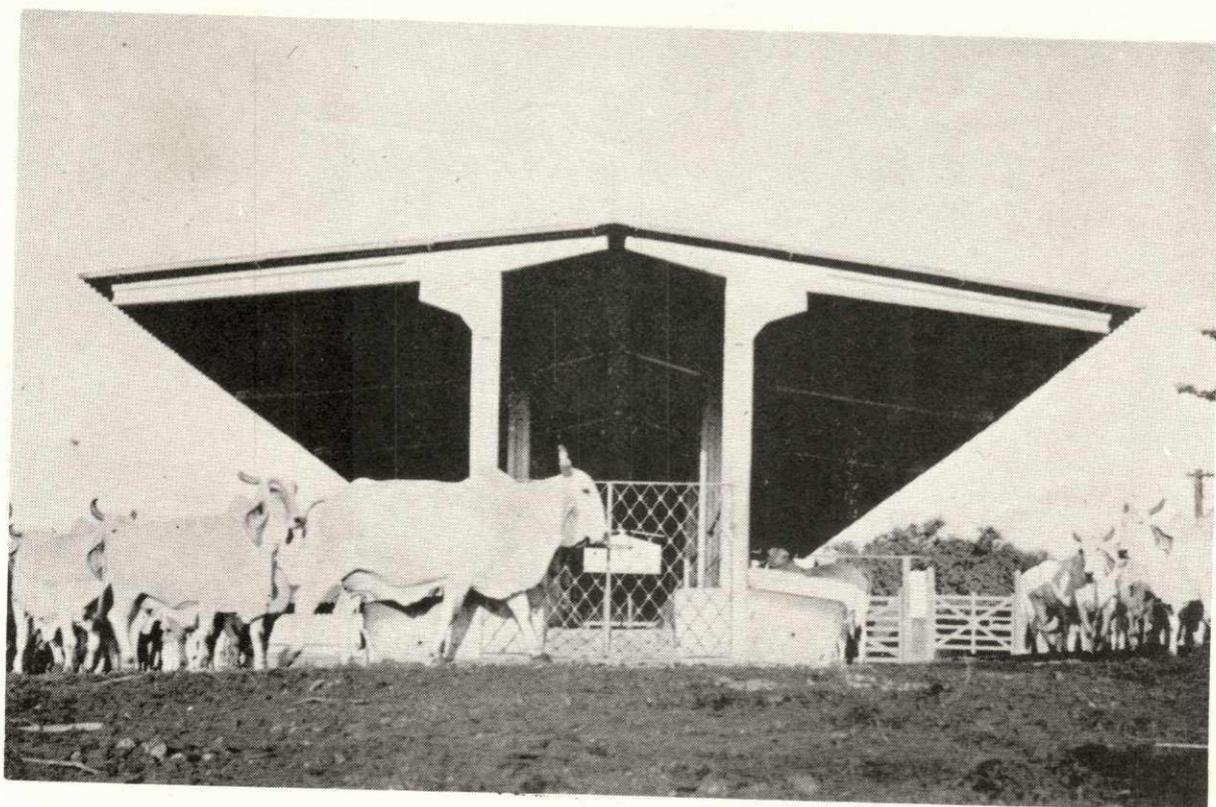
cessitando adquirir o "know-how" estrangeiro, não se encontrando em condições de competir com as empresas transnacionais, preferiu se associar, como sócio menor, às empresas estrangeiras ou vender seus estabelecimentos para aplicar em atividades que então seriam mais rendosas, devido ao nível concorrencial⁽⁴²⁾, como especulação na bolsa, transações com moedas estrangeiras, investimentos imobiliários (Andrade, 1981: 92), às vezes complementadas pela exploração agrícola e, entre elas, não raro, especificamente, através da pecuária.

A grande exploração agrícola (café, cana-de-açúcar, soja etc) como empresa mercantil sofre por essa sua própria natureza as contingências conjunturais que sua atividade comercial implica. Ela se encontra na dependência imediata e próxima de fatores estranhos e remotos; da violência das flutuações conjunturais: da receptividade dos mercados para seus produtos; das oscilações de preço. A grande exploração é tanto mais sensível a essas contingências comerciais, quanto lhe faltam flexibilidade e plasticidade suficientes para se adaptar a situações variantes (Júnior, 1981: 52).

A pecuária, apesar de seu aspecto extensivo, de usufruir os benefícios da grande exploração, apresenta maior flexibilidade, por vários aspectos a considerar:

nológico tem sido no Brasil uma consequência do desenvolvimento e não o seu motor, um subproduto de certos investimentos e não algo inerente ao processo de formação de capital" (Furtado, 1978: 187). A contemporaneidade com economias maduras interferiram na sua tardia industrialização, atribuindo-lhe características próprias.

- (42) O intercâmbio desigual entre países ocorre através das transnacionais, fortes grupos que resultam da concentração de capitais em sua fase monopolista, que como forma de sua própria sobrevivência necessitam aumentar e controlar o seu mercado consumidor, interferindo e subtraindo dos países onde atua. Os interesses desses grupos estão por trás dos nossos mais sérios problemas econômicos, políticos e de luta de classes, criando aqui perspectivas de participação, e ao mesmo tempo agindo como força limitadora, pois seus interesses entram em choque com as necessidades sociais, nacionais, que seriam a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa (Caio Prado, 1977:270).



PRODUÇÃO DE BOVINOS - ATIVIDADE LUCRATIVA.

- O seu mercado comprador é basicamente interno e em continua elasticidade.
- O seu produto pode esperar de um ano para outro, mesmo depois de estar pronto para o mercado, ainda garantindo uma certa lucratividade, excluindo os períodos de seca prolongada.
- O boi se alimenta da pastagem seca, mesmo de produtos agrícolas como o algodão, milho etc, no caso de ter sido perdida toda a colheita, eliminando parcialmente os riscos oferecidos pelas variações meteorológicas.
- A pecuária admite tanto o produtor que Martins (1975:41) chama de não-empresário, que decide em função de motivos que são acidentalmente podem coincidir com motivos empresariais (com baixíssimos investimentos em insumos), devido a possibilidade da exploração extensiva, como também o empresário, que organiza a produção, orientado pelas probabilidades de acréscimo do seu capital, com elevação de nível da tecnologia e produtividade.
- É uma atividade de giro mais lento e de mais fácil administração, sendo, no setor agrícola, a considerada "menos trabalhosa". Ela pode ser mantida concomitantemente, sem grandes prejuízos, por proprietários administradores que o são basicamente, ou pelos que consideram como sua atividade "mãe" em termos de rendimentos e lucros auferidos, como também de dedicação de tempo e preocupações, a indústria, o comércio, as profissões liberais, os mandatos políticos etc. Este que ocorre principalmente entre as pessoas que chamamos de empresários, o que vem tendencialmente acontecendo.
- A pecuária por ser considerada um dos mais fortes baluartes da grande propriedade, é a atividade que melhor se adapta à utilização da terra como reserva de valor, com finalidade especulativa.
- Temos que aqui também incluir o aspecto do lazer familiar, quando, a cada dia que passa, maior é a apologia que se faz a vida do campo, a valorização da natureza, o ar puro,

a fuga periódica da pressão citadina. Mesmo a mudança de atividade nos fins de semana é considerada como uma forma de higiene mental.

- Tanto o rebanho quanto as terras são a qualquer momento conversíveis em dinheiro, ambas tendo apresentado nos últimos anos bons índices de elevação de preços (constantes) quando correlacionados ao aumento do custo de vida.⁽⁴³⁾
- A pecuária extensiva incrementa a concentração fundiária, em áreas que não apresentam alternativas de uso da terra efetivamente estimulante, como, por exemplo, no caso de deficiências e alto custo de transporte, que dificultam o acesso do produto ao mercado, (Castro, 1977: 158), dificuldade intransponível para o bom êxito da produção agrícola.
- A pecuária extensiva tem sido, de um modo geral, uma "solução" para escapar ao capitalismo, através da manutenção de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, como modalidade menos exigente de aplicação de capital por unidade de superfície; ou como meio de obter taxas mais altas de renda da terra com menos investimentos por hectare. Consequentemente, a despeito do sensível crescimento do número de criadores e da extensão das terras destinadas à pecuária, a produção da carne não cresce sequer no mesmo ritmo da demanda, e os preços da produção pecuária sobem em velocidade maior do que os preços em geral (Guimarães, 1968: 225).
- A pecuária empresarial⁽⁴⁴⁾ apresenta permanentemente a superioridade do trabalho assalariado (contratado fora da propriedade) em bem menor quantidade que na agricultura, o que é considerado como uma grande vantagem pelos proprietários,

(43) Ver Silva (1978: 91), quando estabelece o índice comparativo entre a elevação de preço do boi de corte e do custo de vida.

(44) Evitamos chamá-la de intensiva, devido ao fato de que ela ainda é extensiva (1 cabeça por hectare) se a compararmos com o que ocorre nos países hegemônicos, onde o desenvolvimento intensivo da criação foi acompanhado inclusive da repartição das grandes propriedades.

- por permitir a utilização de toda a terra para pastagens e por evitar questões trabalhistas.
- O caráter capitalista, das relações de trabalho e da utilização relativa das modernas técnicas, nível maior de investimento (tratores, compra de reprodutores, motores, bombas, máquinas forrageiras, veículos etc) a presença de campos de pastagens forrageiras plantadas com nível de aproveitamento bem superior à nativa, ou seja, através da modificação da composição orgânica do capital e do maior investimento de capital constante e variável, elevam a produtividade e possibilitam maior extração do lucro e solidez econômica, que garantem uma maior estabilidade.
 - Como forças motivadoras deste processo de capitalização da pecuária, além do lucro, gostaríamos de citar a intensificação da concorrência, o "efeito-demonstração" tecnológico, a maior penetração dos programas de assistência, os créditos subsidiados, a mentalidade empresarial, resultante da experiência em outros setores da economia⁽⁴⁵⁾, que permitem uma visão e atuação diversa⁽⁴⁶⁾. Inclusive daí foram retirados os recursos, geralmente mais empréstimos, nos casos em que a propriedade não foi adquirida por herança⁽⁴⁷⁾, para a

(45) O que ocorreu, com exclusão de um proprietário (com raízes políticas), em todos os casos estudados onde encontramos este nível de capitalização.

(46) "O fazendeiro, hoje, identifica-se com o cidadão urbano de classe média e tem uma consciência muito clara de seu papel político e social. Esta é a conclusão de uma abrangente pesquisa da agência de publicidade paulista Castelo Branco e AS sociados (CBBA), destinada a definir o perfil do dono de terras no Brasil".

"Boa parte desse total (de proprietários) é de pessoas bem sucedidas na cidade que acabam se dedicando ao trabalho do campo", diz o sociólogo Paulo Secches, que comandou a pesquisa da CBBA. "Essa parcela teve uma influência decisiva na mudança de mentalidade do homem do campo" (...) "Mas o proprietário que não acompanhou os avanços vindos da cidade, não conseguiu sobreviver." Veja, 11 de agosto de 1982: 51).

(47) Os tamanhos das propriedades variaram muito; desde que a ênfase para a escolha foi dada ao nível de produtividade, tivemos 250 ha até 2.990 ha. O tamanho neste caso não se apresenta como dado importante. É idéia corrente, por exemplo: "Eu prefiro 500 ha no Brejo a 3.000 no Cariri".

compra da terra e implantação do negócio.

- Reconhecendo que, após a instalação do processo, o rendimento é elevado, as tendências futuras gerais seriam: comprar mais terra e gado, plantar mais pastagens permanentes, utilizar mais mão-de-obra assalariada - os chamados diaristas -, evitando ao máximo a presença de moradores⁽⁴⁸⁾, inclusive utilizando a prática de derrubar as casas logo que vão sendo desocupadas, como também exigindo, no caso de compra, que o antigo proprietário indenize todo o pessoal (moradores) e que a terra seja entregue "livre".
- Relacionando comparativamente as outras atividades exercidas, considera-se que a propriedade e a pecuária garantem a reserva, a segurança das outras atividades; é onde se aplica geralmente o que sobra. A idéia corrente é que, apesar de produzir menores lucros e de ser um investimento a longo prazo, não se perde dinheiro com o gado, com a renda da terra, a valorização está sempre presente. O produto não depende de comércio exterior, é consumido aqui e isto garante um equilíbrio ou manutenção relativa dos preços.

Por considerarmos esclarecedores, transcreveremos aqui alguns depoimentos de proprietários entrevistados.

"A pecuária é um bom negócio como atividade complementar. O meu marido, proprietário desta fazenda, dedicou-se exclusivamente à pecuária e foi o mais pobre entre os irmãos, que dedicaram-se à agro-indústria. Porém a base para a implantação das unidades agro-industriais é a pecuária". (Piemonte da Borborema, Gurinhém, 1800 ha).

"A cana é a exploração mais rentável nas baixadas, na faixa de terra nobre. Porém no terreno pior, não compensa, porque o preço do adubo está muito elevado."⁽⁴⁹⁾ Depois da cana vem a pecuária

(48) Foram citados os exemplos das áreas de conflito, das questões com sindicatos e da interferência da Igreja, inclusive através de sermões dominicais.

(49) O adubo está sendo apontado como um dos motivos, pelo qual o Brejo está em parte deixando de plantar cana e partindo para a pecuária, pois a pastagem nasce também nos altos, sem necessidade de adubação.

ria, a pastagem também nasce no terreno pior. E por último a agricultura, o milho e o feijão". (Brejo, Areia - 600 ha).

"Logo que comecei a negociar, não queria imobilizar, porém foi uma medida muito certa. Amigos meus estariam ricos, se houvessem imobilizado. Alguns receberam grandes heranças e em prestaram a juros altos, mas terminaram empobrecendo. A pecuária como única fonte de renda não é possível, só no sul do país. A rentabilidade do comércio e da indústria, é bem maior". (Depressão do Alto Piranhas, Souza - 304 ha).

"A indústria apresenta maior rentabilidade. Porém, com a inflação, os bens (propriedades) melhoraram mais do que o capital da indústria, aumentou mais o valor. A indústria⁽⁵⁰⁾ também sofreu mais, porque o titular morreu e os sócios se retiraram, venderam suas quotas de participação".

"Fui criticado por ter comprado (1968). Não tinha valor, me chamaram de louco, porque era agricultura e pecuária. Na época, o negócio era comércio, dava mais. O impulso na pecuária foi a partir de 1970. Cansados da agricultura, voltaram-se para a pecuária, ocorrendo a valorização das terras. Quem comprou por entusiasmo, sem conhecimento e sem base, não conseguiu êxito, porém é bom negócio. Pela valorização da terra, o capital empregado dá maior rentabilidade do que o comércio⁽⁵¹⁾."

"Antes, os preços do gado e a valorização da terra não estimulavam. Sempre quem vendia tinha mais vantagem. O lucro não correspondia. Como empresa, o gado compensa; na agricultura não vejo vantagem". (Sertão, Antenor Navarro - 1.100 ha).

"A pecuária se mantém relativamente constante, mesmo quando o comércio, por exemplo em 1964, esteve praticamente a zero.⁽⁵²⁾

(50) Indústria de algodão, que pertence ao mesmo proprietário.

(51) É considerado o maior comerciante de Cajazeiras.

(52) "De acordo com levantamentos oficiais, a pecuária foi o segundo setor, depois do imobiliário, a receber os investimentos no período áureo da inflação". (Moraes, 1975:43).
O como se a pecuária desempenhasse um certo papel estabilizador das atividades econômicas em seu conjunto, no período de depressão da atividade principal.

As grandes fortunas sempre estiveram ligadas às propriedades e à pecuária.

O homem nordestino, mistura de raças, não confia num só negócio. Acredita mais na terra e no tijolo (prédios e casas) que no papel. A pecuária tem melhorado muito, a maior parte dos primitivistas está desaparecendo. O homem do comércio vai para a zona rural com uma mentalidade diferente, acostumado a pagar obrigações sociais, tem outras preocupações." (Agreste da Borborema, Campina Grande, 2.750 ha).

Em virtude de todos os aspectos que foram até aqui relacionados é que afirmamos que o "negócio" da pecuária está mudando, produzindo outro trabalhador, utilizando não só a energia pura da força muscular, mas também as formas potenciadas pelas máquinas, procurando aumentar a parte excedente do trabalho socialmente necessário para a produção do salário.

De um modo geral, há a tendência, por parte dos empresários rurais, a um comportamento mais racional e, portanto, mais característico das estruturas agrárias capitalistas, na preservação e ampliação da estrutura fundiária, crescente capitalização dos grandes proprietários, na mecanização sempre que ela pareça vantajosa, (diminuindo o capital variável) baseada numa avaliação do custo do empreendimento como um todo, na tendência à substituição das áreas de lavouras pela pecuária. (Mello, 1977: 69).

O processo de substituição de mão-de-obra por capital⁽⁵³⁾ vem ocorrendo no Brasil de uma forma lenta, (por escassez de capi

(53) O trator foi uma presença constante, variando de 4 a 1 existentes em cada propriedade. Apenas um proprietário não o possui por julgar anti-econômico, devido à topografia acidentada do solo (Brejo, Areia). Este prefere alugar o trator por curtos períodos. São utilizados lâminas dezenraizadoras, carroções, grades aradoras, jogos de esteiras, grades de discos, máquinas forrageiras, geradores, motores para poços artesianos, semeadeiras, sugadores etc.

O Tordom e o herbicida Karmex são, às vezes, usados para evitar nascer o mato. O adubo colocado é só o orgânico, pois o industrializado sai muito caro. É interessante notar como nas propriedades onde ainda existe a agricultura, as máquinas são reservadas às plantações de capim; o boi cultivador e a enxada, à agricultura.

tal-dinheiro e conhecimento técnico) que toma forma mais rápida e definitiva, quando se trata da pecuária com suas pastagens plantadas cuja necessidade de manutenção é praticamente feita através do rodízio do gado, e de tempo e custeio bastante reduzido em relação à fase de implantação.

Percebeu-se que a composição orgânica do capital está mudando. Utiliza-se o mínimo de capital variável, inclusive como uma forma de atingir maior produtividade do trabalho através do progresso técnico, que a composição orgânica mais elevada do capital permite, como também para fugir às pressões e conflitos diretos com a força de trabalho. Ao mesmo tempo, através do progresso técnico, submete-se mais ainda o trabalho ao capital, através de maior extorsão da mais-valia, seja ela absoluta ou relativa.

A taxa de lucro é elevada pela mecanização da agricultura que age tanto no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário a uma determinada atividade, como no de aumentar a intensidade e o ritmo do trabalho, de maneira muito semelhante ao que ocorreu na indústria durante o período manufatureiro. Anexando a redução dos salários, a superpopulação relativa, o aumento da velocidade de rotação do capital, o prolongamento e intensificação da jornada do trabalho etc, temos aí aumento do lucro e da subordinação do trabalho ao capital (Silva, 1981: 26 a 33). A produção se torna mais intensiva sob o controle do capital e a produtividade do trabalho humano é muitas vezes aumentada com as novas técnicas de produção, como também eleva-se a capacidade da terra através do uso de máquinas, adubos, drenagens etc.

Todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade(...) A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, Livro I, cap. XIII: 578).

A AÇÃO INCENTIVADORA DO ESTADO

A mecanização, o progresso capitalista da agricultura vem

ocorrendo, substancialmente, através da ação do Governo, do sistema bancário creditício e de órgãos como DNOCS e a SUDENE, estimulando a implantação de sistemas modernos na utilização da terra, de compras de equipamentos agrícolas, fertilizantes e defensivos químicos, maquinarias, insumos, de arame farpado⁽⁵⁴⁾ em substituição às antigas cercas, de plantações de pastagens em diminuição da agricultura, provocando o desemprego, o êxodo e o desespero do trabalhador rural.

A via estatal utilizada para aumentar a produção e, concomitantemente, o lucro e a renda, e para beneficiar o desenvolvimento industrial que necessita de um mercado consumidor, foi, no dizer de Manuel Correia de Andrade:

"A repressão ao movimento 'camponês' e a consolidação de um sistema técnico-burocrático de poder levou o próprio Governo a procurar soluções que se dirigissem mais no sentido de modernizar a agricultura, através da elevação da produção e da produtividade, do que de modificações de estrutura". (Andrade, 1981: 15).

Dos generosos subsídios oferecidos pelo governo, como fator preponderante desta modificação, apenas uma minoria foi realmente beneficiada (que possui facilidades junto à rede bancária) através do acesso aos recursos financeiros, ao sistema de crédito a juros baixos ou reais negativos com longo prazo para pagamento e ainda com período de carência.

Como exemplo podemos citar o programa do Pró-Hidro (Programa de Recursos Hídricos, criado com o objetivo de fazer melhor aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste). O programa financia poços, barragens, açudes e obras complementares neste se

(54) Na década de 50, o Banco do Brasil estimulou através de financiamentos subsidiados e a longo prazo a substituição das cercas até então feitas de pedras, de varas, ou mistas, materiais existentes e abundantes em grande parte das propriedades, por cercas de estacas de concreto com arame farpado. Tais investimentos acarretaram o endividamento desnecessário dos proprietários, além de esse tipo de cerca possuir menor período de vida útil, agravado ainda pelo fato de o arame, na época, ser totalmente importado. Tais recursos poderiam ter sido utilizados de forma mais racional, como, por exemplo, na acumulação de água.

tor, nos municípios incluídos no Polígono das Secas, através de recursos do Banco Central, repassados pelos Bancos Oficiais, com valor máximo de 1000 MVR (representados em valores de novembro de 82 em aproximadamente Cr\$ 11.800.000,00). Esse tipo de financiamento é muito procurado em virtude das taxas de juros serem altamente subsidiadas, 12% anuais, para pagamento em 10 anos com 2 anos de carência. Porém os recursos não são abundantes e faltam com frequência, impossibilitando uma programação de investimento permanente, contínua e racional por parte dos proprietários e das pequenas e médias construtoras que executam o programa. Há um certo ceticismo em relação à permanência das medidas governamentais em geral.

Estes empréstimos são reservados a grupos de proprietários privilegiados⁽⁵⁵⁾ de expressão econômica local, proprietários rurais, que apresentam a terra como garantia. O sistema incentiva a compra de maiores áreas e propriedades, que possibilitam o acesso aos créditos subsidiados, transformando a terra no principal fator gerador de capital.

"As políticas agrícolas tornam-se assim agentes viabilizadores do processo produtivo para quem detém a terra, mesmo nas condições de baixa rentabilidade devido aos níveis de preços rebaixados dos produtos agropecuários. Ao subsidiar os elementos que compõem os custos da produção, o Estado garante a geração de um sobrelucro nessa atividade, que pode em parte ser apropriado pelos proprietários rurais que são também os empresários capitalistas, mas que acima de tudo viabiliza a sua transferência para fora do setor agrícola". (Silva, 1981: 66).⁽⁵⁶⁾

(55) "A propriedade é como uma 'perninha' para sustentar o crédito. O Banco financiou, de 1940 para cá, agricultura e pecuária. Financiava para meia dúzia de comerciantes e pecuaristas, homens ricos e abastados", (Um entrevistado. Sertão, Cajazeiras).

(56) Complementando posteriormente na pág. 100: "Assim, embora pareça apenas um 'privilégio' do setor agrícola, não deixa de ser também um 'crédito ao consumidor', como tantos outros existentes no país: o Governo paga para que a agricultura ajude a indústria. Mas não a indústria em geral e sim a grande indústria, o grande capital...".

A questão agricultura x indústria, a última como o pólo dinâmico acumulador, explica-nos a relativa lentidão e o baixo nível de capitalização no campo, apesar dos subsídios. As transferências e inversões de recursos para outros setores produtivos ou até mesmo para compra de terra como investimento de especulação imobiliário são constantes.

Os agropecuaristas se sentem vítimas da indústria e do tabelamento de preços dos produtos agrícolas. Exemplificando, citaremos algumas observações de entrevistados.

"Eu tenho um trator, mas, com o preço por que está hoje, eu não poderia comprá-lo mais".

"Antes comprava 1 kl de torta e vendia o litro de leite a três vezes o valor da torta, agora é o mesmo preço e a tortanão presta, é um sub-produto, muito fraco".

"O preço não permite o uso do adubo químico".

A crítica também se estende à política governamental em proteger o setor industrial em detrimento do agrário. Isto é bem visível em alguns trechos do livro do pecuarista Gilberto Moraes quando assim se expressou:

"Por que o ilustre professor de economia Antônio Delfim Neto não aplicou a lição, que forçosamente aprendeu dos tratadistas, de que não se deve procurar fortalecer a indústria de um país enfraquecendo-lhe a agricultura?! (...) O Dr. Delfim pode possuir todos os sentidos, inclusive o bom-senso, coisa rara, menos o senso histórico. Pois colocou o Brasil conjunturalmente numa fase da história da economia já ultrapassada. Preparou o país na época da grande fome mundial para fornecer unidades de geladeira, lâminas de barbear, motores de elevadores" (Moraes, 1975: 57 a 59).

Complementando, mais adiante, transcreve a Carta-Renúncia do Ministro da Agricultura Cirne Lima, da qual extraímos o seguinte trecho, quando, referindo-se ao ritmo inflacionário, afirma a existência de:

"... distorções no sistema e nos métodos governamentais,

fazendo com que não se distribuíssem igualmente, entre todos os setores da economia, as responsabilidades e o ônus desta tarefa, caindo sobre a Agricultura, que nunca desejou nem foi beneficiária da inflação, uma carga incomparavelmente mais pesada" (Citado por Moraes, 1975: 62).

Concordantemente, cita Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil, num apanhado publicado no Boletim Trimestral daquele estabelecimento de crédito, nº acumulado 1-2 de 1967:

"... o processo de industrialização no Brasil foi realizado às expensas e em detrimento da agricultura. A inflação monetária, como um fator de redistribuição de rendas, contribuiu sobremaneira para a descapitalização do setor agrícola. Paradoxalmente, quando da adoção de uma política de contenção inflacionária, a indústria pressionando o governo com a perspectiva de desemprego e convulsão social nos grandes centros populacionais, conseguiu ainda uma série de privilégios fiscais e creditícios, enquanto a agricultura suportou todos os sacrifícios, tanto no período de inflação quanto no de desinflação". (Citado por Moraes, 1975: 174).

Ambos os depoimentos são dignos de consideração, principalmente porque partem de pessoas que estiveram diretamente ligadas, em cargos importantes, à máquina governamental, e que, mesmo participando da mesma, reconheceram o desprestígio do setor agrícola, ou melhor dizendo, a exploração e transferência de recursos da agricultura para a indústria. As ajudas em programas e créditos subsidiados à agricultura não conseguiram nem de longe suplantá-los, nem tampouco neutralizar o processo, permanecendo o que poderíamos chamar de escassez crônica de capital no setor agrícola, e especificamente no Nordeste, como região problema que é. As decisões governamentais também são criticadas, quando igualando o juro nas diversas regiões (inclusive na produção agrícola), privilegiavam o Centro-Sul.⁽⁵⁷⁾

(57) "O juro para o Nordeste é o mesmo do Sul, não compensa em termos do rendimento da produção". (Um entrevistado - Brejo - Azeiteira).

"Tem piorado muito na região. A taxa de juros do Paraná, com duas safras, é a mesma daqui". (Um entrevistado. Piemonte da

O sistema creditício é visto com desconfiança, surgida com as experiências verificadas, devido aos juros serem muito altos em relação à rentabilidade do negócio, onde existe a necessidade de uma base econômica anterior, inclusive para a compra do monopólio da terra, o que diminui a concorrência no setor.

"Com os incentivos do banco, todos passaram a criar.

No preço em que está a terra, não compensa fazer empréstimos para comprar e explorar em pecuária, o lucro não cobre o juro". (Um entrevistado, Depressão do Alto Piranhas, Souza).

"As linhas de crédito funcionam normalmente. Vale a pena utilizar. Mas não adianta tomar dinheiro emprestado para comprar terra (preço alterado) e gado, pois o investimento vai começar a dar lucro somente 2 a 3 anos depois, e o investidor tem que ter suporte para custear as despesas da fazenda durante esse período, senão o juro come o lucro primeiro. O jogo seguindo dessa forma faz a pessoa se entusiasmar e cair". (Um entrevistado. Ser-tão, Antenor Navarro).

Na visão do empresário pecuarista paraibano o sistema creditício⁽⁵⁸⁾ não oferece vantagens excepcionais nem o empreendimento um lucro extraordinário, quando insistem na necessidade e mantêm negócios paralelos, no comércio, indústria, profissão liberal, atividade financeira, imobiliária etc.

Porém é certo que os créditos estão aí subsidiados, principalmente quando se trata de Plano de Emergência, nos períodos secos e lutando-se por sua permanência. Levantam-se, ao mesmo tempo, questões em relação à correspondência da injeção de recursos, e a resposta de produção e produtividade, como dúvidas sobre a efetividade do instrumento.

Borborema, Gurinhém).

"As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram coeficientes de elasticidade do crédito abaixo da média nacional". (Ribeiro, 1979: 134).

(58) Acreditamos que não atingimos dados precisos em relação às dívidas nem tampouco aos lucros. Como também a não aceitação de vantagens excepcionais deve fazer parte do discurso em defesa do crédito subsidiado.

Que recursos são parcialmente carreados ou desviados para outros setores e atividades ou destinados a aplicação na própria propriedade em outras despesas, diversas das especificadas, ou ainda na compra de mais terra, foi algo de que tivemos conhecimento sem conhecer, entretanto, a expressão quantitativa do fato.⁽⁵⁹⁾

Apesar de reconhecer a necessidade fundamental do capital-dinheiro numa empresa, especialmente no setor agrícola nordestino, temos que concordar que não é apenas este o fator decisivo opcional de sua aplicação, quando o preço do produto final, a extração de mais-valia e renda da terra, o lucro, é que de fato são consideravelmente mais importantes.

Uma análise crítica foi explicitada pelo Grupo de Informação Agrícola da Fundação Getúlio Vargas em Agricultura 1984; *A groonanalysis*; 14.10.77. (Citação de Ribeiro, 1979: 48 a 50).

"... a baixa rentabilidade do setor é superveniente à manipulação dos preços dos fatores de produção para cima, e dos preços dos produtos para baixo. Neste caso, o crédito subsidiado não funciona como estímulo⁽⁶⁰⁾ adicional ao setor, mas apenas como mecanismo aparente compensatório da política de preços de insumos e produtos agrícolas (...). Especialmente no caso de bens de capital agrícolas, o subsídio à aquisição de máquinas e implementos no

(59) Através de notas de contratos de trabalho superiores às realmente pagas, de conivência com a fiscalização, de recursos destinados a trabalhos realizados anteriormente etc. Um entrevistado assim se expressou: "Para pagar juros, o lucro não dá. O dinheiro recebido nos projetos da SUDENE, não é aplicado na propriedade, é negócio desonesto". (Agreste da Borborema - Queimadas).

(60) A experiência da SUDENE na implantação de projetos agropecuários (em bem menor número e valor de subsídios em relação ao industrial), teve um insucesso quase total, motivado sobretudo pela grande dimensão dos projetos, pela falta de experiência do maior número de empresários que os realizaram, pela ineficiência na orientação técnica e fiscalização adequada por parte da SUDENE. O "negócio" do projeto agropecuário, por não receber a atenção e importância desejadas, transformou-se na maior fonte de desvios para outras atividades (comércio, especulação financeira, gastos supérfluos etc).

vos exacerba a demanda gerando uma falsa imagem estatística de que o setor está se capitalizando rapidamente (...) Destarte, há pouca margem de dúvidas, tanto do ponto de vista lógico quanto pelas constatações empíricas, de que o crédito tem sido talvez o principal responsável pela valorização extraordinária dos imóveis rurais".

O que está ocorrendo no campo através da política de subsídios, é uma "modernização" e nunca um desenvolvimento, que usando a terminologia de Celso Furtado, poderíamos chamar de auto-sustentado, dinâmico, gerador de seus próprios recursos.

A ênfase às grandes e médias propriedades⁽⁶¹⁾, a certos tipos de empreendimentos, entre eles a pecuária, é uma ocorrência constante, quando sabemos que os grandes produtores pecuaristas tomavam em 1969, 15% do crédito total nacional destinado à agricultura, percentagem que foi superada em 1976, atingindo 47% (Ribeiro, 1979: 63). Ou ainda, quando no Nordeste dentre os projetos agro-pecuários, aprovados pela Sudene, os destinados à pecuária correspondem a mais de 90% do número de projetos e a mais de 90% do valor dos mesmos, percentagens demonstrativas de que a pecuária de corte, atividade ligada à grande propriedade, vem recebendo estímulos os mais elevados por parte dos incentivos governamentais (Andrade, 1981: 29).

A má distribuição do crédito rural no país é reconhecida, quando se verifica que vem aumentando o apoio creditício à grande propriedade, que utilizou 22,2% em 1970, ultrapassando para 51,6% do total dos empréstimos concedidos em 1976. (Ribeiro, 1979: 63).

Sem atingir o êxito esperado em relação à produção e

(61) Atualmente, a SUDENE só aceita projetos para a pecuária em áreas mínimas de 1.500 ha. É um fato incompreensível, porém mais uma confirmação do papel de só beneficiar grandes grupos, atuando como força concentradora de capital e, neste caso, de estrutura fundiária.

Os grandes empreendimentos são viabilizados economicamente com a utilização intensiva da mecanização, acarretando a redução da mão-de-obra utilizada.

produtividade, à elevação de recursos próprios da agricultura, à capitalização do campo, prossegue-se na mesma linha política, de valorizar os grandes empreendimentos, manter a estrutura fundiária e procurar induzir a "modernização" através de pesados custos sobre a pequena propriedade, a agricultura de subsistência e principalmente sobre a força de trabalho.

A PARTICIPAÇÃO NO PODER

A dominância política, cultural e econômica, continua a existir. Claro que não nas antigas formas dos "coronéis", (raízes do autoritarismo contidas no próprio sistema de repressão da força de trabalho) que representavam as elites locais, associadas ao poder nacional, que realizaram a apropriação das terras e a reafirmaram pela força, que construíram barragens para represamento da água valorizando suas terras e utilizando-as em proveito próprio, quando deveriam ser barragens públicas, desde que foram construídas com recursos públicos; de forma semelhante, a perfuração dos poços.

"As emergências criavam outra forma de enriquecimento e de reforço da oligarquia: não apenas os eleitores reais dos 'coronéis' tinham prioridade para engajamento nas frentes de trabalho, como os eleitores - trabalhadores - fantasmas pululavam. Obras - fantasmas e trabalhadores, 'cassacos' - fantasmas, povoavam as frentes de trabalho das secas". (Oliveira, 1977: 49).

No final da seca,⁽⁶²⁾ acabada a emergência, o proprietário recebe sua força de trabalho de volta para o reinício das atividades.

Os movimentos de concentração do capital para o Centro-Sul atingem fortemente os proprietários agrários nordestinos (algodão e pecuária), mas estes através da manutenção da posse do mo

(62) Secas que ainda hoje apresentam consequências incontroláveis como a que vem ocorrendo atualmente no Norte de Minas Gerais, onde cerca de 12.000 reses já foram dizimadas, por fome e sede, como vêm noticiando os órgãos de comunicação (TV GLOBO, JORNAL NACIONAL de 27/11/82). Este fato demonstra que o nível de capitalização no aproveitamento da terra e represamento d'água que possibilita a irrigação e manutenção do alimento para o gado, continua abaixo do necessário, no período de grandes necessidades.

nopólio da terra permaneceram integrados ao poder, utilizando o Estado como instrumento de sustentação de sua dominação.⁽⁶³⁾

"O capital fundiário, perdendo terreno, mas associando-se ao capital industrial, comercial e bancário, como parceiro menos influente, reservou sua influência e controle às áreas estadual e municipal e, de forma mais acentuada, naturalmente nos estados e municípios menos desenvolvidos (...). Nestes, os proprietários de terra se elegem em alianças com a burguesia comercial e com funcionários, para os cargos de prefeitos, vereadores, ou elegem prepostos aliados ocupando as posições que lhes facilitam o mando e a utilização de favores do poder público..." (Andrade, 1981: 38).

Não poderíamos encontrar melhores e mais completas palavras para expressar a realidade detectada. Os proprietários, mesmo quando estão na oposição, mantêm bom relacionamento com o poder, comprovando a hegemonia da classe dominante como um todo. Frequentemente encontramos de uma ou de outra forma, isto é, direta ou indiretamente, participação política dos proprietários, seja no processo de ocupação de cargos ou no de escolha e eleição dos candidatos aos postos executivos e legislativos. Podemos verificar através de alguns trechos das entrevistas realizadas:

"Sempre fazia campanha acompanhando Rui Carneiro" (Depressão do Alto Piranhas, Souza).

"A frequência da política nesta casa é normal; numa semana um partido, na outra, já é o outro, fazendo reuniões". (Agregte da Borborema, C. Grande).

"Fui prefeito de Cabaceiras duas vezes. Sou amigo do atual Governador, tendo, por isto, conseguido o asfalto e uma ponte". (Cariris Velhos, Boqueirão).

"Somos situacionistas, sempre a família faz o prefeito

(63) "Cabe aqui uma rápida retomada do problema das secas e da atuação do DNOCS, bem como também de órgãos como o DNER, na medida em que esses organismos eram tradicionalmente utilizados no Nordeste como instrumento político pela oligarquia local". (Cohn, 1978: 91).

de Gurinhem, já houve Governador, Deputado Federal e Suplente de Senador na nossa família". (Piemonte da Borborema, Gurinhem).

"Sempre fiz os prefeitos de Queimadas. Atualmente, é meu filho". (Agreste da Borborema, Queimadas).

A aliança e participação no poder político, pleiteando com mais insistência e maior poder de pressão os benefícios da lei, com mais fácil acesso ao crédito bancário, a organização classista, somada à predominância de nível intelectual, a mecanização progressiva, monopolizando a maior e melhor parcela da propriedade fundiária, o baixo sistema competitivo interno, a crescente demanda⁽⁶⁴⁾, a exploração de uma mão-de-obra (inclusive através de outras formas de apropriação de sobre-trabalho) desprotegida em níveis de organização; seja para resistir ao processo de proletarização ou para se organizar sindicalmente, a fim de valorizar sua força de trabalho, inclusive na obtenção de melhores salários e participação da produção social. Estes fatores contribuintes para uma produção que, por apresentar características específicas que acarretam diminuição de custos, possibilitam a acumulação, a reprodução como classe dominante e o êxito da pecuária como bom "negôcio" que é, um grande empreendimento da nossa agricultura. Nele o êxito tem-se mantido através dos tempos, apesar do relativamente baixo nível tecnológico e de produtividade da atividade⁽⁶⁵⁾ com pensada pelos aspectos acima citados e, como geralmente se afirma, pela disponibilidade de fatores: muita terra, utilizando pouca mão-de-obra e capital. É a eliminação nos custos de produção do preço da terra (considerando sua independente valorização), e a redução do capital constante e variável, que garantem a margem de

(64) A Paraíba não é auto-suficiente em seu abastecimento de gado de corte, comprando gado na Bahia para completar sua demanda.

(65) "Para o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, João Gilberto Rodrigues da Cunha, urge aumentar o desfrute do nosso rebanho, atualmente cerca de 10%, um dos mais baixos do mundo. Um dos maiores obstáculos naquele sentido é a visão imediatista do governo a quem a pecuária deve muito, mas não o suficiente para deslanchar. Outro fator a dificultar a perfeita compreensão dos males da pecuária é o distanciamento das técnicas governamentais da realidade das fazendas..." (Citado por Moraes, 1975: 56 e 57).

lucro ser obtida no processo produtivo.

Do ponto de vista econômico, onde não importa a atividade em si, mas a rentabilidade do empreendimento, a pecuária de corte, com todas as atividades econômicas que a ela se ligam direta ou indiretamente, não apenas forma um importante setor da economia brasileira, mas ainda, e graças a essa importância que adquiriu, constitui hoje um importante elemento e fator do novo sistema nacional da economia que vai surgindo em substituição à velha estrutura colonial brasileira (Sá Júnior, 1977: 340), apesar da luta do setor agrícola contra o capital financeiro (melhores taxas de juros), o capital industrial e comercial (melhores preços), o Estado (melhores subsídios, créditos, tabelamento dos produtos, impostos e principalmente homogeneidade de tratamento com o setor industrial e entre as decisões tomadas, como também, racionalidade e persistência das mesmas).

Do ponto de vista social é uma atividade que ocupa extensas parcelas de terra⁽⁶⁶⁾ com baixa ocupação de mão-de-obra, provocando o despovoamento, a expulsão do homem do campo, à proporção que a agricultura de subsistência é substituída progressivamente por pastagens. Este fato acelera o êxodo rural e suas consequências, como também forma grupos de diaristas, pauperizados, sem vínculo empregatício, com trabalho incerto, que, na maioria das vezes, exigem grandes deslocamentos, contribuindo inclusive para a depreciação do salário no âmbito rural.

Nos últimos anos agravou-se a tendência à polarização social. Os custos sociais foram muitos. Surgiram ansiedades e preocupações em reorientar o processo, o estilo de desenvolvimento, que se manifestam no discurso político do Poder Estatal, nas declara-

(66) A extensão da propriedade foge à problemática da justiça social, pois depende da região (condições climáticas), do produto, do rendimento, do nível tecnológico, etc desde que, o trabalhador receba o que de direito lhe cabe numa sociedade de determinado estágio de desenvolvimento, onde a terra ainda é suficiente para todos trabalharem, como pequenos, médios ou grandes proprietários, dependendo de uma nova estrutura fundiária.

ções de empresários⁽⁶⁷⁾, mesmo daqueles que foram os maiores beneficiários do processo de concentração de renda, e que funcionaram e funcionam como força integralizadora (pelo poder coercitivo e difusão de privilégios em sua comunidade) no papel de lideranças locais, com o projeto nacional de desenvolvimento.

Tais preocupações, entretanto, não têm sido transformadas numa ação eficaz para minorar as reais condições de trabalho e conseqüentemente prover melhores condições de vida para o homem que efetivamente trabalha, como veremos no capítulo seguinte.

(67) "Os trabalhadores hoje participam de tudo, escutam o sermão do papa como eu escutei, a modificação é muito grande. Mais tarde ou mais cedo, vai haver aborrecimento, o rolo compressor vem, pelo fato daqueles que não olharam para os outros. Não estarei vivo para ver". (Um entrevistado. Agreste da Borborema, Massaranduba).

CAPÍTULO V

O FATOR TRABALHO

FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO

Anteriormente, ⁽⁶⁸⁾ analisamos as transformações das relações de trabalho que vêm ocorrendo através dos tempos. Podemos afirmar que, apesar da manutenção de formas que hoje poderíamos chamar de "tradicionais", como é o caso dos moradores, ⁽⁶⁹⁾ estes estão tendencialmente desaparecendo para dar lugar aos assalariados permanentes (em bem menor escala) ou a trabalhadores de rua ou diaristas, em grande maioria, enquanto que, o capim caminha, estendendo-se a passos largos, sufocando antigas áreas, onde se praticava a agricultura de subsistência. Tal dinâmica se processa, internamente, na grande propriedade, através da expropriação dos moradores, meeiros, parceiros, posseiros, impedindo seu acesso à terra, seja através da compra de mercadoria terra ou, melhor dizendo, de seu monopólio, de antigos pequenos proprietários, que também se dedicavam à produção agrícola.

Na última década, vem-se intensificando o processo de proletarização do trabalhador rural, instalando-se relações impessoais e puramente salariais, que progressivamente desvinculam o trabalhador do proprietário, acarretando o surgimento de novas formas de relações de trabalho predominantes, que apresentam em comum com as demais o nível de exploração, o mesmo tipo de trabalho que continua a ser feito, num processo de mudança e readaptação a diversos fatores, como veremos.

(68) Durante o capítulo em que tratamos do processo histórico da pecuária na Paraíba, de suas raízes históricas.

(69) Atualmente, os que geralmente habitam na propriedade são os assalariados permanentes, como o administrador, vaqueiro, traatorista etc, cuja relação de trabalho é bem diversa da dos antigos moradores.

AS DIVERSAS CATEGORIAS DE TRABALHADORES

Atualmente, podemos a grosso modo dividir os trabalhadores ⁽⁷⁰⁾ de uma propriedade em três categorias: **os assalariados propriamente ditos**, que compõem um pequeno grupo permanente, constituído por pessoas com certo nível de especialização e treinamento, ganhando o salário mínimo ou mais, e ocupando funções como de administrador, tratorista, chofer, vaqueiro, tratador de gado, vigia. Estes moram na propriedade, mas, na maioria das vezes, vivem exclusivamente de seus salários, gozando dos direitos legais, que reduzem em muito a antiga submissão.

Um outro grupo, que consideramos em processo de extinção, em virtude de não mais existir em algumas fazendas, é formado por **aqueles que têm o acesso à terra**, seja como moradores, ou como parceiros, foreiros, rendeiros etc. Estes trabalham na agricultura de forma subordinada ao produto mais importante, o gado bovino, que é quem dita as normas, de quando entregar e quando receber o terreno, do que plantar etc. Aqui os antigos "moradores" aparecem já com características diferentes, quando os proprietários preferem utilizar a mão-de-obra de fora e deixar que os moradores trabalhem em suas roças ⁽⁷¹⁾ para garantir sua subsistência. Com isto os proprietários desobrigam-se totalmente, nada mais fazem para retê-los, como antigamente, quando então, precisando de pessoas para trabalhar, prestavam assistência, como no caso de doença ou morte, fornecendo alimentação, remédios, médico, e quando necessário - o caixão e a mortalha. Procuravam ainda dar certa proteção e apoio à viúva e filhos, dentro de um sistema relativamente paternalista. O proprietário fornecia o crédito e a as

(70) Trabalhador rural, aqui compreendido como a pessoa que presta serviço à empresa rural, mediante remuneração de qualquer espécie.

(71) "No verão é difícil conseguir trabalhadores, no inverno não. Eu preciso, mas se for sacrificar muito, vou ficar com a obrigação, é preferível que eles lucrem". (Proprietário - Queimadas-Agreste). Assim se referiu a seus moradores.

sistência ao agricultor, mas estabelecia juros elevados e preços baixos para a aquisição da parte da produção que lhe cabia, ficando, este último, na completa dependência do proprietário (Andrade, 1981:59). Estas responsabilidades estão desaparecendo à proporção que se modificam as relações existentes.⁽⁷²⁾

As formas como são feitos os acordos (contratos verbais) são as mais variadas possíveis, dependendo do clima, solo e tamanho da propriedade, da quantidade de reses e pastagens, da área já existente de pastagem plantada, da facilidade de encontrar pessoas para trabalhar.

Citaremos alguns exemplos esclarecedores da variedade de acordos existentes, segundo informações colhidas durante as entrevistas:

"Seja para moradores ou meeiros, a divisão da colheita: eles comem verde (comem do feijão e do milho enquanto estão verdes antes de secar) os quatro meses até o final da colheita, quando entregam 1/3 para o proprietário, que compra a produção e põe em silos, esperando preço. O fato de emprestar dinheiro já é uma forma de facilitar a compra da produção". (Proprietário - Gurinhem - Piemonte da Borborema).

"Não compra mais algodão na folha, mas financia para não deixar ninguém comprar. Os moradores trabalham com o gado, e recebem terra para plantar, como meeiros". (Proprietário - Souza-Depressão do Alto Piranhas).

"Dá a terra para plantar milho e capim intercalado, por um ano" (Proprietário - Antenor Navarro - Sertão)⁽⁷³⁾.

"Nenhum empregado fixo para a agricultura, só para o gado" (Proprietário - Boqueirão - Cariris Velhos).

(72) As obrigações por parte dos proprietários para com os moradores são tão poucas, que, em algumas fazendas, os proprietários, apesar de saberem informar precisamente o número de reses existentes na fazenda, não souberam informar com precisão o número de moradores.

(73) A terra cultivada, o capim plantado, se compararmos o preço pago para realizar esta tarefa, o foro pago em trabalho realizado sai simplesmente exorbitante.

"O gado utiliza os restos da produção agrícola do algodão, milho e feijão dos moradores. O morador desmata e destoca um terreno e planta durante dois anos, então entrega o terreno e reinicia tudo de novo. Os moradores não recebem salário, porém diárias. Há anos, só se vêm utilizando diaristas". (Proprietário Gurinhêm - Piemonte da Borborema).

"Trabalha com foreiros quase todos proprietários de 1 a 2 hectares. Pagam Cr\$ 700,00 anuais, por quadro, que utilizam para plantar algodão herbáceo, milho e feijão. Não adota parceria. São plantam o que o gado pode comer. Recebem o terreno por 4 anos. O desmatamento é muito caro". (Proprietário - Queimadas - Agreste da Borborema).

Se através dos trechos acima citados podermos perceber o nível de exploração, transcreveremos algumas informações recebidas dos trabalhadores, que complementarão, possibilitando-nos uma melhor visão do nível de exploração e compreensão do processo, no discurso dos próprios trabalhadores.

"Durante 5 anos, o proprietário deixou cultivar o algodão. Tinha 26 meeiros, que brocavam por conta própria, e recebia o caroço do algodão. O milho e o feijão eram do trabalhador. Às vezes, emprestava dinheiro para pagar com o lucro. Agora não dá mais, só capim". (Trabalhador - Antenor Navarro - Sertão).

"Cede roçado para moradores ou gente de fora. Recebe a meia do algodão e presentes da parte do milho e do feijão. Ou então cede o terreno para plantar feijão, milho e capim, só por um ano. O proprietário dá a semente do algodão e adianta o dinheiro". (Trabalhador - Cajazeiras - Sertão).

"O que colhe, não dá para passar o ano; no fim do ano, vende o algodão; no verão trabalha com o patrão e nos roçados". (Trabalhador - Gurinhêm - Piemonte da Borborema).

"O contrato dos moradores nas terras é feito durante dois anos. Os moradores não têm obrigação de trabalhar para o proprietário. Os diaristas fazem o trabalho". (Trabalhador - Gurinhêm - Piemonte da Borborema).

"A cerca dos roçados é feita pelo morador, que também, quando necessário, a conserta. A proprietária fornece arame e estacas. São depois que os bois estiverem de barriga cheia, é que recebem a terra. São podem plantar tarde. Quem trabalha com cultivador, não pode ir para as encostas. No ano passado, o gado entrou no roçado e fez muito estrago. Lucrou muito pouco. Isto já aconteceu em três anos consecutivos. Mas a proprietária não pagou nada, porque não foi ela quem mandou, o gado empurrou a porteira. Na época da colheita é o período crítico da mão-de-obra, porque senão o boi vem e come. Sempre o gado é solto em dezembro, o vaqueiro passa avisando. A gente se aperta muito. Muita pressa para colher". (Trabalhador - Gurinhem - Piemonte da Borborema).

"Desmata, prepara a terra e faz o plantio, mesmo se não lucrar, como ocorreu em 1979 e 1980. É preciso entregar a terra ao dono, depois de dois anos, para o gado, e reiniciar o mesmo trabalho. Mesmo com a seca, os restos das plantações são aproveitados pelo gado". (Trabalhador - Boqueirão - Cariris Velhos).

"Quando é urgente, todos os moradores fazem o serviço da propriedade. A diária é de Cr\$ 80,00, na região já é Cr\$100,00. Deveriam pagar mais. Nasci para trabalhar, mas aqui não dá, só se trabalha para os patrões. Todo o trabalho daqui é feito pelos moradores. Os daqui não trabalham fora, não dão dias fora. Não dá para economizar. Recebe o terreno para plantar feijão, milho e capim, só por um ano. Entrega a meia do algodão e 'presentes' da parte do milho e do feijão. As vazantes do açude são muito importantes nos anos secos. Porém, nos anos mais fracos, planta-se mais capim". (Trabalhador - Cajazeiras - Sertão).

Como foi descrito, o processo ditado pelo proprietário atinge níveis altos de exploração, abrangendo a maneira como permite o acesso à terra, que ocorre de forma bastante limitada, em função do curto período de tempo; o que plantar (a parceria é sempre de produtos secundários e não do principal, como por exemplo, o gado bovino); a parcela a entregar; o trabalho não pago e transferido; os empréstimos e compra dos produtos; os "presentes" ofer

tados obrigatoriamente; a diária inferior; a cerca para fazer e consertar; o que o gado come sem ser pago; a falta de braços para colher; o processo de desmatar, destocar e cultivar novas terras, mesmo que a seca não permita a colheita; o fato de o gado e o capim serem sempre mais importantes; a colheita não ser suficiente para comer; em não poder economizar nada. Isto tudo, para ter acesso à terra, a fim de trabalhar nela, sem nenhuma autonomia; por não poderem comprá-la, eles pagam altíssimo preço a quem a monopoliza, em trabalho incorporado à terra, fornecendo trabalho excedente em produtos e ou em dinheiro.

O terceiro grupo é composto pelos trabalhadores que moram fora das fazendas. A principal diferença dos moradores é o acesso à terra, para o roçado. O morador tem primazia e privilégio na escolha do terreno, devido ao fato de os proprietários preferirem que os moradores lucrem, pois não podem permitir que morram de fome dentro de sua propriedade. Os trabalhadores de fora - que se arranjam de qualquer maneira. Procuram não sacrificar muito, exigindo dias de trabalho dos moradores, em função desta perspectiva. Além disto, o que eles têm, é um casebre ou casa para morar, lenha, água, alguns litros de leite para os velhos e crianças.

As opiniões acerca do que é melhor - ser morador ou trabalhador de rua - variam muito, privilegiando no primeiro caso ter onde morar e trabalhar, não ter que caminhar muito para trabalhar, ter numa necessidade a quem se dirigir, e no segundo caso o privilégio da pretensa liberdade de trabalhar "onde" e "quando" quiser, morar no arruado próximo à feira, escola, farmácia etc. As relações apresentam diferenças, porém a exploração é a mesma.

Em se tratando do trabalhador de rua ou diaristas, o trabalho é, em geral, pago em empreitadas ou diárias. Em relação às diárias pagas, há uma variação de região para região e de um produto para outro. No Sertão a diária é inferior à do Agreste; no trabalho da cana, é superior ao de plantar capim.

Alguns proprietários fornecem o transporte e o almoço (evitando que os trabalhadores tragam), sem diminuir do salário,

afirmando que "dando é melhor, porque assim apresentam maior resistência e rentabilidade", ou que, "já tive o desprazer de ver um homem pegado na chibanca cair de fome. Fiquei com a consciência doída, recuperamos o indivíduo com garapa de rapadura. Jamais tinha acontecido".

A alimentação oferecida é, geralmente, feijão ou fava, com toucinho, rapadura e, às vezes, farinha. Explica-se essa atitude como o reconhecimento de que o pagamento é insuficiente para uma vida condigna, porém o salário não é elevado inclusive como uma forma de acordo entre proprietários, para não aumentarem o custo da mão-de-obra, inflacionando o preço no mercado. É comum o proprietário dizer: "podem ir procurar outro que pague melhor". Apesar disso, as reclamações são constantes: de que a mão-de-obra agora é mais cara, difícil e escassa; que diminuiu nos últimos tempos; que os trabalhadores são displicentes, deixam o trabalho e depois voltam.

O trabalho, em geral, é bastante polivalente e consiste em desmatar, destocar, preparar a terra, fazer cerca, plantar capim etc. É comandado pelo administrador ou pelo contratante, com instrumentos de trabalho pertencentes ao proprietário.⁽⁷⁴⁾

O administrador é um assalariado permanente, com direitos e salário fixo na fazenda. Ele se situa entre os trabalhadores e o proprietário, sendo ele quem controla as tarefas, divide e entrega o terreno para plantar e faz o pagamento pelos dias de serviços prestados, por semana ou diariamente. Além de fiscalizar e orientar o trabalho, contratar pessoal, ainda é responsável pelas máquinas e equipamentos, açudes etc. De um modo geral, é o responsável pela propriedade na ausência do patrão.

Quando não, ele é utilizado para reunir o pessoal, fiscalizar o trabalho e pagar o contratante dos trabalhadores diaristas. O contratante acerta com a fazenda o trabalho global, paga as diárias ou tarefas conforme medição individual, o que facilita

(74) O que não ocorre nos engenhos, quando o trabalhador continua proprietário de seus instrumentos de trabalho. (Sigaud, 1979: 152-3-4).

a fiscalização e intensifica o ritmo do trabalho, ficando com a diferença. Quanto mais rapidamente a tarefa for feita, maior será a quantia que ele embolsará. Esta decorre da diferença entre o preço pago pelo empresário à força-de-trabalho materializada na tarefa, e a parte desse mesmo preço recebido pelo trabalhador (Gonzales e Bastos, 1977: 32). Se for além do tempo previsto, ele terá prejuízo. Às vezes, há necessidade de ele trabalhar também para não perder dinheiro, mas geralmente fica fiscalizando. Encontramos caso de o contratante, para exercer a tarefa, receber uma diária maior, três vezes a dos outros trabalhadores, ou ainda de trabalhar normalmente e receber como os outros trabalhadores por "amizade" (favores recebidos) ao proprietário, como também garantir sempre o seu lugar na turma, mesmo nos períodos críticos, de trabalho escasso.

O contratante é, geralmente, um ex-trabalhador com certa liderança entre os demais e um pouco de leitura. Ele merece certa confiança do proprietário de que a tarefa será cumprida, e dos trabalhadores, de que receberão o prometido. de que, no caso de trabalho por tarefa, haverá honestidade na medição, no tipo de trabalho, na distância do local especificada. O contratante trabalha para ele mesmo, o que o diferencia do administrador que, na maioria das vezes, procura defender os interesses do patrão como forma de garantir sua confiança. Em ambos os casos procuram estimular a produção, como também ambos se apresentam como mediadores do processo de exploração. É uma tarefa que exige autoridade e envolve aqui e acolá violência entre as partes.

Para o trabalhador, o roçado continua a ser de grande importância, como forma de complementar fundamentalmente o seu ganho, insuficiente para o mínimo indispensável da própria alimentação da família. Num grupo social em que é na própria alimentação que reside o sentido do trabalho, a razão de ser de sua disposição para o trabalho, em que o homem honrado é aquele que alimenta seus filhos, que não os deixa passar fome (Sigaud, 1979: 173), e que se depara com a contradição da separação dos meios de produção. Os produtos do roçado são consumidos diretamente e, quando a produção permite, é vendido o excedente com a finalidade de comprar outros produtos de que a família precisa, inclusive roupas.

No roçado geralmente trabalha a família. A presença do homem adulto se faz totalmente necessária na primeira fase, no preparo da terra (no roço, destocamento, coivara, etc), enquanto no plantio, na limpa e colheita, é utilizado o trabalho da mulher e dos filhos. ⁽⁷⁵⁾

A expropriação e a reprodução da força de trabalho continuam a ocorrer inclusive através do sobretabalho do trabalhador e de sua família, porém temos que reconhecer que houve a ruptura da relação personalizada existente entre o proprietário e o morador, de quem foram tiradas determinadas condições de produção e garantias que lhe eram anteriormente asseguradas. A forma como o fenômeno vem ocorrendo, nos garante estarmos presenciando um processo de mudança social, no sentido do assalariamento puro, que vem ocorrendo gradativamente, de acordo com condições tecnológicas e sociais, no mais amplo sentido do processo de acumulação de capital.

A MUDANÇA, ALGUNS FATORES CONDICIONANTES

Ao se dissolverem as antigas relações de trabalho, a força de trabalho torna-se disponível, dependendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho, premeida pelo mercado que não oferece concorrência de outras alternativas, sem poder de barganha, com o salário relativamente cada dia mais baixo, em virtude também da existência de um grande número de pequenos produtores (proprietários ou não) que se assalariam temporariamente para completar a sua subsistência engrossando o excedente de trabalhadores. Ao observarmos o nível de vida dos trabalhadores rurais que habitam as periferias de vilas, verdadeiros celeiros de mão-de-obra, é bem visível a pobreza que representa o não pagamento do tempo de não-trabalho, na medida em que eles são contratados só nos momentos de real necessidade, como também do rebaixamento das diárias nos momentos sazonais desfavoráveis à mão-de-obra, na medida em que passam a depender inteiramente do mercado para prover de todas as

(75) Os meninos começam a ajudar a partir de 7 anos, e a trabalhar de fato aos 14. As mulheres e meninos também trabalham como diaristas em tarefas como a colheita de semente de capim e seu plantio, recebendo diária bem inferior.

suas necessidades materiais, da insegurança do trabalho e de so brevivência. Nesta situação, encontra-se já a grande maioria dos trabalhadores rurais, antigos moradores, parceiros, pequenos proprietários, foreiros etc.

"A necessidade de trabalhar para sobreviver, num quadro de escassez de oportunidades de trabalho associada a um relativo desconhecimento de seus direitos legais, por parte do trabalhador, garante, portanto, ao empregador a possibilidade de contar com o trabalhador volante" (Mello, 1977: 120-1).

Mas as formas como vêm ocorrendo as transformações, co mo anteriormente afirmamos, resultam do contexto global, do qual podemos distinguir alguns fatores.

Como fatores condicionantes das mudanças, especificamente na pecuária, temos as pastagens plantadas definitivas em substituição às áreas de pastagens nativas, usadas pelo gado no inverno, e as de agricultura, cujos restos serviam de alimento do gado no verão.

A mecanização, especialmente o uso do trator, passou a ser utilizada com maior intensidade, substituindo braços que existiam e poderiam ser contratados. A justificativa encontra-se na eficiência e rapidez do trabalho, nos créditos convidativos para a compra dos mesmos, no chamado "efeito-de-demonstração", onde o status atribuído ao bom cavalo bem arreado passa a ser dado ao trator.

A pecuária, absorvendo menor quantidade de mão-de-obra, foi rápida e eficientemente impulsionada, inclusive por ser comercialmente bem mais convidativa do que a agricultura de meação, ou parceria⁽⁷⁶⁾, mesmo quando a adoção da parceria representa, para o empresário - proprietário territorial, um procedimento racional que suaviza o processo de baixa rentabilidade relativa, ou mesmo,

(76) *"A possibilidade de se reconstituir a pequena produção, a partir do excedente da força de trabalho originado do próprio desenvolvimento do capitalismo, está presente sempre que há já um grau insuficiente de utilização plenamente capitalista da terra" (Brant, 1975: 107).*

em caso limite, de descapitalização relativa que a empresa agrícola sofre no processo de acumulação de capital no conjunto da sociedade. (Loureiro, 1977: 131).

A explicação de que a mecanização resulta apenas da elevação dos salários rurais, é pouco plausível quando se pode contra-argumentar que o trabalhador de rua, cujo trabalho é intermitente, permite maximização da taxa de exploração, em virtude da fase de não-trabalho, tornando a parceria e até mesmo o trabalho assalariado permanente, formas anti-econômicas diante das condições materiais, institucionais e legais da produção. A utilização da terra, em sua totalidade, para o produto principal é um aspecto considerável, em virtude da elevação do preço da compra do monopólio da mesma, inclusive pelo fato de a terra ser considerada como reserva de valor. Com a valorização das terras, passou a ser mais barato pagar ao trabalhador para que ele adquirisse sua alimentação no mercado através da expulsão dos moradores, meeiros, foreiros etc, das fazendas, da compra de parcelas de terra pertencentes aos pequenos proprietários ou ainda evitando ceder a terra a foreiros, parceiros, meeiros etc.

Porém, aos fatores acima mencionados, não podemos deixar de acrescentar e privilegiar o movimento de reivindicação dos trabalhadores rurais, cuja primeira reação no Nordeste ocorreu na década de 50 em Pernambuco, com as Ligas Camponesas. Partindo dos foreiros ameaçados em sua reprodução enquanto pequenos produtores, eles se organizaram politicamente visando impedir a ação dos proprietários no sentido de elevar o preço do foro, expulsar foreiros e alterar os dias de cambão. Num segundo momento, assumiram uma posição mais ofensiva em termos de uma redefinição dos próprios conceitos de propriedade da terra, através de invasões e ocupações de engenhos. Nos fins de 1960, o movimento sindical rural, que nucleava sobretudo moradores em torno de questões propriamente trabalhistas, encontrava-se relativamente organizado (Sigaúid, 1979: 38), enquanto que o movimento das Ligas entrou em rápido declínio.

Foi atingido o ápice com a sindicalização em larga esca

la, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural⁽⁷⁷⁾, que assegurou uma série de direitos antes inexistentes aos trabalhadores rurais, e cujo resultado foi a desvinculação crescente do trabalhador em relação à propriedade rural (Suarez, 1977: 55). Transferindo-se para o campo a legislação trabalhista urbana, intensificou-se o processo de proletarização do trabalhador rural, que passou a produzir para si mesmo, só o salário, e em última análise privilegiou grandes e médios proprietários. Estes, expulsando de dentro das propriedades os trabalhadores e suas famílias a fim de evitar conflitos e as obrigações da legislação trabalhista, liberaram terra (para pastagens por exemplo) e transferiram para o INAMPS a responsabilidade da assistência que davam aos trabalhadores (Andrade, 1981: 14) e evitaram questões de posse e indenização, como também uma proteção legal específica.

Mas a luta travada entre as forças populares dos trabalhadores em oposição aos senhores de engenho, usineiros, fazendeiros, foi um fato novo, que surgiu em cena como um agente político autônomo e que buscava principalmente a aplicação rigorosa das leis de propriedade e das leis de regulamentação trabalhista, entre estas a obediência ao pagamento do salário mínimo (Oliveira, 1977: 92-7).

Naquela luta podemos distinguir dois momentos. No primeiro, anterior a 1964, a correlação de forças foi favorável ao movimento camponês, criando uma série de dificuldades para os proprietários. No segundo momento, a situação se altera e é quando ocorre a real ruptura do sistema de manutenção de moradores e a expropriação dos trabalhadores, evitando que a morada fosse transformada em base para reivindicações, que as propriedades se tornassem centros da mobilização camponesa, e inclusive maior aproxi

(77) O Estatuto do Trabalhador Rural, antiga reivindicação, foi promulgado pela Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963. Após cuidadosos estudos, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 53.154 de 10 de dezembro do mesmo ano. O evento deu ao trabalhador rural os direitos e vantagens da previdência social, assegurando-lhe o salário mínimo, jornada de 8 horas, férias etc. É importante observar que na prática o Estatuto não cumpriu os objetivos propostos.

mação entre os trabalhadores.

Os sindicatos passaram a atuar, ocorrendo intervenção governamental em muitos, porque o aparelho estatal não concordava com a maneira pela qual eles conduziam as reivindicações dos trabalhadores do campo (Ianni, 1973: 196). O sindicato rural é muito mais o resultado combinado das reivindicações do trabalhador rural e da atuação do Estado. É uma reação moderadora, que vincula, via burocratização da vida política do proletariado rural, o trabalhador rural, o sindicato e o aparelho estatal, onde a tutela coube ao Estado.

Porém uma lei, ou Estatuto, não pode criar uma relação de Trabalho. O que ela procura fazer é "regulamentar" a relação uma vez estabelecida, de modo a facilitar sua disseminação utilizando o Estado como "escudo legal" (Silva, 1981: 128). Com a quebra dos mecanismos usuais de defesa econômica dos trabalhadores, ocorreu a "compressão salarial". A inflação concorreu também, rebaixando os salários, com reflexos na própria economia global (no consumo de bens industrializados por exemplo), que, aliada à capitalização do setor, à desvinculação do trabalhador da terra, à falta de uma autoridade coercitiva que legitimasse o Estatuto do Trabalhador, agravou mais ainda o quadro geral, onde o processo de aplicação desta legislação vem ocorrendo lentamente. A grande maioria dos trabalhadores rurais nordestinos não percebe o salário mínimo.

Como órgão máximo do movimento sindical dos trabalhadores rurais existe a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais). Como toda entidade sindical brasileira, ela possui uma natureza ambivalente e contraditória, por ser um órgão que representa os trabalhadores e colabora com os poderes públicos, que têm representado no decorrer de nossa história, superiormente, os interesses dos detentores do capital. As reivindicações e interesses do órgão concentram-se principalmente em três setores: política trabalhista (seguridade social), política agrícola (preços etc) a política agrária (reforma agrária). Após 1968, com a eleição de nova diretoria, a forma de

ação associada ao Estado que vinha ocorrendo, foi substituída, pelo interesse e esforço contínuo em expressar e defender os interesses dos trabalhadores rurais (Pinto, 1979: 123-154-156).

Numa análise global, a luta é desigual e passa a ser mais ainda, quando particularizamos os casos pessoais e encontramos mecanismos utilizados, os quais, na maioria das vezes, estão envolvidos em racionalizações, na efetiva dominação ideológica onde se justificam as relações dominantes, de maneira tal que elas aparecem como "naturais" e "inevitáveis" por definição das classes dominadas.

O processo vai caminhando assim, quando, por exemplo, os antigos moradores afirmam que saíram "a gosto e a vontade" mas, quando de fato, foram pressionados ou impressados, forma camuflada de claramente terem sido botados para fora. A pressão ocorre de diversas formas. Pode ser indireta, atingindo todos os trabalhadores em conjunto, ou direta ao forçar um trabalhador a entregar a casa onde mora sob o pretexto de que é preciso derrubar a casa, porque o proprietário precisa de terra para plantar capim, podendo neste caso o mesmo indenizar a casa ou fornecer material para a construção de uma casa na rua, ficando para trás o roçadinho, o terreiro onde mantinha a criação etc. A recusa do proprietário em fornecer material para recuperar a casa, como antes ocorria, é outra forma de impressionar (se sentem impressados) ou pressionar, como também a não renovação da concessão do roçado sob o pretexto de que não existe terra disponível, plantando o capim até a porta da casa do trabalhador. A redução dos direitos, como o de criar alguns animais⁽⁷⁸⁾, por exemplo, até 4 cabeças de gado e um cavalo ou animal de carga que vai ocorrendo gradualmente, ou a manipulação da força de trabalho familiar, sem levar em consideração a opinião do chefe da família, além da exigência exagerada do tamanho da tarefa (trabalhar 6 dias para receber apenas 3) e da remuneração

(78) Casos que encontramos e que foram bastante lastimados, pois na criação do gado, porcos, galinhas, cabras etc, estava a única forma de acumulação para fazer face a doenças e festividades ou para comprar um pedacinho de terra.

correspondente inferior ao esperado, a venda da propriedade e indenização coletiva de todos os trabalhadores e muitas outras formas, fazem com que o trabalhador abandone a fazenda "a gosto e a vontade", e dirija-se à rua em busca de nova morada. Ali, fatos novos o esperam, entre eles, a necessidade de, a partir daí, pagar o aluguel (que além de exercer uma forte pressão sobre o orçamento doméstico, representa uma nova relação de dependência) e de, a partir de então, viver exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

A expulsão pode ocorrer de forma violenta com os bois revirando o que havia sido plantado nos roçados, invadindo tudo, obrigando o trabalhador a pedir as contas, desde que não pode fazer nada. Esta forma é geralmente utilizada depois que as anteriores não deram resultado, em que as pressões foram suportadas, tentativas para contorná-las foram feitas e a decisão foi de permanência.

Ao sair da propriedade, o trabalhador pode procurar o Sindicato e questionar o patrão, porém o acordo é atraente, porque representa o recebimento de dinheiro num prazo mais curto do que na Justiça. Como também o é para o proprietário que faz o máximo e procura evitar, de todas as formas, qualquer tipo de contestação por parte dos trabalhadores.

OS TRABALHADORES EXPROPRIADOS

Os trabalhadores, passando a morar nas periferias das vilas e cidades, perdem o acesso à terra ⁽⁷⁹⁾, apesar de continuarem acreditando que a sua única saída, para defender-se do rebaixamen

(79) Quando o têm de forma muito limitada pela: "... ausência de um contrato de arrendamento legalizado, a proibição de cultivo de ciclo vegetativo superior a um ano e a proibição de mōrar na solta. Estas três condições impostas pela fazendā constituem meios através dos quais os proprietários procuram se defender a priori de qualquer possibilidade de terem as suas soltas transformadas em base para reivindicações de direito à terra, previstas pelo Estatuto da Terra" (Sigaud, 1979: 144).

Encontramos casos de proibirem inclusive fazer até uma lata-da, um abrigo bem rudimentar para cozinhar e proteger-se da chuva e do sol durante o período de trabalho agrícola, enquanto o gado não entra na solta.



ABRIGO RUDIMENTAR - MOMENTO DE ALIMENTAÇÃO
E DESCANÇO.

to constante do seu nível de vida, está no desenvolvimento de suas "culturas de subsistência", ou na instalação de pequenos negócios, na feira, ou pequena venda na porta de sua casa. A oferta de em prego é escassa e os salários são baixos e prontamente consumidos. Os períodos de ociosidade (antes utilizados nos roçados de subs tência) são frequentes devido à sazonalidade da produção agrícola, ocorrendo picos, quando os salários sobem e fases em que a de manda de mão-de-obra cai, ficando os mesmos sem trabalho, apelando para biscates como carregar feira, conservar estradas, cortar lenha, fazer carvão etc.

São condições que geram empobrecimento, qualidade de vida muito baixa com sérios problemas de alimentação, saúde, hi giene, educação etc, que implicam no comprometimento da própria re produção do trabalhador, capaz, apto para realizar as tarefas exi gidas pela necessidade de acumulação do capital.

Através deste quadro dinâmico, de racionalização do ca pital, diminui gradualmente o emprego da massa de trabalhadores sub-empregados no interior das fazendas e eles são convertidos, pe lo desemprego, em exército de reserva. Isto ocorre graças à exis tência de um excedente de oferta de mão-de-obra em relação à de manda⁽⁸⁰⁾, pelo caráter intermitente do seu trabalho. O trabalha dor de rua, o clandestino, o diarista, o bôia-fria ou qualquer ou tro nome que receber, se define como Exército de Reserva, no pro cesso global da economia.

"Resultando do processo de liberação da mão-de-obra, por efeito do desenvolvimento do sistema capitalista de produção no campo, ele é reabsorvido como mão-de-obra mais barata e consequentemente mais vantajosa para a acumulação do capital. A sua participação no processo de produção se faz, portanto, através da de preciação dos salários ou do valor pago à força de trabalho".

(Mello, 1977: 136).

(80) Excedente criado através do desalojamento paulatino dos pe quenos proprietários rurais e do processo de transformação dos antigos moradores, meeiros, foreiros, parceiros etc, em proletários propriamente ditos, e do chamado desemprego tec nológico.

É uma mão-de-obra que, apesar de trabalhar no campo, tem o seu custo de reprodução determinado ao nível do setor urbano, por comprar todos os produtos que necessita no mercado (elevando o preço dos mesmos), ter despesas com aluguel, água, luz etc. Estes fatores influenciam a formação da opinião geral de que o trabalhador rural vive hoje em piores condições do que há anos passados⁽⁸¹⁾, nas condições em que o trabalhador, por assim dizer, auto-reproduz sua força de trabalho, ao produzir grande parte de sua subsistência.

A insuficiência do ganho, a piora do consumo alimentar são sempre postas em evidência, ditada pela própria necessidade, quando se idealiza a complementação do ganho através do roçado, que é um sobretrabalho e mais uma forma de exploração. Porém a diminuição das áreas de culturas de subsistência acarreta uma pobreza generalizada no meio rural, com os salários e ganhos⁽⁸²⁾ reais sempre caindo. O trabalhador, no contexto do mercado, tem o seu ganho como medida de suas possibilidades de consumo, de seus gastos com a reposição e reprodução como força-de-trabalho.⁽⁸³⁾

E assim a pretensa "liberdade" inicial e, às vezes, "euforia" pela quantia recebida como indenização, cai rapidamente por terra, ao sentir o desamparo legal, o trabalho estiolante através da intensificação do ritmo de produção, o penoso transporte diário, a expropriação do roçado, o ganho insuficiente, permanecendo apenas a valorização de uma relativa autonomia e uma liquidez imediata na venda de sua força-de-trabalho.

(81) É importante notar a transformação que ocorreu nas próprias feiras do interior, antigamente fartas e variadas em mel, rapadura, verduras, legumes, frutas, animais de produção local, enquanto que hoje vem tudo ou quase tudo de fora. Torna-se difícil comprar até galinha ou um ovo, que não seja de granja, produzidos nas proximidades das cidades maiores.

(82) "O que separa o ganho do salário são os direitos. Para os que não têm direitos, o ganho; para os que têm, o salário." (Sigaud, 1979: 158).

(83) Ver diferenciação que Sigaud (1977: 65) faz, acerca dos três contextos, do trabalho, do mercado e do lucro onde o salário funciona como unidade de medida.

É uma constante o estado de insatisfação com o "status quo", da grande maioria, e a expectativa de melhores condições de vida, um drama social para quem está de longe, aparentemente sim ples, mas que de fato é um fenômeno sôcio-econômico dos mais gra ves.

O desestímulo à permanência no trabalho do campo e, con^u sequentemente, o êxodo rural, a migração como fato social articu^u lado ao processo de mudança e de acumulação que se verifica em to^u do o conjunto das relações de produção e relações técnicas de tra^u balho, resultam em cidades que vêem o seu crescimento acelerado , sem que tenham capacidade de absorver a mão-de-obra que ali chega, quer no setor industrial, quer no de serviços, criando-se então sérios problemas, a miséria de massas marginalizadas da produção e bens sociais.

No campo, a prioridade continua a ser dada a estruturas que favorecem o grande proprietário, que, muitas vezes, sub-explo^u ra a terra e sub-utiliza a mão-de-obra, que o seu baixo custo per^u mite. O atual esforço que o país faz para tentar capitalizar, a^u través de subsídios governamentais, o setor agrícola, particularmente quando favorece a pecuária e a mecanização, marginaliza mui^u tos, privando de trabalho a população, transformando as áreas de lavoura em pastagens, gerando desproporção entre a oferta e a de^u manda de mão-de-obra e conseqüente rebaixamento de salários, pois, como se sabe, o progresso tecnológico é a "favor do capital", ou seja, o seu sentido último é o de elevar a taxa de lucro, seja do capitalista que a emprega, considerado individualmente, seja do sistema econômico como um todo, implicando também na subordinação direta do trabalho ao capital (Silva, 1981: 27 e 37), apressando o processo de proletarização dos trabalhadores, contribuindo direta^u mente para a concentração de propriedade e centralização de rique^u zas. Com base no censo de 1970, observou Singer (1973: 67) "*Um fato do qual muitos já desconfiavam, ficou comprovado: o desenvol^u vimento da economia beneficiava uma minoria, em detrimento da grande maioria da população*". Este fato tem como agravante a au sência da transformação agrícola que era de se esperar, com a tão

decantada penetração do capitalismo no campo, em termos de elevação do nível de produtividade e rentabilidade do trabalho e do solo. Isto leva a concluir que o que está ocorrendo, é muito mais a expulsão de mão-de-obra no enfrentamento direto trabalho versus capital, do que o processo de modernização da economia agrária ou seja da substituição do homem pela máquina.

O enfrentamento vem ocorrendo dentro dos princípios da ordem social que os domina, onde idéias como "empregado bom" e "bom patrão" compatibilizam as partes, onde se procura encontrar lealdade, favores prestados e ou recebidos, dívidas por uma proteção recebida, por uma terra que o fazendeiro "dá" de "graça" para seus moradores trabalharem, mesmo que ali esteja grande parte de sua reprodução e sobretrabalho que lhe é tomado, de uma legislação que lhes garante certos direitos e que por isto é vista como um "presente" do governo, pela contradição específica que o capital introjeta dentro da própria classe trabalhadora. Nesta, a consciência política oscila entre uma expectativa da ação paternalista estatal e a emergência de uma consciência sindical, baseada no reconhecimento empírico de ser um personagem subalterno na estrutura social, o elo mais fraco da cadeia que precisa organizar-se e buscar a transformação das condições de existência do proletariado rural como um todo, em vez de permanecer esperando que o Estado fixe melhores preços mínimos, intervenha na desigualdade das trocas do setor agrícola com o urbano, de que ele é apenas um órgão benfeitor que lhe propiciou a aposentadoria, onde a tônica global geralmente coincide com os projetos individuais de "melhores condições de vida", projetos ditados pela fome, miséria e necessidade, ou pelo saudosismo da idealização de uma época que se tornou melhor em virtude da desumanidade da realidade presente.

"Antes todo mundo tinha sua agricultura. Havia gosto de dar terra para plantar, agora o povo é para morrer de fome, sem trabalhar; sô capim. Todos querem comer, dá para endoidecer. Antigamente morriam de fome, mas era melhor, pois tinha direito a casa, aos dias de trabalho, ao dinheiro para fazer feijão e principalmente, à terra.

Quem não tem, sofre muito, muita paciência para vencer os dias. Todo mundo é humilhado, temos de sofrer muita humilhação.

A situação está de passar necessidade, morrer de fome. Quase todo mês vem um aumento, a mercadoria aumenta mais. Um bocado é para comer, o resto é para morrer de fome. Está como uma revolução, tudo para se acabar. O ano de 1980 não vai terminar em paz para o lado do pobre, entorta cada vez mais. Uns só fazem passar pela vida. Carne de boi, não come mais nunca". (Trabalhador diarista - Antenor Navarro - Sertão).

Porém, historicamente, tem sido comprovado que os salários sobem de acordo com o poder de barganha dos trabalhadores, de sua organização e atuação como grupo, das possibilidades de ação política que o momento oferece.

Gradativamente, os sindicatos vêm aos poucos sendo reconhecidos como uma instituição que representa os interesses coletivos, apesar de sérias dificuldades que envolvem sua atuação. São entraves: o isolamento que as condições de trabalho lhes impõem; a inculcação da ideologia dominante, de, por exemplo, nenhum morador admitir ter sido posto para fora e todos afirmarem terem saído de gosto e vontade; a grande maioria de trabalhadores de rua, diaristas rurais, não pagarem o Sindicato (porque retratos, documentos implicam num gasto a mais) e por isto não se sentirem à vontade de procurá-lo (quando o fazem, geralmente é em busca de assistência médica) sentindo-se ilegítimos para reivindicar os direitos⁽⁸⁴⁾; o fato de que, com a ida para a rua, desaparecem os meios legais de garantir ao trabalhador o acesso à terra, o vínculo trabalhista legal que anteriormente o ligava ao proprietário através da terra; nunca se reunirem para discutir seus problemas por acharem que não vale a pena, não adianta⁽⁸⁵⁾. Mesmo assim, trans

(84) Ver Sigaud (1979:224 a 243) quando muito contribuiu no assunto.

(85) Trechos de informações dos trabalhadores sobre o hábito de frequentes reuniões:

"Não vou, não ganho nada com isso".

"Não se reúnem, só no dia do pagamento para ouvir o administrador".

formações estão ocorrendo.

A reivindicação básica é por melhores condições de vida, o que implica em que o trabalhador se sente explorado e dominado, sem receber o que de direito lhe cabe. Querem melhor remuneração do trabalho, um estilo de exploração menos brutal, que toma corpo na efetiva proletarização rural (alternativa para todos) que os aproxima na área onde habitam, no caminhão de turma etc. São condições vivenciais para a emergência de uma nova forma de pensar e agir que a situação conflitiva entre trabalho e capital gera. Isto vem ocorrendo, segundo Luiz Pereira, através do "pólo" consumo pressionando o "pólo" produção, quando assim diz:

"Trata-se sempre, como se vem notando, de pressões pela suavização de dominação do capital e não pela eliminação histórica deste: complementarmente, pressões pela realização 'superior' do homem-mercadoria e não pela negação deste. Na busca de melhores condições de vida, com que os operários como 'pólo' consumo pressionam sobre o 'pólo' produção, via pressões nas relações de distribuição (ou apropriação)..." (Pereira, 1978: 81).

E aqui estamos numa fase em que os aspectos distributivistas têm que ser considerados como prioridade total, seriedade e eficiência de ação, quando uma real solução é uma exigência da grande maioria, que tendo sido frustrada, pelos intentos de reforma agrária, nominalmente sustentados pelo governo, assistiu apenas a casos isolados e de pouca significação, onde o privilégio foi dado à política de modernização da agricultura que beneficiou grandes e médios proprietários, contrariamente ao esperado.

"Reuniões nunca são realizadas, porque se forem feitas, não haverá o comparecimento de quase ninguém."

"Nunca se reúnem para discutir problemas comuns."

CONCLUSÃO

Pelo fato de aqui estarmos na fase conclusiva das experiências e, estas terem sido dialogadas, vividas, pensadas e transportadas ao papel, é que, numa análise retrospectiva, mais amadurecida e global à cerca do que foi feito, nos fez parar e avaliar, principalmente por onde andamos ou ficamos e, através de que caminhos gostaríamos de prosseguir.

A vertente que se abre à nossa frente mais intensa e fortemente é aquela que estabelece relações entre a pequena propriedade e a produção de bovinos, quando a exploração da agricultura e da criação de algumas cabeças, ocorre conjuntamente em pequenas áreas. Ali, os animais são criados "amarrados na corda", alimentando-se do que está a sua volta, para não prejudicar os produtos agrícolas, como também, de rações em espécies de cochos (comedouros). A agricultura contribui, neste caso, com o suporte econômico-alimentar da vida diária, enquanto o boi representa a reserva, a possibilidade de complementar ou pagar os empréstimos nos anos críticos, de fazer frente às despesas inesperadas e, ainda, de maneira crescente, como recurso para investimento na agricultura, em virtude da grande dificuldade e da excessiva burocracia no atendimento do crédito bancário.

A produção bovina nas pequenas propriedades, quando observada através de casos isolados, pode nos parecer irrisória. Esta idéia é rapidamente superada se verificarmos que seu somatório é bastante representativo no contexto global. ⁽⁸⁶⁾

A perspectiva de estudo materializada, nos envolve e mo

(86) Como pôde ser visto nos dados fornecidos pelo IBGE (período 1975 e 1980) que relaciona as áreas dos estabelecimentos com o número de cabeças de bovinos encontrado, cuja proporção percentual média apresentada no período é nas áreas de 0 a menos de 10 ha de 13%; de 10 a menos de 100 ha de 32%; de 100 a menos de 1.000 ha de 40%; de 1.000 a menos de 10.000 ha de 13% e de 10.000 a mais de apenas 2%.



GADO AMARRADO NA CORDA - OPÇÃO DO PEQUENO PROPRIETÁRIO.

tiva pela força complementar que pode e deve apresentar a nosso trabalho, quando procuramos analisar os principais grandes produtores, em seus mais diversos aspectos e, especificamente, no conflito existente entre o trabalho e o capital.

† O clima, o solo, a vegetação, as estiagens, a importância das represas d'água, como também, a forma como vêm sendo aproveitados os recursos naturais e a mão-de-obra existentes, diferenciados em função das características próprias das diversas micro-regiões, foram analisadas e discutidas, desde que, interrelacionados, contribuem como fatores intervenientes na formação de nossa estrutura fundiária, no tipo de ocupação do espaço geográfico, nos moldes e formas como a pecuária foi se adaptando às diversas micro-regiões, seus recursos naturais e desenvolvimento econômico.

As diferenças regionais, a transformação do Nordeste em região problema, repercute, também, no contexto global, dificultando os passos e a obtenção dos objetivos desenvolvimentistas propostos.

A pecuária é uma opção histórica que, de certa forma, se adapta às condições existentes, mantendo-se como um ramo de atividade econômica produtivo, desde a ocupação e colonização do interior da Paraíba, quando acompanhou, como atividade subsidiária e complementar a produção econômica principal, no caso, a monocultura da cana-de-açúcar que se estendeu pelo litoral.

À proporção em que os anos foram passando, a pecuária foi procurando formas de criação mais racionais e intensivas, seleção racial e especialização na produção de leite e carne, de pastagens e complementos alimentares, garantindo melhor capacidade de lotação, principalmente no Agreste. Mesmo assim, temos que considerá-la ainda extensiva, em virtude do papel fundamental que a terra continua a exercer para os proprietários e que tenderia a diminuir gradativamente, à proporção em que o capital permitisse a utilização intensiva do solo, onde menores áreas produziriam maior número de cabeças, através, até mesmo, do confinamento do gado. Mas nos moldes atuais, a grande propriedade ainda é o suporte e a garantia de lucros seguros.

A pecuária age como fator concentrador de grandes faixas, em detrimento da agricultura, quando anexa pequenas propriedades e cobre toda a área com cercados de pastagens naturais ou plantadas. Sendo que estas últimas, por serem definitivas, expulsam para sempre o homem e a agricultura da gleba.

Entretanto, a pequena e a grande propriedade, ao mesmo tempo em que se opõem, também se complementam, quando a segunda oferece ao mercado força-de-trabalho e produtos agrícolas de subsistência. A oposição reflete a concorrência desigual e, muitas vezes, desumana entre níveis econômicos, sociais e políticos diversos, quando o poder maior comanda o processo.

A forma de como se dá a expropriação foi, no presente trabalho, analisada. Como vimos, o nível de exploração dos trabalhadores é bastante elevado, como também acarreta a possibilidade de que grandes parcelas da população trabalhadora rural, passam a depender de uma atividade precária e nômade, em busca de transformações que gerem lucros, pouco importando que o **homem** seja deixado à margem do processo, desde que esta apresente importante condição para que a pecuária seja considerada como bom "negócio" pelos capitalistas que se encontram sempre a serviço do **capital**.

Para o capitalista, a propriedade fundiária exerce o papel de reserva de valor, defendendo o dinheiro contra o processo inflacionário, constituindo excelente emprego de capital, patrimônio, independente de sua exploração. Entretanto, por vários aspectos, a pecuária apresenta maior flexibilidade e mais fácil adaptação à visão do empresário, em virtude de que, seu mercado é interno e de contínua elasticidade. Além do mais, aquela é uma atividade de giro mais lento e de fácil administração, em que o produto além de poder ser rapidamente convertido em dinheiro, geralmente pode esperar pelo mercado propício adaptando-se bem à finalidade especulativa da terra; convive tanto com o empresário, como com o não-empresário, inclusive, permitindo em seu bojo, relações de trabalho não tipicamente capitalista. A utilização de toda a área para pastagens, reduz-após sua implantação - o nível da necessidade de trabalhadores, evitando questões trabalhistas.

A via estatal estimula a implantação de sistemas modernos na utilização da terra, de compras de equipamentos agrícolas, fertilizantes e defensivos químicos, maquinarias, insumos, arame farpado (em benefício do setor industrial) de plantações de pastagens em diminuição da agricultura, provocando o desemprego, o êxodo e o desespero do trabalhador rural. A política de empréstimos subsidiados está e sempre foi - em sua maioria - direcionada a grupos de proprietários privilegiados, de grande expressão econômica que apresentam a terra como garantia, incentivando, assim, a compra de maiores áreas e transformando a terra num fator gerador de capital.

A dominância política, cultural e econômica por parte dos grandes proprietários, continua a existir através da integração ao poder e da utilização do Estado como instrumento de sustentação. A aliança e participação no poder político, pleiteando com mais insistência e maior poder de pressão os benefícios da lei, em proveito próprio, e por outro lado, a exploração de mão-de-obra desprotegida em níveis de organização - seja para resistir ao processo de proletarização ou para se organizar sindicalmente, a fim de obter melhores salários e participação na produção social - são fatores contribuintes para a produção que, por apresentar características específicas que acarretam diminuição de custos, possibilita a acumulação, e reprodução como classe dominante e o êxito da pecuária como bom "negócio" que é.

Do ponto de vista social é uma atividade que ocupa extensas parcelas de terra com baixa utilização de mão-de-obra, provocando o despovoamento, a expulsão do homem do campo, a proporção em que a agricultura de subsistência vem sendo substituída, progressivamente, por pastagens e novas formas de relações de trabalho predominantes tornando-se também impessoais e, conseqüentemente, puramente salariais.

A forma como o fenômeno ^{do êxodo rural e das relações de trabalho} vem ocorrendo, garante estarmos presenciando um processo de mudança social, no sentido do assalariamento puro, que vem ocorrendo gradativamente, de acordo com condições tecnológicas e sociais, no mais amplo sentido do processo

de acumulação de capital. Ao observarmos o nível de vida dos trabalhadores rurais que habitam as periferias de vilas e cidades (verdadeiros celeiros de mão-de-obra), é bem visível a pobreza que representa a falta de pagamento do tempo da ociosidade, na medida em que homens são contratados nos momentos de real necessidade, como também do rebaixamento das diárias pagas apenas em ocasiões sazonais desfavoráveis à mão-de-obra.

As pastagens plantadas e definitivas, a mecanização, a pecuária como produção que absorve menor quantidade de mão-de-obra, a valorização das terras e a utilização plena na produção bovina, o movimento de reivindicação dos trabalhadores rurais, são alguns fatores que interferem no processo de mudança. Os trabalhadores expropriados, passando a morar nas periferias das vilas ou cidades, perdem o acesso à terra, ao roçado, às suas "culturas de subsistência". É mão-de-obra que, embora trabalhe no campo, tem seu custo de reprodução determinado a nível do setor urbano, por comprar todos os produtos de que necessita no mercado, arcando com despesas de aluguel, água, luz etc.

É uma constante o estado de insatisfação com o "status quo", da grande maioria, e a expectativa de melhores condições de vida. Historicamente, tem sido comprovado que os salários sobem de acordo com o poder de barganha dos trabalhadores, de sua organização e atuação como grupo, das possibilidades de ação política que o momento oferece. Os sindicatos vêm, aos poucos, sendo reconhecidos como instituição que representa os interesses coletivos, não obstante as sérias dificuldades que envolvem e limitam sua atuação.

A reivindicação básica é por melhores condições de vida, o que implica em que o trabalhador se sente explorado e dominado, sem receber o que de direito lhe cabe, aqui e agora, quando toma corpo a efetiva proletarização rural, quando o **boi** e o **capim** substituem o homem e o roçado em grande parte do espaço rural paraibano que se dedica predominante e aceleradamente à produção bovina.

ANEXOS

ANEXO A - Informações sobre as propriedades estudadas.

Municípios	Área da propriedade (ha)	Nº de cabeças de gado	Estimativa de cabeças vendidas por ano	Nº de entrevistas realizadas
Gurinhém	1.800	1.200	300	5
Areia	460	300	40	3
Serraria	530	700	200	4
Campina Grande	2.750	2.345	400	3
Massaranduba	1.300	1.000	300	3
Queimadas	250	150	20	2
Boqueirão	2.900	500	40	3
Antenor Navarro	1.100	1.000	60	3
Cajazeiras	2.700	2.400	700	4
Souza	304	600	200	3

ANEXO B - Dados sobre o processo de transformação histórica.

Além da bibliografia consultada, para compreender a di
nâmica deste processo nas principais áreas pesquisadas, entrevis-
tamos três indivíduos que atuaram efetivamente na condição de pe
cuaristas e de chefes políticos. Eles foram nossos informantes-
chave.

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

1. ALMEIDA, Horácio de. (1978) *História da Paraíba*. João Pessoa. Editora Universitária. UFPB. 2.^a Edição.
2. ALMEIDA, José Américo de. (1980) *A Paraíba e seus Problemas*. João Pessoa. A União Cia Editora. 3.^a Edição, revista.
3. AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas (1977). *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S.A.
4. ANDRADE, Ivo F. (1982) *Manejo de Pastagens na Produção de Gado de Corte*, in Informe Agropecuário. Belo Horizonte. Ano 8, nº 89, maio.
5. ANDRADE, J.M.S.; AMARAL, R; RUAS, J.R.M.; COSTA, N.M.de S. e MACEDO, G.A.R. (1980) *Situações das Pastagens no Estado de Minas Gerais*, in Informe Agropecuário. Belo Horizonte. Ano 6, nº 70, outubro.
6. ANDRADE, Manoel Correia de. (1973) *A Terra e o Homem do Nordeste*. S.Paulo. Editora Brasiliense. 3.^a Edição.
7. _____ (1974) *Cidade e Campo no Brasil*. S.Paulo. Editora Brasiliense S.A.
8. _____ (1977) *Geografia Econômica do Nordeste*. S.Paulo. Editora Atlas. 3.^a Edição.
9. _____ (1981) *Nordeste: A Reforma Agrária ainda é necessária?* Recife. Editora Guararapes.
10. AQUINO, Aécio Villar de. (1980) *Nordeste século XIX*. João Pessoa. Editora Universitária. UFPB.
11. BRANT, Vinicius Caldeira. (1975) *Desenvolvimento Agrícola e Excedentes Populacionais na América Latina*. In Estudos Cebrap 14. São Paulo. Editora Brasileira de Ciências Ltda. out/nov/dez.

12. BRANT, Vinicius Caldeira. (1977) *Do Colono ao Bóia-Fria: Transformação na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis*. In Estudos Cebrap 19 - jan/fev/mar. Editora Brasileira de Ciências Ltda.
13. CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. (1970) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
14. CARDOSO, Fernando H. (1973) *O "Modelo Brasileiro" de Desenvolvimento*. In Debate & Crítica, nº 1, julho/dezembro. S. Paulo. Hucitec.
15. CARVALHO, João Carlos M. de. (1978) *Camponeses no Brasil*. Petrópolis. Editora Vozes Ltda.
16. CASTRO, Antônio Barros de. (1977) *7 Ensaaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 3ª edição.
17. COHN, Amélia. (1978) *Crise Regional e Planejamento*. S. Paulo. Editora Perspectiva S.A. 2ª edição.
18. DIAS, Gentil Martins. (1977) *Organizações Públicas e População no Nordeste*. In Capital e Trabalho no Campo. Organizado por Jaime Pinsky. S. Paulo. Editora Hucitec.
19. DOBB, Maurice. (1977) *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 6ª edição.
20. DUARTE, João Carlos e QUEDA, Ariosvaldo. (1974) *Agricultura e Acumulação*. In Debate & Crítica. Revista Semestral de Ciências Sociais. Nº 2, janeiro/junho.
21. ENGELS, Friedrich. (1976) *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S.A.
22. FURTADO, Celso. (1965) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura. 3ª edição.

23. FURTADO, Celso. (1967) *Formação Econômica do Brasil*. S.Paulo. Cia. Editora Nacional.
24. _____ (1968) *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Saga.
25. _____ (1975) *Análise do "Modelo" Brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 5.^a edição.
26. _____ (1978) *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 3.^a edição.
27. _____ (1981) *O Brasil Pós-"Milagre"*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 4.^a edição.
28. GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Inês. (1977) *O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira*. In *Capital e Trabalho no Campo*. Organizado por Jaime Pinsky. São Paulo. Editora Hucitec.
29. GRANON, André. (1975) *Capitalismo e Modo de Vida*. Porto. Edições Afrontamento.
30. GUIMARÃES, Alberto Passos. (1979) *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S.A.
31. _____ (1968) *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 3.^a edição.
32. IANNI, Octávio. (1975) *Relações de Produção e Proletariado Rural*. In *Vida Rural e Mudança Social*. Organizadores - Tamás Szmrecsányi e Orioswaldo Queda. S.Paulo: Cia Editora Nacional.
33. _____ (1977) *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A. 2.^a edição.
34. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1960) *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, planejada e orientada

tada por Jurandir Pires Ferreira, Presidente do IBGE. Volume XXII.

35. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1970) *Censo Agropecuário - Paraíba VIII. Recenseamento Geral*. Rio de Janeiro.
36. _____ - (1975) *Censo Agropecuário - Paraíba. Censo Econômico de 1975*.
37. _____ - (1975) *Produção da Agro Pecuária Municipal 1973* - Rio de Janeiro.
38. _____ - (1978) *Produção da Agro Pecuária Municipal 1975*. Rio de Janeiro.
39. _____ - (1979) *Produção da Agro Pecuária 1977*. Rio de Janeiro.
40. KOSIK, Karel (1976) *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S.A. 2ª edição.
41. KOWARICK, Lúcio. (1974) *Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina. Uma Contribuição Teórica*. In Estudos Cebrap 8, abril/maio/junho. S.Paulo. Editora Brasileira de Ciências Ltda.
42. _____ - (1977) *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 2ª edição.
43. LAGE, Ruy. (1980) *Minas Gerais. Lucros no Campo*. (entrevista) Revista Veja, 11 de junho de 1980, pg.103.
44. LEFEBVRE, Henri. (1975) *Lógica Formal e Lógica Dialética*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A.
45. LENIN, N. (s/d) *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*. (Conforme o texto das Obras, Tomo 21, págs. 37-74, edição francesa). S.Paulo. Global Editora e Distribuidora Ltda.
46. LOPES, José Sérgio Leite. (1978) *O Vapor do Diabo: O trabalho*

dos operários do açúcar. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2.^a edição.

47. LOPES, Juarez Rubens Brandão. (1973) *Desenvolvimento e Migrações: Uma abordagem histórica-estrutural.* In Estudos Cebrap 6, out/nov/dez. S.Paulo. Editora Brasileira de Ciências Ltda.
48. _____ (1981) *Do Latifúndio à Empresa: Unidade e diversidade do capitalismo no campo.* Petrópolis. Editora Vozes Ltda. 2.^a edição.
49. LOUREIRO, Maria Rita Garcia. (1977) *Parceria e Capitalismo.* Rio de Janeiro. Zahar Editores.
50. LUXEMBURGO, Rosa. (1969) *Introdução à Economia Política.* S. Paulo. Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
51. MACHADO, Maximiliano Lopes. (1977) *História da Província da Paraíba.* João Pessoa. Editora Universitária UFPB.
52. MARQUES, R.A. L'Abbate; SATURNINO, M.A.C. e OLIVEIRA, A.C.S. *Algumas considerações sobre a agropecuária da Área Mineira do Polígono das Secas.* Informe Agropecuário. Ano 6; nº 68, agosto. Belo Horizonte.
53. MARTINS, José de Souza. (1975) *Capitalismo e Tradicionalismo.* S.Paulo. Livraria Pioneira Ltda.
54. _____ (1980) *A Sujeição da Venda da Terra ao Capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária.* In *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 22. Abril.
55. MARX, Karl. (I - vol. 1) *O Capital. Crítica da Economia Política.* Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. S.A.
56. _____ (I - vol. 2) *O Capital. Crítica da Economia Política.* Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. S.A.

57. MARX, Karl. (1973) *Textos Econômicos*. Lisboa. Editorial Es
tampa Ltda.
58. _____ (1975) *Textos Filosóficos*. Lisboa. Editorial Es
tampa Ltda.
59. _____ (1980) *Trabalho Assalariado e Capital*. S. Paulo.
Global Editora e Distribuidora Ltda. 1.^a edição traduzida.
60. _____ (1980) *Salário, Preço e o Lucro*. S. Paulo. Global
Editora e Distribuidora. 1.^a edição traduzida.
61. MELLO, Maria Conceição D'Incao e. (1977) *O "Bóia-Fria": Acu*
mulação e Miséria. Petrópolis. Vozes. 5.^a edição.
62. MERRINGTON, John. (1978) *A Cidade e o Campo na Transição pa*
ra o Capitalismo. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S.A.
63. MONTEIRO, Wilma dos Santos Cardoso. (1975) *Pequena História*
da Paraíba. João Pessoa. Editora Universitária UFPB.
64. MORAES, Gilberto. (1975) *A Moderna Pecuária*. Porto Alegre.
Editora Movimento.
65. MYRDAL, Gunnar. (1972) *Teoria Econômica e Regiões Subdesen*
volvidas. Rio de Janeiro. Editora Saga. 3.^a edição.
66. OLIVEIRA, Francisco de. (1975) *A Produção dos Homens: Notas*
sobre a Reprodução da População sob o Capital. In Estudos
Cebrap 16. Abril/maio/junho. S. Paulo. Edibora Brasiliense.
67. _____ (1977) *A Economia Brasileira: Críti*
ca a Razão Dualista. In Seleções Cebrap 1. Questionando a
Economia Brasileira. S. Paulo. Editora Brasiliense S.A. 3.^a
edição.
68. _____ (1977) *A Economia da Dependência Im*
perfeita. Rio de Janeiro. Editora Graal. 2.^a edição.
69. _____ (1977) *Elegia para uma Re(li)gião*.
Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio

- de Janeiro. Paz e Terra.
70. PEREIRA, Luiz C. Bresser (1975) *A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado*. In Estudos Cebrap 14, out/nov/dez . S.Paulo. Editora Brasileira de Ciências Ltda.
 71. PEREIRA, Luiz. (1978) *Classe Operária. Situação e Reprodução*. S.Paulo. Livraria Duas Cidades Ltda.
 72. PINTO, Irineu Ferreira. (1977) *Datas e Notas para a História da Paraíba*. João Pessoa. Editora Universitária UFPB. Volume I.
 73. PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. (1979) *A Contag de 64 a 76*. In Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S.A.
 74. PRADO JR., Caio. (1968) *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*. S.Paulo. Editora Brasiliense. 3ª edição.
 75. _____ (1977) *História Econômica do Brasil*. S.Paulo. Editora Brasiliense. 20ª edição.
 76. _____ (1977) *Formação do Brasil Contemporâneo*. S.Paulo. Editora Brasiliense.
 77. _____ (1981) *A Questão Agrária*. S.Paulo. Editora Brasiliense S.A. 3ª edição.
 78. PRANDI, José Reginaldo. (1978) *O Trabalhador por conta própria sob o Capital*. S.Paulo. Edições Símbolo.
 79. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1973) *Bairros Rurais Paulistas*. S.Paulo. Livraria Duas Cidades Ltda.
 80. RIBEIRO, Denis. (1979) *Crédito Rural no Brasil: Avaliação e Alternativas*. S.Paulo. Editoras Unidas Ltda.
 81. RUTSCH, Mechthild. (1980) *La Question Ganadera en México*. Cuadernos del CIIS Nº 1. Centro de Investigacion para la Inte

gracion Social. México.

82. SÁ JR., Francisco. (1977) *O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a função das atividades de subsistência*. In *Relações Cebrap 1. Questionando a Economia Brasileira*. S. Paulo. Editora Brasiliense S.A. 3ª edição.
83. SAMPAIO, Yony e Ferreira, José. (1977) *Emprego e Pobreza Rural*. Recife. CME PIMES. Série Pesquisas 7.
84. SANTOS, José Vicente Tavares dos. (1978) *Colonos de Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. S. Paulo. Editora Hucitec.
85. SCARFON, Maria de Lurdes. (1979) *Crescimento e Miséria*. S. Paulo. Edições Símbolo.
86. SECCHES, Paulo. (1982) *Perto da Cidade*. (entrevista) *Revista Veja*, 11 de agosto, pág. 51.
87. SIGAUD, Lygia. (1977) *A Percepção do salário entre os Trabalhadores Rurais*. In *Capital e Trabalho no Campo*. Organizado por Jaime Pinsky. S. Paulo. Editora Hucitec.
88. _____ (1979) *Os Clandestinos e os Direitos*. Estudo sobre Trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. S. Paulo. Livraria Duas Cidades Ltda.
89. SILVA, José F. Graziano da e QUEDA, Orioswaldo. (1977) *Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos*. In *Capital e Trabalho no Campo*. Organizado por Jaime Pinsky. S. Paulo. Editora Hucitec.
90. SILVA, José F. Graziano da. (coordenador) (1978) *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. S. Paulo. Editora Hucitec.

91. SILVA, José F. Graziano da. (1981) *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. S.Paulo. Editora Hucitec.
92. SILVA, Sérgio. (1977) *Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo*. Organizado por Jaime Pinsky. S. Paulo. Editora Hucitec.
93. SINGER, Paul. (1973) *Desenvolvimento e Repartição de Renda no Brasil*. In Debate & Crítica nº 1, julho/dezembro. S.Paulo. Hucitec.
94. _____ (1973) *Agricultura e Desenvolvimento Econômico*. In Vida Rural e Mudança Social. Organizadores: Tamás Szme^rcsányi e Orioswaldo Queda. S.Paulo. Companhia Editora Nacional.
95. _____ (1976) *Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975*. In Estudos Cebrap jul/ago/set. S.Paulo. Editora Brasileira de Ciências Ltda.
96. _____ (1976) *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*. S.Paulo. Hucitec. 2.^a edição.
97. _____ (1977) *Capital e Trabalho no Campo*. Introdução. Organizado Por Jaime Pinsky. S.Paulo. Editora Hucitec.
98. STAVENHAGEN, Rodolfo. (1974) *Sete teses equivocadas sobre a América Latina*. In Sociologia do Desenvolvimento. Organizada por José Carlos Garcia Durand. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
99. SUAREZ, Ma. Tereza S. de Melo. (1977) *Cassacos e Corumbas*. S. Paulo. Editora Ática.
100. TAVARES, Maria da Conceição. (1978) *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 7.^a edição.
101. VELHO, Otávio Guilherme. (1976) *Capitalismo Autoritário e Cam^pesinato*. S.Paulo. Difusão Editorial S.A.

102. VOISIN, André. (1974) *Produtividade do Pasto*. S.Paulo. Edi
tora Mestre Jou.
103. WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. (1978) *Capital e Proprie-*
dade Fundiária: suas articulações na Economia de Pernambu
co. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
104. _____ (1979) *Capital e Proprie-*
dade Fundiária na Agricultura Brasileira. In *Reflexões so*
bre a Agricultura Brasileira. Coordenador: Braz José de
Araújo. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.